

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: CONTROLADORIA
LINHA DE PESQUISA: CONTABILIDADE GERENCIAL

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**O CUSTO DE AGÊNCIA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS: UMA ANÁLISE
DOS CUSTOS FRENTE A DELEGAÇÃO DE PODER NA AMÉRICA LATINA**

FELIPE PALMIERI GALLEGRO ROJAS

MARINGÁ
2019

FELIPE PALMIERI GALLEGO ROJAS

**O CUSTO DE AGÊNCIA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS: UMA ANÁLISE
DOS CUSTOS FRENTE A DELEGAÇÃO DE PODER NA AMÉRICA LATINA**

Defesa apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre. Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis Mestrado - Área de Concentração Controladoria, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Maringá.

Orientador: Prof. Dr. Edwin Vladimir Cardoza Galdamez

MARINGÁ
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

R741c Rojas, Felipe Palmieri Gallego
O custo de agência na Câmara dos Deputados : uma análise dos custos frente a delegação de poder na América Latina / Felipe Palmieri Gallego Rojas. -- Maringá, 2019.
97 f. : il.

Orientador (a): Prof. Dr. Edwin Vladimir Cardoza Galdamez.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, 2019.

1. Teoria de agência. 2. Administração pública - Análise de desempenho. 3. Grupos de pressão. 4. Administração pública - Transparência. I. Galdamez, Edwin Vladimir Cardoza, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis. III. Título.

CDD 21.ed. 657

MAS-CRB 9/1094




ATA DE DEFESA PÚBLICA

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, às quatorze horas, realizou-se nas dependências da Universidade Estadual de Maringá, a defesa pública da Dissertação de Mestrado, sob o título: “**O Custo de Agência da Câmara dos Deputados: Uma Análise dos Custos Frente a Delegação de Poder na América Latina**”, de autoria de **Felipe Palmieri Gallego Rojas**, aluno do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis – Mestrado – Área de Concentração: Controladoria, linha de pesquisa: Contabilidade Gerencial.

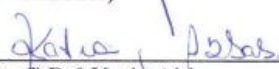
Nome do membro da banca	Função	IES
Prof. Dr. Edwin Vladimir Carodoza Galdamez	Presidente	PCO/UEM
Profª Drª Katia Abbas	Membro examinador	PCO/UEM
Prof. Dr. Ednaldo Aparecido Ribeiro	Membro examinador	Externo PGC/UEM

Concluídos os trabalhos de apresentação e arguição, o candidato foi **APROVADO** pela Banca Examinadora, devendo, em um prazo máximo de **60 dias**, encaminhar à coordenação do programa, dois CDs contendo cada, um arquivo em formato digital da dissertação completa, para serem distribuídos da seguinte forma: um na Secretaria do PCO e outro na Biblioteca Central da UEM, bem como demais documentos exigidos para expedição do Diploma de Mestre. E, para constar, foi lavrada a presente Ata que vai assinada pela Coordenadora do Programa e pelos membros da Banca Examinadora.


Maringá, 23 de abril de 2019.




Prof. Dr. Edwin Vladimir Carodoza Galdamez
(Presidente)



Profª Drª Katia Abbas
(Membro examinador interno)



Prof. Dr. Ednaldo Aparecido Ribeiro
(Membro examinador externo – PGC/UEM)


Profª Simone Leticia Raimundini Sanches
Coordenadora do Programa de
Pós-Graduação em Ciências Contábeis

*Dedico a minha centelha
divina que me ajuda a seguir em frente dentro
dessa realidade dimensional. A minha mãe
irmãos e amigos que tiveram paciência e
compaixão.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao todos pelas experiências que esse programa me proporcionou.

À minha mãe que me apoiou emprestando seu veículo para que eu pudesse ir até Maringá diversas vezes na semana bem como os caronas que me ajudaram com as despesas de viagem.

Aos meus antigos colegas da Prefeitura de Londrina que foram compreensivos com a flexibilização de horários para poder frequentar as aulas nos períodos da manhã e tarde.

Agradeço imensamente a professora Dr^a. Eliane Cristina de Araújo Sbardellati que me ajudou com esclarecimentos sobre os modelos estatísticos.

Agradeço da mesma forma o meu orientador Dra. Edwin Vladimir Cardoza Galdamez acreditou em meu trabalho e potencial e me ajudou a atingir o título de Mestre neste programa de pós-graduação.

Da mesma forma agradeço aos professores Reinaldo e Romildo pelas aulas de alto nível e respeito para com os discentes.

Ao Governo do Estado do Paraná que por meio da Universidade Estadual de Maringá e do Departamento de Ciências Contábeis me deu a oportunidade de realizar o curso de Pós-Graduação em Ciências Contábeis.

E finalmente aos funcionários dos congressos nacionais que responderam meus contatos.

“Todo o homem luta com mais bravura pelos seus interesses do que pelos seus direitos.”

Napoleão Bonaparte

RESUMO

Rojas, F. P. G. (2018). O Custo de Agência da Câmara dos Deputados: Uma análise dos custos frente a delegação de poder na América Latina (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

Os custos realizados pelo Estado, são uma fonte de preocupação devido aos reflexos sentidos na sociedade, em relação a forma que são realizados esses gastos. Trazendo à tona a existência na sociedade de Grupos de Pressão enviesam os atos dos agentes para interesses particulares descaracterizando a impessoalidade das ações do Estado. Considerando que a falta de informação é fonte do risco moral, pela falta de controle da sociedade em relação aos atos dos agentes. A pesquisa objetiva testar a relação de aumento de gastos na câmara de deputados com variáveis relacionadas com a Teoria de Agência, colocando a análise de desempenho como uma possível alternativa para a redução do risco moral e da seleção adversa. A amostra é composta de 6 Câmaras de Deputados de países da América Latina, que são bicamerais, apresentam o efeito de presidencialismo de coalizão e IDH aproximados. O modelo proposto se utiliza dos Mínimos Quadrados Generalizados, testando o custo total das Câmaras dividido pela arrecadação de cada país em relação com variáveis que interferem na conduta e controle do agente. Frente a informações trazidas pelos testes estatísticos, observação dos dados e demonstrações contábeis, identificou-se causalidades das ações oportunistas dos agentes eleitos, levando em consideração a ideia excesso de custos no objeto de estudo, relacionado com os Custos de Agência. A pesquisa conseguiu estabelecer relações já demonstradas na literatura, relacionadas principalmente com o acesso de informação da sociedade e o efeito da cobrança da população sobre o controle dos atos dos agentes eleitos. Também expôs fatores que corroboram para o oportunismo, como regalias concedidas e aumentos sucessivos de arrecadação com baixa do PIB. Encontrando no Brasil os mais expressivos indícios de ações que potencializam os custos, advindos de ações adversas dos agentes e seus reflexos nos indicadores.

Palavras-chave: Teoria de Agência, Análise de Desempenho, Grupos de Pressão, Transparência.

ABSTRACT

Rojas F. P. G. (2018). *The Cost of Agency of the Chamber of Deputies: An Analysis of Costs in the Delegation of Power in Latin America* (Master's Dissertation). State University of Maringá, Maringá.

The costs incurred by the State are a source of concern due to the repercussions felt in society, in relation to the way these expenses are incurred. Bringing to the surface the existence in the society of Pressure Groups bias the acts of the agents to particular interests discharacterizing the impersonality of the actions of the State. Considering that the lack of information is the source of moral hazard, the lack of control of society in relation to the acts of agents. The objective of this research is to test the relationship of increase of expenses in the Chamber of Deputies with variables related to the Agency Theory, placing performance analysis as a possible alternative for reducing moral hazard and adverse selection. The sample is composed of 6 Chambers of Representatives from Latin American countries, which are bicameral, have the effect of approximate coalition presidentialism and HDI. The proposed model uses the Generalized Least Squares, testing the total cost of the Chambers divided by the collection of each country in relation to variables that interfere in the conduct and control of the agent. Faced with information brought by statistical tests, data observation and accounting statements, causalities of the opportunistic actions of elected agents were identified, taking into account the idea of excess costs in the object of study, related to Agency Costs. The research was able to establish relations already demonstrated in the literature, related mainly to the access of information of the society and the effect of the collection of the population on the control of the acts of the chosen agents. He also exposed factors that corroborate opportunism, such as perks granted and successive increases in collection with lower GDP. Finding in Brazil the most expressive signs of actions that increase costs, arising from the adverse actions of the agents and their reflections on the indicators.

Keywords: Agency Theory, Performance Analysis, Groups of Pressure, Transparency.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Testes de Especificação do Modelo.....	58
Tabela 2 Tabela de Comparação de Renda 2016 em reais.....	59
Tabela 3 Parcela gasta com os membros 2016 em reais.....	60
Tabela 4 Modelo de causalidade das variações dos custos das Câmaras de Deputados da amostra.....	61
Tabela 5 Custos das Câmaras de Deputados em relação CT (em milhares).....	73
Tabela 6 Carga Tributária Pela Renda Familiar.....	76

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Linha Positiva da Teoria da Agência.....	26
Quadro 2 Linha Agente-Principal da Teoria da Agência.....	27
Quadro 3 Notícias negativas das Câmaras de Deputados.....	30
Quadro 4 Portas do Oportunismo.....	40
Quadro 5 Novas propostas de índices Socioeconômicos.....	49
Quadro 6 Variáveis relacionadas com os Custos de Agência.....	50
Quadro 7 Tipos de Variáveis.....	54

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Democracia e o Custo de Agência.....	19
Figura 2	Delegação de poder e Custos de Agência.....	31
Figura 3	Relação matemática da Teoria dos Grupos de Pressão.....	34
Figura 4	Tipos de Fiscalização.....	44
Figura 5	Classificação dos Custos de Agência no Setor Público.....	65
Figura 6	<i>Ranking</i> de gastos.....	68
Figura 7	Discrepâncias de salários do Agente e Principal 2016.....	71
Figura 8	Despesa da Câmara de Deputados em Relação a Arrecadação.....	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Adicionais Recebidos
AL	Ano Eleitoral
CTA	Custo Total / Arrecadação
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DRP	Salário Anual / Renda <i>Per Capta</i>
GUFP	<i>Global Urban Futures Project</i>
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPSAS	International Public Sector Accounting Standards Board
LSDV	<i>Least Square Dummy Variable</i>
RPC	<i>Renda Per Capta</i>
RQ	Índice de Qualidade Legislativa
OECD	<i>Organização para a Cooperação Desenvolvimento Econômica</i>
PIB	<i>Produto Interno Bruto</i>
PPP	<i>Purchasing Power Parity</i>
UNDP	<i>United Nations Development Programme</i>
SAL	Salário Anual do Agente
VA	Índice de Voz e Responsabilização
WGI	<i>Worldwide Governance Indicators</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA	15
1.2	PROBLEMA DE PESQUISA	17
1.3	OBJETIVOS DAPESQUISA	20
1.3.1	Objetivo Geral	20
1.3.2	Objetivos Específicos	21
1.4	JUSTIFICATIVA	21
1.5	DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	23
1.6	ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA	23
2	BASE TEÓRICA.....	24
2.1	TEORIAS E ESTUDOS SOBRE A DELEGAÇÃO DE PODER CONFLITANTE.....	24
2.1.1	Teoria de Agência.....	25
2.1.2	Teoria de Agência no Legislativo.....	28
2.1.3	Interesses Particulares	33
2.2	INFORMAÇÃO, CONTROLE E DESEMPENHO	42
2.2.1	Assimetria da Informação entre Agente e Principal.....	42
2.2.2	Controle do Agente e Custo da manutenção do Estado	43
2.2.3	Indicadores de Desempenho Globais	47
2.2.4	Constructo de interferência dos Custos de Agência nos Custos Totais.....	50
3	ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	53
3.1	ESTRATÉGIA DAPESQUISA.....	53
3.1.1	Características da pesquisa	53
3.2	MÉTODO	55
3.2.1	Amostra	55
3.2.2	Dados em painel	56
4	ANÁLISE DOS DADOS	59
4.1	CARACTERIZAÇÃO DAS CÂMARAS DOS PAÍSES DA AMOSTRA	59
4.2	FATORES DE AGÊNCIA E O CUSTO TOTAL.....	61
4.3	ELEIÇÕES INTERFERINDO NOS ATOS DO AGENTE	66
4.4	ANÁLISE COMPARATIVA AMPLIADA E ANÁLISE DOS NÚMEROS CONTÁBEIS	67
4.5	ANÁLISE DOS NÚMEROS CONTÁBEIS	72
4.6	BRASIL E CONFLITO DE AGÊNCIA	75
5	CONCLUSÃO.....	78
5.1	LIMITAÇÕES	79
5.2	SUJESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS	80
	REFERÊNCIAS	81
	APÊNDICE A DADOS UTILIZADOS	91
	APÊNDICE B DADOS FINANCEIROS NA MOEDA DE ORIGEM.....	93
	APÊNDICE C BASE DE CONVERSÃO PELO PODER DE COMPRA (PPP).....	94
	APÊNDICE D INDENTIFICAÇÃO DO TIPO DE PAINEL.....	95
	APÊNDICE E TESTES DE ROBUSTEZ.....	96
	APÊNDICE F CORREÇÃO PELO MQG.....	97

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

Em uma organização, devido ao tamanho e divisão de tarefas, os proprietários logicamente distribuirão responsabilidades e tarefas aos indivíduos contratados. Esse evento é uma delegação de poder, na qual um indivíduo transfere para outro o poder de realizar algum tipo de tarefa ou a responsabilidade sobre algum processo. Nesta distribuição, o proprietário da organização não consegue saber se o contratado agirá de acordo com seus interesses, quando o contratado não procede de acordo com os interesses dos proprietários de empresa, suas ações podem causar custos indesejáveis na visão do proprietário.

Logo, essa delegação carrega problemas relacionados com a incapacidade de julgar e a incapacidade de controlar de quem delega o poder em relação à pessoa que recebeu essa delegação (Sharma, 1997). Esses problemas acabam crescendo juntamente com a organização, que demanda a contratação cada vez mais de funcionários, de supervisores e de gerentes. No entanto, quando essa visão é transferida para o Estado, novos processos de delegação são realizados causando uma diferenciação em relação ao setor privado e possibilitando novos resultados a respeito do assunto.

No caso do setor público, os cidadãos figurariam como proprietários da organização do Estado e através do voto escolheriam parte dos indivíduos que recebem a delegação de poder para conduzir as atividades do Estado, sendo responsáveis pelo custo do mesmo.

Esses cidadãos normalmente têm essa vinculação com um Estado ou uma nação através de sua nacionalidade, que no caso de países democráticos têm a delegação de poder pelo voto, o indivíduo já se vincula a um processo de delegação de poder ao nascer em um território, no entanto para a organização do Estado existir demanda-se financiamento de seus cidadãos para a manutenção dos serviços públicos, dessa forma todos no território contribuem com tributos para o financiamento dos custos do Estado (Souza, Bispo, Calijuri, Casella, & Lima, 2009), resultando na questão de que os cidadãos são investidores compulsórios da organização do Estado, contribuindo com tributos para a manutenção das atividades do Estado e delegando o poder através do voto.

Para Tridapalli, Fernandes e Machado (2011), o Estado na qualidade do Poder Legislativo e Executivo interfere em todos os custos, transações e contratos presentes em seu

território, logo, tudo que se compra e vende, todas as relações de negócios e cívicas são moldadas pelo Estado e, conseqüentemente, por aqueles que detêm o poder delegado. Os tributos e incentivos moldam a economia e a sociedade de um país, tamanho é o poder dado aos representantes do Estado.

As decisões tomadas pelos indivíduos eleitos no Estado acabam por afetar toda a população e em função de o Estado ser sustentado por sua população, um Estado com gastos elevados acaba por onerar seus contribuintes com altos impostos, gerando uma insatisfação quanto às ações e aos custos decorrentes dessas ações, visto que o reflexo disso é sentido pelos contribuintes (Brandão & Araujo, 2015).

Essa relação pode ser caracterizada pela falta de informação que gera possíveis variações nos custos. desconhecidas aos principais, no entanto as políticas públicas e leis geram em um país diversos reflexos que demonstram o quando a ação dos agentes está enviesada ou não para interesses particulares. Alguns índices de desempenho podem ser uma alternativa de informação para os principais, pois medem na sociedade os efeitos da ação dos agentes, um exemplo é Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que traz junto a seu cálculo fatores que estão alinhados com os anseios da maioria da população, que seria melhor renda, melhor saúde e melhor educação (Gaygısız, 2013).

Além do IDH, segundo Williams (2015) existem diversos índices de desempenho globais que abrem a possibilidade de comparação e identificação de padrões captados na sociedade que podem interferir nas ações tomadas pelos órgãos do Estado, como é o caso do Indicadores de Governança Globais (WGI).

Em relação a motivação, o agente na sua atuação é alvo pressões externas para realizar ações em prol de grupos específicos da sociedade, agindo de acordo com interesses particulares para beneficiar certos setores ou grupos, conforme elencado pela Teoria dos Grupos de Pressão (Becker, 1983). Um exemplo seria o fato de que os agentes, para se elegerem, necessitam promover campanhas políticas, que por sua vez têm custos elevados, logo se denota a necessidade de um apoio financeiro neste ramo, e esse é feito muitas vezes por grupos externos em troca de favores posteriores.

Geralmente, os grupos de principais que têm poder financeiro alto, têm a possibilidade de financiar o candidato em troca, naturalmente, de que seus interesses sejam levados em conta pelo Estado, interferindo externamente nesse processo de delegação de poder e no equilíbrio de distribuição de subsídios e tributos. Essas interferências externas influenciam o agente e podem ser entendidas através dos chamados grupos de pressão, que basicamente são grupos da sociedade que se diferenciam em relação ao poder de influência que incide sobre o

agente.

Becker (1983) expõe, através da Teoria dos Grupos de Pressão, que as ações dos agentes políticos são determinadas por influências de grupos da sociedade, geralmente, ligados a grupos em que o fator renda é alto.

Essas ações do agente impactam no desempenho do Estado e no seu desenvolvimento econômico, leis enviesadas e orçamentos abusivos aprovados no Legislativo são um peso para os principais e refletem em um mau desempenho em indicadores globais de desempenho (Brender & Drazen, 2005). Toda essa situação negativa acaba por criar conflitos entre agentes e principais, na sociedade. E o quadro se agrava pela falta de transparência e de controles por índices de desempenho, que são quase existentes no setor público, o Estado acaba por ser um ambiente potencial para o oportunismo dos agentes, que causam com suas ações e decisões os custos de agência, que dificilmente são recuperados aos cofres públicos (Dalton, McAllister, Wattenberg & Cabral, 2003).

No Brasil, as ações dos agente são muitas vezes contrárias a ideia de impessoalidade e coletividade como mostrado na pesquisa de Baquero (2015), que expõe que existe uma cultura política dos agentes de realizarem políticas públicas que beneficiam os grupos minoritários, mas essa característica não é observada apenas do Brasil, a América Latina como um todo apresenta diversos casos de políticas públicas ambíguas ou ineficazes, fruto de ações tendenciosas dos agentes (Lautier, 2015).

Essa prática é sentida pela população e se reflete na pobreza e nas desigualdades vistas em diversos níveis nos países da América Latina (Cidade, Junior, & Ximenes, 2017). O custo do Estado, seja de qualquer órgão, se reflete na demanda por recursos na forma de Tributos, de sistemas de arrecadação tendenciosos, que Gómez, Jiménez e Rossignolo (2012) demonstraram em sua pesquisa, explicitando os problemas de desigualdades e inadimplência observados na América Latina em relação aos outros blocos continentais. Esta situação acaba gerando diversas mobilizações nos países latino-americanos no intuito de limitar a tributação (Coelho, 2016).

Logo se um indicador global que mede um fator da sociedade e os atos adversos do agente se reflete na sociedade, um indicador pode ser usado relacionar como uma forma de quantificar fenômeno do Custo de Agência.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

As decisões tomadas pelos agentes das Câmaras de Deputados da América Latina

demonstram o problema de relação entre o agente e o principal, as perdas pelo mau uso dos recursos, os custos para controlar, os custos para fiscalizar e custos para motivar entre são custos criados a partir da delegação do poder, classificando-se assim como custos de agência de forma genérica, esse custo compõe custo total (Cruz, de Souza Ferreira, da Silva, & da Silva Macedo, 2012; Marino, Soares, Luca, & Vasconcelos, 2016).

A relação entre o principal e o agente do Legislativo pode se tornar ainda mais conflituosa em relação aos custos e às falhas na informação, dificultando o controle das ações do agente pelo principal e causando insegurança pela assimetria na informação do Legislativo (Saalfeld, 2000; Alt & Lassen, 2006; Mayston, 1993).

A assimetria da informação no setor público, geralmente, é causada por uma transparência precária e mau desenvolvida, esse quadro corrobora para o oportunismo do agente, o agente é elencado como um indivíduo que tem a intenção de primar pelos seus próprios interesses sempre que tem a oportunidade, de acordo com as visões dos autores Becker (1983), Friedman e Friedman (1990), Miller e Shanks (1996), denotando a necessidade de informações materiais e um controle de desempenho das ações dos agentes, sendo o controle ainda prejudicado pelo fato da Câmara dos Deputados ser um órgão que soma o maior quantitativo de agentes em um mesmo órgão, que recebem a delegação de poder pelo voto, a probabilidade de ações adversas dos eleitos aumenta.

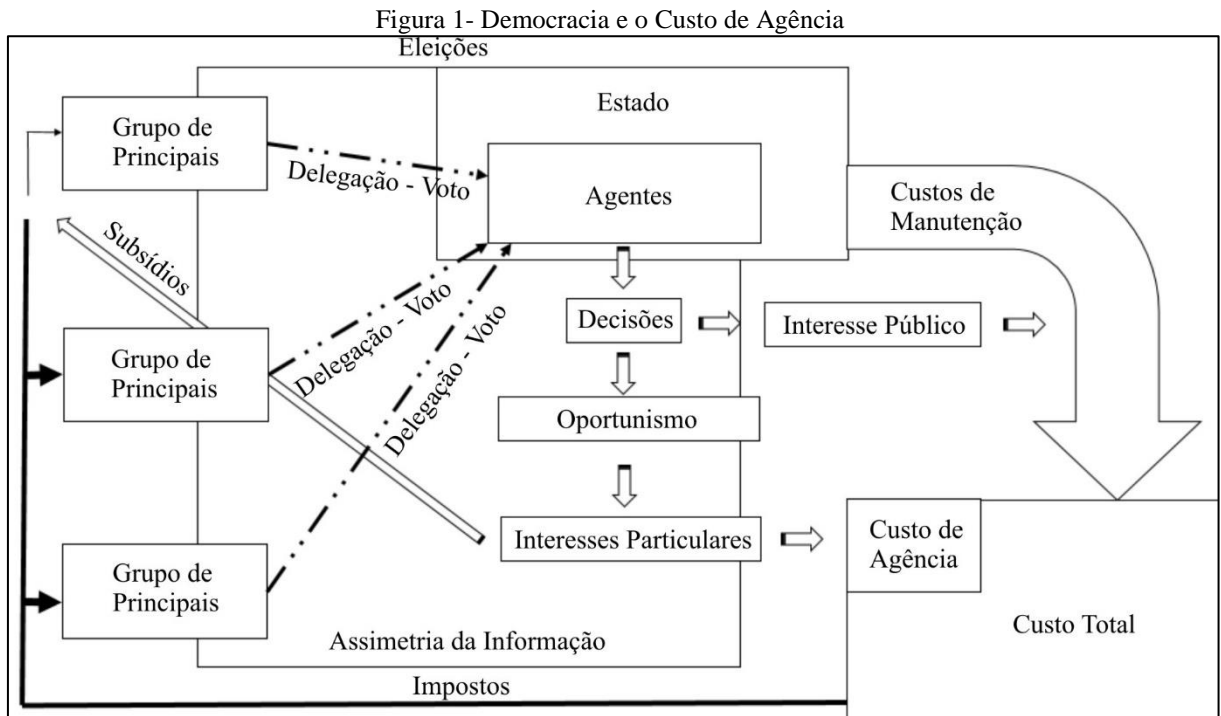
A informação incompleta ou sem confiabilidade gera uma falta de visão no eleitor e no agente, por isso existem iniciativas da contabilidade de ações assertivas no caminho da transparência e análise de desempenho (Mayston, 1993), para que se diminua a seleção adversa e o risco moral presentes nessa relação de agência. No entanto, perante a um ambiente oportuno, o agente desvia sua decisão da impessoalidade para os seus interesses, manipulando toda a complexidade do Estado de diversas formas, interferindo em índices econômicos (Fialho, 1997), gastando o orçamento de forma tendenciosa (Alesina & Perotti 1995; Miller & Shanks 1996), manipulando subsídios de Programas Sociais (Becker, 1985), controlando a mídia e a propaganda (Dalton, 2013).

Da mesma forma, esses políticos corrompem de diversas formas a sua função social em prol de vantagens (Banfield, 1985; Alam, 1995). Todo desvio de decisão do agente causa custos de agência, bem como a sua própria disposição ao desvio já gera custos de agência atrelados ao controle de risco moral (Dobson, 1993). O efeito desse processo é um Estado mais caro, com menos qualidade do gasto público, pois o Estado tem seu custo de operação para existir, mas esse custo é acrescido dos custos de transação e agência.

Os custos de agência, presentes na Câmara dos Deputados, oneram mais o principal

por meio de impostos, somando-se ao custo total do Estado, de maneira oculta, quando os principais não recebem subsídios, conforme colocam Cardoso e Silva Junior (2013). Esse processo pode ser observado na Figura 1, que demonstra todo o processo que gera o Custo de Agência devido à delegação de poder na Câmara dos Deputados. No entanto os índices de desempenho globais por não deterem uma ligação direta com os países avaliados, pode trazer a luz o quadro vivido pelos principais perante as ações do agente.

É possível verificar na Figura 1, que a decisão do agente acaba por gerar o custo de agência através de uma ação oportunista, sendo da mesma forma colocada a questão da delegação de poder pelo voto, que sofre com um ambiente de assimetria da informação, sendo no caso uma seleção adversa essa escolha do principal, bem como é possível observar a proteção de grupos específicos da sociedade através de subsídios, não sendo os mesmos no caso como alvo direto de certos tributos.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir das Ideias de Becker (1983), Nordhaus (1975), Storm (1997), Saalfeld (2000), Adrião e Garcia (2014) e Lautier (2015).

Logo, o Custo de Agência é um problema visto em todos os âmbitos dos Governos, por ser fruto da delegação de poder e, conseqüentemente, do conflito de interesse entre o agente e o principal. Assim, pode ser associado ao oportunismo gerado pela baixa transparência e falta de controle de desempenho dos Governos. Devido a essa escassez de informações, existe a hipótese de rastrear a má conduta do agente através dos Índices Globais

de Desempenho, que refletem os resultados da ação do agente (Cruz et al., 2012).

Essa falta de transparência pode figurar como proposital, como afirmam Cruz et al. (2012), uma vez que o risco de perda de reputação para um agente político pode implicar em perda de votos, por meio disso alguns autores identificam uma dificuldade na obtenção de dados do Legislativo, fato esse que potencializa o resto pelo número de agentes e pelo grau de alcance das decisões do Legislativo em um país (Loewenberg, 1971; Berger, 1979; Raunio & Hix, 2000; Elgie & Stapleton, 2000; e Van Zanden, Buringh, & Bosker, 2012).

Sendo o Brasil a ambiente base da pesquisa, buscou-se incluir para fins de comparação na amostra países que são de presidencialismo de coalizão e com proximidade de cultura. (Chasquetti, 2001; Figueredo, Cabello & Vieira, 2012)

Satisfazendo esses quesitos a Argentina, o Paraguai, o Chile, o México e o Uruguai, que enriquecem a amostra, levando da mesma forma em conta que esses países têm Legislativos bicamerais com transparência suficiente para o teste estatístico como o Brasil.

Finalmente, considerando que o Poder Legislativo na América Latina é um ambiente rico para os estudos de fatores que potencializam o custo total na Câmara de Deputados, pela incidência de fatos relacionados ao tema neste ambiente e pelo fato do conflito de interesse fazer parte do processo Legislativo de um Estado, o estudo busca responder a seguinte questão:

Qual é a relação dos Custos Totais das Câmaras de Deputados com os Índices de Desempenho Globais de países da América Latina?

Buscando investigar, de uma forma comparativa, o desempenho das Câmaras dos Deputados dos países da América Latina, a partir dos Custos Totais apurados nas diferentes entidades e identificar indícios de custos de agência, do oportunismo do agente, identificando possíveis indicadores que podem ser usados como fonte de informação, a respeito da conduta do agente.

1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA

1.3.1 Objetivo Geral

O objetivo é avaliar a variação dos Custos Totais das Câmaras de Deputados como base de identificação dos Custos de Agência em relação aos fatores de desempenho relacionados com a Teoria de Agência, nos países da América Latina: Argentina, Brasil, Paraguai, Chile,

México e Uruguai.

1.3.2 Objetivos Específicos

No intuito de alcançar o objetivo geral desta pesquisa são propostos os seguintes objetivos específicos:

- a) avaliar a relação entre agente e principal, identificando entre os índices desempenho disponíveis e outras variáveis do constructo, resultados que interfiram no Custo de Agência;
- b) identificar especificidades relacionadas com a Teoria de Agência no país da amostra com custos mais elevados;

1.4 JUSTIFICATIVA

O Custo de Agência tem diversos impactos no Estado, causando alterações incalculáveis em fatores como desenvolvimento econômico e bem-estar social, no entanto as pesquisas publicadas sobre o tema têm foco nas organizações privadas, visto o pequeno número de pesquisas sobre assimetria da informação no setor público apontada por Rocha, Pereira, Bezerra e Nascimento (2012).

Outra questão observada é o foco dado ao Poder Executivo nas pesquisas que adaptam a Teoria de Agência ao setor público, como é o caso das pesquisas de Mayston (1993) e Saalfeld (2000). Esse foco dado ao Poder Executivo acontece, pois, esse poder executa o orçamento de políticas públicas, possibilitando dados mais claros para análises de oportunismo e devido à transparência ser melhor neste setor do Estado. O Poder Legislativo, por sua vez, pode interferir e prejudicar da mesma forma o Estado, quando o oportunismo potencializa os custos de agência nessa organização. O Estado mais caro gera baixos investimentos, em alguns setores sentidos pela sociedade ou até o aumento da tributação, dependendo sempre da forma com que os agentes lidam com o problema. Essa forma acaba sendo desvendada por alguns índices de desempenho, que podem revelar o caminho que os agentes têm traçando para o Estado seguir.

Um painel com esses dados em relação à Câmara de Deputados de países da América Latina é a oportunidade de evidenciar uma informação de difícil acesso, de uma maneira mais objetiva e compreensível, a fim de alcançar um resultado mais robusto, contribuindo para o conhecimento científico contábil com auxílio de indicadores de desempenho.

Outra questão é que devido à função do Legislativo de fiscalizador do Executivo, existe elevado risco de ocorrer um oportunismo em conjunto entre poderes, o Legislativo por fiscalizar o Executivo cobra informações, isso proporciona mais poder ao Legislativo e remete ao tipo de transparência executada. Dessa forma, esta pesquisa adapta da Teoria de Agência ao setor público, com foco no Poder Legislativo inexplorado. Levando em consideração a nocividade da falta de transparência, responsável por dados incompletos e sem materialidade, que acarretam a tomadas de decisões espúrias.

Todo esse quadro de oportunismo do agente acaba por gerar estudos sobre o fenômeno da desconfiança dos eleitores perante os atos dos agentes como exposto em diversos estudos como Moisés e Carneiro (2008), Rose e Mishler (1996), Park e Chull Shin (2006), Tessler e Gao (2005), Warren (1999) e Braithwaite e Levi (2003), demonstrando que a questão da relação de agência que o problema é recorrente e necessita de novas contribuições relacionadas com a Contabilidade Gerencial, visto que a mesma não está presa às amarras de normas de apresentação e aceita abordagens inovadoras para gerar informações úteis para tomada de decisão.

O desenvolvimento dos meios de comunicação, ao longo dos anos, melhora o acesso à informação causando maior visibilidade aos atos do agente, possibilitando mais estudos, propondo soluções para a questão dos custos de agência, principalmente, se utilizando como dos indicadores de desempenho como auxiliar no controle e análise, conforme os estudo de Mó (2001) e Marino et al. (2016). No entanto, as iniciativas de transparência, em alguns portais digitais, começaram a alcançar níveis satisfatórios muito recentemente, conforme exposição de Lourenço (2015), dificultando a obtenção de dados mais antigos. Esse fenômeno aliado às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS) acabam por trazer novas possibilidades de trabalhos científicos, como trabalhos recentes de Augustinho e de Lima (2012); Araujo, Dos Santos, de Sousa & Cavalcante Junior (2017); Antonovz, Correa e Peixe (2017); Maeda e Varela (2017); Bezerra, Da Silva e Albuquerque (2017) e de Lima, Bonfim e Assuero (2017), devido à melhora na disponibilidade dos dados.

Lima Moreno, Miranda e Silva Neto (2018) colocam que a questão dos trabalhos atuais sobre o setor público serem de pouca contribuição por estarem focados estritamente em não cumprimento de normas técnicas, faltando assim uma abordagem mais gerencial, a falta de uma visão de Contabilidade Gerencial também pode ser relacionada coma desconexão nos trabalhos entre temas correlatos como Teoria de Agência e Teoria dos Grupos de Pressão vistos na Literatura. Essa desconexão causa uma visão limitada do problema e classificações diferentes para a mesma questão, causando ainda mais confusão em temas complexos.

1.5 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

O método aplicado para a pesquisa se limitou a dados documentais, o período de coleta compreende cinco anos, de 2012 a 2016, devido à limitação de dados de transparência do Legislativo de alguns países, o foco utilizado é organizacional utilizando dados do Poder Legislativo de seis países, cuja base teórica se utiliza da junção da Teoria de Agência e Grupos de Pressão, realizando o estudo por meio de um processo descritivo, objetivando testar a relação de fatores vinculados com os custos de agência e os custos auferidos na Câmara de Deputados, assim, utilizando a análise de desempenho como um mecanismo de suporte para análise dos custos. Figurando como amostra de dados os Países da América Latina Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai e México.

1.6 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA

O presente estudo segue a estrutura de cinco capítulos. O primeiro compreende a introdução na qual é dada uma visão geral do trabalho. O segundo capítulo compreende o referencial teórico, no qual o tema da delegação de poder no setor público é explorado de forma profunda, por meio da Teoria de Agência ligação com Grupos de Pressão. Em seguida, é exposto o uso dos índices de desempenho globalmente aceitos como uma alternativa proposta em diversos estudos para controlar os custos de agência e avaliar o Estado. No terceiro capítulo são expostos a classificação da pesquisa, os procedimentos adotados, as especificidades da amostra e a fundamentação teórica dos procedimentos estatísticos realizados. O quarto capítulo compreende a análise dos dados obtidos de acordo com os objetivos propostos nesta seção e a inferência sobre os resultados à luz da teoria de base proposta. Finalizando com o quinto capítulo no qual são expostas as conclusões, as limitações e as sugestões.

2 BASE TEÓRICA

2.1 TEORIAS E ESTUDOS SOBRE DELEGAÇÃO DE PODER CONFLITANTE

Com a globalização, os países cada dia mais procuram uma unidade de regras como é o caso aplicado à contabilidade nas Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (IPSAS), que procura padronizar os procedimentos contábeis aplicados ao setor público. Essa padronização de regras gera conflitos de interesse advindos da delegação do poder em vários países, principalmente, pela falta de materialidade nas informações aliada às questões da responsabilização do agente público.

Apesar das IPSAS, que ainda não são praticadas totalmente e informações de desempenho ainda não estarem bem desenvolvidas. O agente público se sente pressionado e teme ser responsabilizado pelo mau desempenho ou que isso cause uma impossibilidade de reeleição. Isso acaba gerando uma morosidade no processo de implantação das IPSAS, visto supostamente que não é muito positivo aos olhos dos agentes aumentar as informações disponíveis.

Essa questão de atraso nas IPSAS é um impacto do conflito de interesses entre a sociedade e os agentes do Legislativo, sendo proposta pela Teoria de Agência, pois sem informações materiais na contabilidade fica difícil analisar o desempenho dos agentes e apurar os custos de maneira eficiente. Essa questão é vivida nas organizações em relação a Teoria de Agência devido a subordinação da contabilidade ao agente, o que denota uma precariedade no monitoramento e no controle do mesmo conforme exposto na pesquisa de Machado, Fernandes e Bianchi (2016). O que pode de certa forma corroborar para a assimetria da informação.

As informações veiculadas pela mídia em relação aos custos apurados, conforme o elencado pelo Quadro 3 são colocadas geralmente como valores altos, mas não se têm os motivos e os padrões de comportamento, que geram um desempenho negativo e um aumento significativo dos custos.

Essa visão negativa dos custos supostamente pode atrair um sentimento de responsabilização da sociedade, mas responsabilização na área pública não foi criada com o intuito de punir por resultados não satisfatórios e sim melhorar a qualidade do serviço prestado e controlar para que o interesses particulares de grupos específicos não interfiram nas decisões dos agentes. Dessa forma, a questão do conflito de interesse acaba por se aproximar

da questão gerencial e estendendo a todos os âmbitos do Estado (Julnes, 2006).

A partir disso, é possível observar que um agente, pelo risco da responsabilidade frente a uma análise de desempenho, que tenha base na contabilidade, acaba frustrando as iniciativas de análise de desempenho e qualquer tipo de aumento de materialidade vinculado com as informações relacionadas a estes agentes, em detrimento dos interesses que beneficiam a sociedade de forma impessoal. Isso acaba por causar grande assimetria da informação do setor público, podendo se desdobrar em decisões errôneas, frente à informação exposta, trazendo à tona um problema de desconfiança das informações, não se tendo certeza da materialidade para a análise de desempenho, possibilitando um ambiente oportunista, sendo esta questão exposta nos trabalhos de Stiglitz (1998); Di Francesco (1999); Boland e Fowler (2000) e Guerreiro, Frezatti, Lopes e Pereira (2005).

2.1.1 A Teoria de Agência

De acordo com Jensen e Meckling (2008), a Relação de Agência é um contrato metafórico entre pessoas, sendo possíveis vários principais agentes, de acordo com eles o principal delega a autoridade de decisão ao então agente e esse, por sua vez, pode não proceder de acordo com o interesse do principal.

Em relação à Teoria de Agência, Eisenhardt (1985) sugere que existem dois tipos de estratégias para o controle do agente, sendo uma ligada à avaliação de desempenho do comportamento e a outra do desempenho do resultado. A escolha da estratégia está relacionada com a incerteza em relação ao resultado ou ao comportamento e objetivo primordial do sistema de informação em relação ao controle.

Dessa forma, de acordo com Eisenhardt (2015), a Teoria de Agência objetiva resolver dois problemas, sendo primeiramente o custo que o principal tem para verificar as atitudes do agente e, em segundo lugar, é a questão da proporção de risco a que os indivíduos da relação de agência estão expostos nas atitudes enviesadas, com interesses particulares, praticadas por eles. Eisenhardt também separa a Teoria da Agência em duas linhas de pensamento, sendo uma a Linha Positiva, conforme o Quadro 1 e a Linha Agente-Principal, conforme o Quadro 2 e a classifica em dez proposições, sendo duas em cada linha.

A primeira linha, a Positiva, conforme prega o autor, tem uma visão um pouco mais qualitativa, procurando identificação dos casos de Conflito de Interesse, naturalmente composta conforme o Quadro 1, por autores seminais. Os autores dessa Linha estão à procura de fundamentar as bases da Teoria de Agência, descrevendo e argumentando sobre uma série

de prováveis causalidades e efeitos ocasionados pelo fenômeno de conflito de interesses. Na relação de agência, Eisenhardt (1989) propõe duas proposições com tipos de contratos diferentes, para elencar quais possivelmente farão com que o agente coopere com os interesses do principal, baseando o contrato no resultado ou no comportamento.

No entanto, essa visão Positiva tinha levado como base a teoria da firma, proposta por Coase (1937), que vem com a ideia clássica de firma ligada ao mercado e à produção industrial.

Quadro 1- Linha Positiva da Teoria da Agência.

Linha Positiva	
Foco na identificação de episódios que o Principal e o Agente estão suscetíveis a terem interesses conflitantes, descrevendo assim os mecanismos de governança que limitam esse comportamento conflitante, sendo a governança entendida por duas proposições.	
Proposição 1: Se o contrato entre agente e principal for baseado em resultados é provável que o agente coopere com os interesses do principal.	Autores: Fama (1980); Fama e Jensen (1983); Stroh, Brett, Baumann e Reilly (1996)
Proposição 2: Quando o diretor tem informações para verificar o comportamento do agente é bem provável que o agente trabalhe em função dos interesses do principal.	Autores: Hirsch, Michaels e Friedman (1987); Perrow (1986); Barney e Ouchi (1986); Kiser (1999); Mayston (1993)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das ideias de Eisenhardt (1989).

Conforme salienta Eisenhardt (1989), com passar dos anos as pesquisas puderam incorporar a Teoria da Agência, em várias áreas, como na Contabilidade, na Economia, nas Finanças, no *marketing*, nas Ciências Políticas, no comportamento organizacional e na Sociologia.

Esta utilização diferenciada não se manteve apenas em relação à área do conhecimento, mas também em tipos de organizações tanto públicas como privadas. Quando o Estado é relacionado com a Teoria de Agência, algumas perspectivas têm que ser adaptadas, mas como na ideia da firma existe um contrato, no Estado da mesma forma existe, entretanto muitas vezes mais condicionados aos contratos de comportamento do que de resultado. Dessa forma, com a vasta complexidade do Estado e de metas a serem alcançadas, o mesmo usa o método de controle chamado orçamento, para controlar seus recursos.

Essa situação remete a pesquisas na área pública, sendo essas mais ligadas com a linha positiva, fazendo adaptações na teoria como é o caso do estudo de Mayston (1993), visto que essa teoria que tem seu peso teórico nas firmas ou organizações de direito privado.

A segunda linha, o Agente-Principal tem uma abordagem mais matemática e quantitativa, propondo modelos para encontrar respostas sobre fatores, como preferência das partes relacionadas com incerteza e risco das informações. Arbitrando dessa forma sobre qual tipo de contrato seria ideal para minimizar o efeito dos conflitos de interesse entre agente e o principal. Os autores dessa linha também procuram uma flexibilização da ideia de agente e principal, com outros tipos de relacionamento como empregador e empregado, advogado e cliente e comprador e fornecedor (Eisenhardt, 1989).

Quadro 2 - Linha Agente-Principal da Teoria da Agência.

Linha Agente-Principal	
Foco é determinar qual tipo de contrato é ideal, sendo o baseado em comportamento ou o baseado em resultados como o mais eficiente. Para o entendimento são apresentadas oito proposições.	
Proposição 1: Os sistemas de informação estão positivamente relacionados aos contratos com base no comportamento e negativamente relacionados com contratos baseados em resultados.	Autores: Adams (1994); Mason, Thibault e Misener (2006); Sharma (1997);
Proposição 2: A incerteza dos resultados está positivamente relacionada com contratos baseados em comportamento e negativamente relacionada com contratos baseados em resultados.	Autores: Demski e Feltham (1978); Holmstrom (1979).
Proposição 3: A aversão ao risco do agente está positivamente relacionada com contratos, baseados em comportamento e negativamente relacionada com contratos baseados em resultados.	Autores: Demski (1980); Ouchi (1979) e Perrow (1986).
Proposição 4: A aversão ao risco do principal está negativamente relacionada aos contratos, baseados em comportamento e positivamente relacionados com contratos baseados em resultados.	Autores: Eisenhardt (1985 e 1988); Dobson (1993)
Proposição 5: O conflito de objetivos do principal e objetivo do agente está negativamente relacionado aos contratos, baseados em comportamento e positivamente relacionados com contratos baseados em resultados.	Autores: Donaldson e Davis (1991); Garen (1994); Spiller (1990)
Proposição 6: Tarefas Programadas estão positivamente relacionadas com contratos baseados em comportamento e negativamente relacionados com contratos baseados em resultados.	Autores: Eisenhardt (1985).

Proposição 7: A mensurabilidade do resultado está negativamente relacionada com contratos baseados em comportamento e positivamente relacionados com contratos baseados em resultados.	Autores: Lamber (1983)
Proposição 8: A duração da relação da agência está positivamente relacionada com contratos baseados em comportamento e negativamente relacionados aos contratos baseados em resultados.	Autores: Denis, Denis e Sarin (1997)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das ideias Eisenhardt (1989).

Quando a Teoria de Agência é colocada como lente de observação do Poder Legislativo, o principal figuraria como os eleitores que estão sobre a autoridade do Estado (Mayston, 1993). Levando em consideração, o Estado é de acordo com Weber, Gerth e Mills (1982), uma comunidade humana que tem um território e o monopólio da coerção, ou seja, é uma figura abstrata que ao mesmo tempo em que representa o coletivo se coloca como limitador de comportamentos dos indivíduos. No caso, o Estado é mais forte que qualquer indivíduo, logo, o indivíduo, a fim de manter sua propriedade privada, criou uma entidade coletiva mais forte para garantir esse direito em relação aos outros indivíduos do território.

Quando se coloca a figura do agente sob uma visão tradicional da Teoria de Agência, o mesmo é colocado como um oportunista que deve sempre ser monitorado, mas com uma visão mais ampla da teoria pode-se observar que o principal da mesma forma pode ser oportunista (Lourenço & Sauerbronn, 2017). Essa questão pode ser sentida no setor público com os grupos de principais que se beneficiam com as ações do agente, até pressionam os mesmos para direcionar as ações para beneficiar grupos específicos.

Logo, o problema reside na separação da propriedade e do controle, ocasionada pelo agenciamento, ou seja, o agente é um indivíduo escolhido pelo principal na teoria de Agência para controlar a propriedade, mas a propriedade continua em poder do principal, como elencado na pesquisa de Jensen e Meckling (2008), as ações desse agente implica em consequências a propriedade do principal, levando em conta que essa ações gerou um custo indesejável, cria-se a classificação de custo de agência. Um custo decorrente de uma ação adversa do agente ou de uma ação que o principal não aprova.

2.1.2 Teoria de Agência no Legislativo

A relação de agência no setor público ocorre em um ambiente de vários principais, dentro de um país democrático, por meio da eleição de seus representantes, delegando a

autoridade para, por exemplo, um membro do congresso. O agente eleito deve estar alinhado com a eficiência dos gastos públicos e a promoção de políticas públicas impessoais, caso contrário, o bem-estar social pode estar sobre risco de ser comprometido.

Esse quadro é exposto na pesquisa de Saalfeld (2000), na qual o autor demonstra os conflitos de agência que são advindos da maior parte da assimetria da informação entre o poder Executivo e Legislativo. Por meio da linha Agente-Principal salientando a dificuldade de se alcançarem as informações dos parlamentos e a falta de monitoramento das atividades e ações dos parlamentares. Saalfeld (2000) coloca as influências que o Legislativo tem sobre o Executivo, apesar de que geralmente o Presidente tenha a prerrogativa do veto, o Legislativo tem a prerrogativa de fiscalizar o Executivo e, dessa forma, vem angariando certa influência em agentes de outras esferas.

O controle dos agentes do Legislativo se apresenta muitas vezes falho nos parlamentos, como é o caso dos países do Oeste da Europa, sendo que esse fenômeno de risco propiciou vários trabalhos científicos, como: Loewenberg (1971), Berger (1979), Raunio e Hix (2000), Elgie e Stapleton (2006), e Van Zanden et al. (2012), demonstrando que o controle ineficiente do agente causa maior exposição ao risco moral oportunista, podendo propiciar a corrupção dos agentes em ações em prol de interesses particulares.

A própria falta de moralidade do agente é uma constante, quando se tem uma amostra dos agentes políticos democraticamente eleitos. De acordo com Storm (1997), não é possível conhecer todas as ações dos representantes eleitos, que recebem a autoridade de legislar dos principais, esse conflito gera dois tipos de problemas: o risco moral e a seleção adversa. O risco moral existe na relação de agência devido à falta de mecanismos de controle e de análise de desempenho, ficando assim o principal sem meio de controlar o quão fiel é o agente ao princípio da impessoalidade e quão eficientes são suas políticas públicas, propostas em forma de projetos, correndo o risco de gerar ações ocultas. Já a seleção adversa existe na hipótese de que a função política possa ter atraído para seu ambiente apenas pessoas erradas, sendo essas motivadas por seus próprios interesses, tendo em vista a dificuldade em julgar os candidatos, causada pela assimetria de informação caracterizando uma seleção adversa.

O problema de agência no setor público associado ao Custo de Agência influenciaria diversas questões no Estado como desenvolvimento econômico e promoção do bem-estar social (Mauro, 1995; Mo, 2001; Marino, et al., 2016). É comum verificar nos meios de comunicação de mídia, não formais do ponto de vista científico, mas classificado como uma forma de expressão que permeia a sociedade. No exemplo do Quadro 3, é possível verificar notícias sobre aumento de salários nas Câmaras de Deputados dos países da América Latina

da amostra, os altos custos e escândalos envolvendo as ações dos Deputados eleitos nesses países.

Quadro 3- Notícias negativas das Câmaras de Deputados.

Argentina	El país (2000)	<i>El Congreso argentino sufre un espectacular robo de un millón de dólares</i>
	El país (2016)	<i>Los diputados argentinos corrigen su subida de sueldo ante la polémica</i>
	La Nacion (2017)	<i>Sueldos altos y poca actividad en la Legislatura bonaerense</i>
Brasil	G1 (2007)	Congresso do Brasil é o mais caro
	UOL (2012)	Congresso teve 38 escândalos em 2012
	R7 (2015)	Mesmo na crise, Congresso paga supersalários para garçons, porteiros, recepcionistas e terceirizados
Chile	Ciper (2014)	<i>Asesorías parlamentarias sin control: Diputados gastan \$6.000 millones en dos años</i>
	Publmetro (2015)	<i>Estos son los diputados que tienen más altos gastos parlamentarios</i>
	T13 (2017)	<i>Ex diputado Hales enfrenta denuncia por supuesto abuso en Fiscalía Oriente</i>
Paraguai	El Mundo (2014)	<i>El congreso paraguayo prescindirá de asesores sin funciones y ahorrará 1,5 millones de euros al año</i>
	Ultima Hora (2018)	<i>Gasto por cada diputado aumentó 600% en 15 años, según consultora</i>
	Ultima Hora(2019)	<i>El salario de algunos parlamentarios asciende a más de G. 41 millones</i>
México	El Financiero (2015)	<i>México, entre los países con más desvío de recursos oficiales: WEF</i>
	El Sol do México (2018)	<i>Piden hacer recorte 2,700 mdp a gastos y salarios de Cámara de Diputados</i>
	Cc news (2018)	<i>Diputados mexicanos gastan millones en café, galletas y gasolina</i>
Uruguai	El Pais (2015)	<i>Uruguay, el que más gasta en financiar a legisladores</i>
	Sdp Noticias (2017)	<i>Líder del PAN desvió recursos de Sonora para financiar campaña en Hermosillo</i>
	El Observador (2018)	<i>Envidrio: de la “vela al socialismo” a denuncias por trabajo irregular</i>

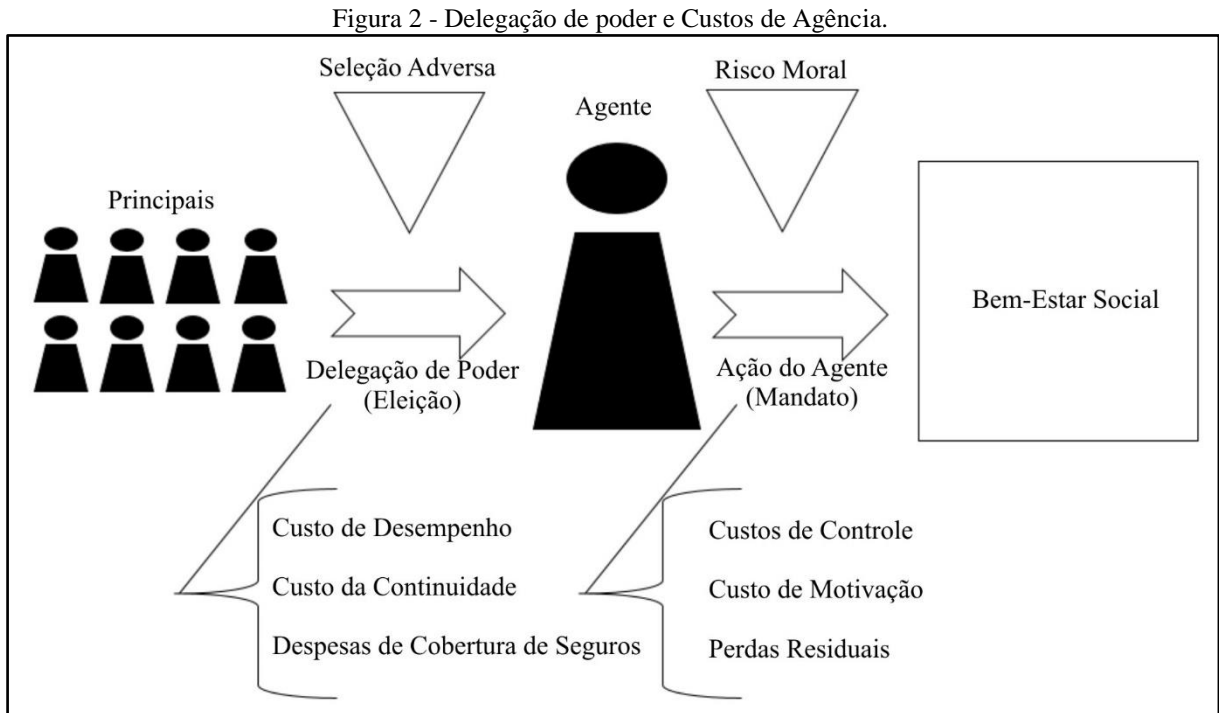
Fonte: Elaborado pelo autor

Esses episódios acontecem pela natureza da delegação do poder em meio ao um ambiente com falha de informação, como é notado no Quadro 3 em exposição da desconexão dos agentes com os interesses da população. Salários altos, muitas vezes, significam mais tributos para sociedade, como políticas públicas desconexas representam perdas para os principais, dessa forma a mídia exprime sucessivas notícias negativas em relação as ações dos agentes, devido à natureza adversa das iniciativas tomadas (Fonseca, 2013).

Esses dois problemas são causa de origem dos Custos de Agência, de acordo com Jensen e Meckling (2008) existem três classificações para os Custos de Agência, despesas de monitoramento, despesas de cobertura de seguros e perdas residuais. No entanto, essa divisão foi feita pelo autor com base em uma firma, ao transportar esses quesitos para o Estado uma classificação mais abrangente seria mais eficiente.

Desse modo, é possível classificar os Custos de Agência de uma maneira diferente da

proposta por Jensen & Meckling (2008). Por meio da Figura 2 é possível identificar custos advindos dos conflitos de agência com foco no setor público, Mayston (1993) expõe em sua pesquisa a interação do problema de Agência no Novo Setor Público, “novo” devido aos esforços da contabilidade para aumentar o controle dos principais sobre as ações dos agentes públicos.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Os Custos de Agência são advindos da delegação de poder, primeiramente, os custos são relacionados com o desconhecimento do principal a respeito da conduta do agente para escolher a quem delegar o poder, em segundo lugar, depois de nomeado o agente tem uma segurança maior, carecendo o principal de controlar ou motivar o agente, para que não tenha perdas residuais de atos voltados aos interesses estranhos aos interesses públicos.

O custo da delegação no serviço público é sentido pelos principais, conforme o autor Mayson (1993) salienta em acordo com a relação de aumento de gastos, com aumento de tributos, logo, um Estado mais eficiente em seus gastos pode custar menos ao contribuinte, sendo essa uma ideia que vem com as IPSAS, um Estado mais barato, eficiente e transparente.

Uma questão recorrente vista dos países em geral é de agentes do Legislativo, que agem por interesses particulares e aumentam os próprios salários ou de outros servidores, deixando o Estado mais caro. Além disso, existe a prática do orçamento excessivamente deficitário, os entes públicos acabam sendo deficitários na maioria dos países democráticos.

De acordo com Alesina e Perotti (1995), a economia política é baseada em modelos de decisões oportunistas, por parte dos políticos aliados a eleitores ingênuos, que vivem sobre uma “ilusão fiscal”, os países vivem quadros de orçamentos deficitários gerando um custo de continuidade pelas manobras orçamentárias feitas. O novo agente não tem interesse de continuar obras e políticas dos seus antecessores, abandonando os projetos dos antecessores, em contra partida o antecessor lhe proporciona um começo de governo com o orçamento deficitário, dificultando implementação de novas políticas, comprometendo a continuidade e limitando o tempo de atividade das políticas ao mandato do agente.

Alesina e Perotti (1995) também salientam que a escola keynesiana corrobora para a ideia de déficits, mostrando um oportunismo na ação dos agentes, sendo eles sempre dispostos a gerir déficits e nunca dispostos a gerar excedentes. Os custos de agência com grupos não se restringem apenas a ganhar prestígio junto aos principais, mas também com subsídios para os principais, ou seja, atos como obras e ações sociais oportunistas geram um montante cada vez maior de despesas no Estado, mas para o agente são slogans de campanha. Outra questão é a falta de informação sobre o desempenho dos agentes, gerando uma seleção adversa, o agente pode alegar que fez um viaduto, mas não se tem informação de quanto esta obra custou, se foi cumprido o prazo e se aquela política pública foi a melhor para o momento.

Na visão de motivação do agente existe uma complicação como ocorre no caso dos próprios salários dos agentes. A motivação em regra seria do principal para com o agente, a fim de evitar o risco moral se usaria o viés da motivação para induzir os agentes a seguirem seus interesses, no entanto, no meio público ocorre de maneira igualmente oportunista, pois é o próprio agente que controla os incentivos e o valor de seus vencimentos, desse modo, oportunamente se automotiva na medida da sobra do orçamento, sendo direcionado o mesmo para o déficit orçamentário (Ferreira & Bugarin, 2007).

Vieira (2012), em seu estudo sobre a transparência nos municípios brasileiros, elenca a importância da transparência para inibir as ações oportunistas, colocando participação da sociedade na fiscalização do Governo como um quesito fundamental, um caminho para o controle do agente é a ação coletiva dos principais, no entanto eles só podem fazê-lo se estiverem munidos de informações precisas e de fácil entendimento (Mungiu-Pippidi, 2013)

No entanto, as informações de transparência, tanto no estudo de Vieira (2012) como nos de Zaman e Shiraz (2007) e Ceneviva e Ferreira (2012), mostram que a assimetria da informação é quando se tem um conjunto de informações imprecisas e de difícil compressão, que podem ser falsas ou manipuladas.

A falta de recursos gera uma falta de controle, que se reflete na qualidade das

informações geradas, essa necessidade pujante de informações propicia a capacidade de o principal controlar ou não as ações do agente, logo sua falta expõe a relação de agência ao risco moral (Holmstrom, 1979).

Por outro lado, existem Custos de Agência que se relacionam com questões de seleção adversa como é o caso de Custos de Agência sobre o desempenho e continuidade.

A questão do desempenho ou resultado alcançado pelo agente é de difícil mensuração, no entanto, sua não utilização aumenta o risco de seleção adversa dos candidatos, no caso das leis veiculadas pelo Congresso Nacional, as mesmas têm a capacidade de moldar toda direção econômica de um país, causando impactos significativos a toda população de uma nação em alguns casos.

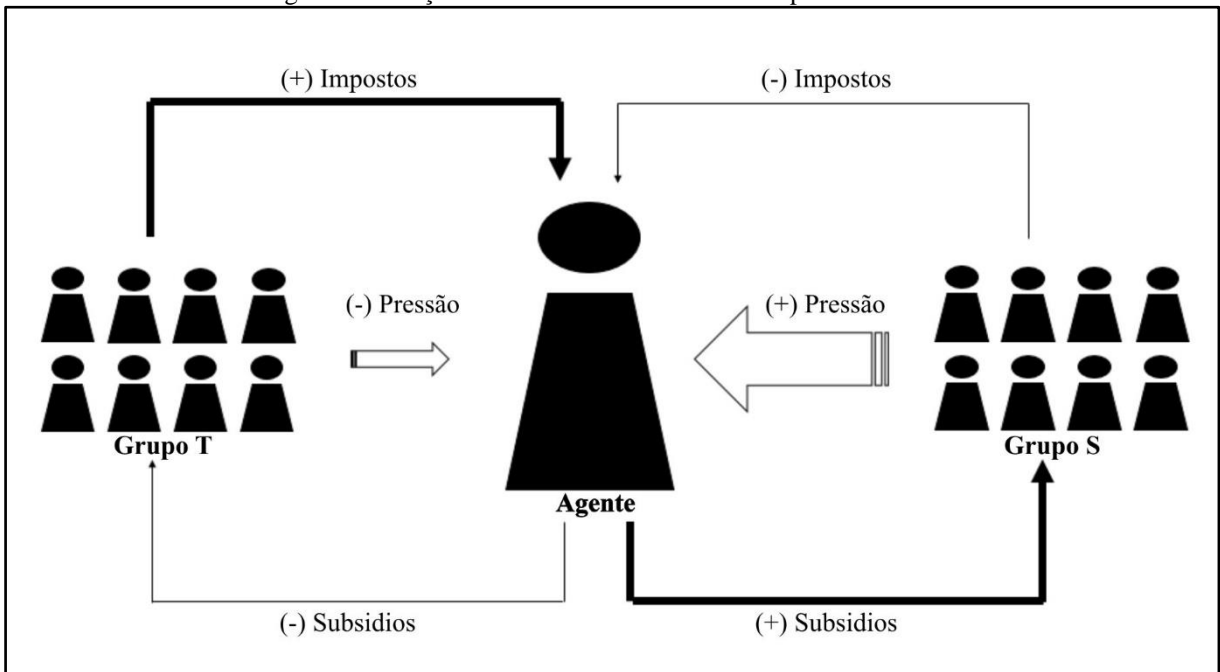
2.1.3 Interesses Particulares

Na Teoria dos Grupos de Pressão, essa questão dos tributos também é discutida, bem como influências sofridas pelo agente político, que gerariam um conflito de interesse na relação de agência. Esta Teoria foi proposta pelo ganhador do prêmio Nobel de Economia de 1992, Gary Becker. Em sua pesquisa, Becker (1983) coloca que o comportamento político acaba sendo determinado por esforços de indivíduos ou grupos para promover seus interesses próprios. Dessa forma, o autor propõe que a pressão dos grupos tem uma relação matemática com subsídios e impostos promovidos pelo agente em relação a um grupo.

Becker (1983) coloca por meio de oito equações matemáticas que toda a atividade de um agente político que aumente a renda de um grupo é chamado de subsídio e o inverso como imposto. O quantitativo de impostos pagos é aproximadamente igual ao custo de subsídios concedidos, o grupo com mais subsídios tem mais renda e, conseqüentemente, mais influência.

Essa equação de equilíbrio entre os grupos demonstra a questão da anulação das influências demonstrando que a tributação acaba por gerar um sistema de equilíbrio de influências, conforme as decisões do agente. Logo, as influências dos grupos de pressão geram um foco de bem-estar para grupos específicos, estando em desacordo um esforço impessoal. Essa relação está expressa na Figura 3, na qual os grupos que pagam mais impostos, geralmente, não têm muita influência sobre o agente, já os grupos com fortes subsídios detêm maior influência, podendo pressionar mais o agente para que realize ações alinhadas com seus interesses (Becker, 1983).

Figura 3 - Relação matemática da Teoria dos Grupos de Pressão.



Fonte: Elaborado pelo Autor a partir das ideias de Becker (1983)

Em outro trabalho, o autor Becker (1985) coloca mais uma questão dentro desse conflito “o princípio da compensação”, por meio do qual o grupo vencedor compensa o grupo perdedor por meio de políticas sociais, sendo esse custo chamado de custo peso-morto e funciona como um incentivo para aqueles que arcam com a maior parte dos impostos. Esse quadro acaba por gerar variações de Governos como é o caso de Governos caracterizados como populistas, sendo as políticas sociais uma espécie de controle do grupo perdedor, para o qual a carga tributária é mais pesada (Tilly, 2017).

Devido à complexidade dos atores dessa relação e a quantidade de grupos diversos envolvidos, que Spiller (1990) e Zampieri (2013) coloca o caso do Congresso, no qual os grupos necessitam realizar um esforço maior para influenciar diversos agentes, visto que só com o apoio de certa maioria conseguirão os subsídios almejados.

Dessa forma, diante da quantidade de partidos e da necessidade de maioria nas votações do Legislativo é possível verificar o fenômeno da coalizão em que se forma um grupo majoritário dentro do Legislativo, a fim de manter o poder de aprovação. Nesse sentido, no presidencialismo, o presidente acaba por necessitar da criação de uma coalizão no Congresso para assegurar a governabilidade, gerando assim o Presidencialismo de Coalizão (Cheibub, Przeworski, & Saiegh, 2004).

Conforme Alemán e Tsebelis (2011), na América Latina é possível verificar uma significativa propensão para a formação de coalizões em função das variações significativas

no número de partidos e rotatividade de agentes. Assim, fica evidente a questão do conflito de interesses internos na organização, nas quais os agentes procuram associações dentro e fora do Congresso Federal para potencializar a realização de seus objetivos.

Quando se vê o problema do conflito de interesses no Estado, uma questão acaba por ser importante de ser frisada, sendo a existência de pressões externas de grupos, geralmente, não quantitativamente majoritários, mas sim economicamente majoritários. Higley e Gunther (1992) colocam em sua obra que os Grupos de Pressão foram importantes na estabilização da Democracia, no entanto exercem dominação sobre o quadro político, dominando assim grupos majoritários com menor poder econômico.

A questão da compensação não se limita ao custo peso-morto, proposto por Becker (1985), mas também em relação à imagem do Governo e de seus agentes, de forma que a preocupação com a imagem dos membros do Congresso pode ser caracterizada como um risco vivido pelo agente. Quando se cria uma imagem para os eleitores, o agente tenta controlar a percepção do principal, esse fato é salientado na pesquisa de Davis (2003), em que o autor mostra que essa preocupação vem causando, ao longo do tempo, aumento dentro do meio público dos gastos com relações públicas ou propaganda.

Apesar dos esforços dos partidos em melhorarem a imagem perante o eleitorado com esse controle de mídia, Dalton (2013) salienta certo desgaste entre os cidadãos e os partidos. A partir da década de 1960 é possível perceber um crescimento de eleitores apartidários nos Estados Unidos da América, o que remete a um maior distanciamento da ideia que o político eleito realmente representa os interesses de uma parcela majoritária dos cidadãos e corrobora para ideia de grupos de pressão.

Baquero, Castro & Ranincheski (2016) salientam a deslegitimação dos partidos políticos em toda América Latina e de forma particular no Brasil, em que essas instituições que teoricamente seriam responsáveis pela captação do interesse coletivo e impessoal junto aos cidadãos para então transmitir ao Estado por meio de representantes, segundo os autores, tem um visível problema de desconfiança do principal.

O caso também não se restringe às Repúblicas novas, mas também às antigas após o advento a 2º Guerra Mundial, por meio do que pode ser visto uma melhora na economia com uma tranquila estabilidade política em democracias antigas, como: Inglaterra, França, Suécia e Canadá, que contabilizaram índices decrescentes de confiança em instituições públicas em geral (Moisés & Carneiro 2008). No entanto, a questão da relação do desempenho econômico com a descrença no sistema democrático de Governo não está consolidada, visto que existe um antagonismo de resultados em relação a questão da perda de confiança, como é o exemplo

das pesquisas de Kotzian (2011), que encontrou indícios dessa causalidade em detrimento da pesquisa de Salinas e Booth (2011), que não sustenta essa hipótese. Dessa forma, salientando que o problema da desconfiança não é totalmente determinado.

Questões como a violência e a instabilidade política na América Latina podem interferir no comportamento dos principais e grupos externos, podendo propiciar descontentamento com o regime democrático (Pérez, 2009).

Casalechi (2016), em sua pesquisa, corrobora com a ideia de Pérez (2009) na América Latina, acerca da incapacidade de lidar com a criminalidade e atos corruptos acaba por aumentar a inclinação dos principais por um regime mais autoritário, logo, o conflito de agência no âmbito do Estado pode interferir não somente no custo, mas também em questões políticas.

A questão da imagem do agente político interfere na imagem do grupo partidário, por exemplo, o envolvimento em casos de ações adversas do agente acaba por gerar sentimentos contrários nos principais em relação a uma legenda partidária (Ribeiro, Carreirão & Borba, 2016).

Esses resultados exprimem a prática dos agentes políticos que acabam primando pelos interesses de seus patrocinadores, no caso os grupos de pressão, além da necessidade de controlar a imagem pública, que apesar de manter um processo de propaganda não consegue conter alguns episódios que geram insatisfação para a população. Os grupos vencedores proporcionaram recursos para a candidatura do agente, evento esse que demanda um alto investimento, por meio dessa ideia existe uma dívida entre o Agente e os Grupos de Pressão vencedores, que influenciam ações no âmbito dos poderes alinhados com os interesses desses (Güney, 2015).

Esse fenômeno está espalhado pelas democracias por todo o Globo, a desconfiança e a falta do apoio para a democracia já foram elencados em vários estudos, como: Rose e Mishler (1996), Park e Chull Shin (2006), Tessler e Gao (2005), Warren (1999) e Braithwaite e Levi (2003).

O agente político em meio ao um ambiente desfavorável de desconfiança tem que, repetidamente, reafirmar sua idoneidade e produtividade em relação a atos que beneficiariam toda a sociedade, para tanto precisa promover de forma continuada sua imagem sendo ajudado nessa ação em parte pelos próprios recursos públicos e outra parte pelos grupos de pressão, que patrocinam os partidos com doações, ou seja, o agente político que não cede ao interesse de seus patrocinadores acaba supostamente não tendo recursos suficientes para fazer frente ao ambiente de desconfiança em relação às classes políticas e suas instituições, tendo

sua chance de ser novamente eleito diminuída (Peters, 2014).

Caracterizando assim uma relação complexa de influência entre os grupos de pressão ou grupos de principais e os agentes que se utilizam do *marketing* e das políticas sociais para controlar os grupos perdedores, que arcam como Custo Total do Estado, em uma parcela maior, pois a influência está proporcionalmente atrelada aos subsídios recebidos ou a renda do grupo (Becker, 1985). Entretanto, o voto em si está relacionado ao quantitativo do grupo de forma que grupos maiores deveriam ter maior persuasão, isso levando em consideração quando eleições são legítimas e livres de práticas como compra de voto. A prática de coerção de eleitores e trocas de favores fazem parte, de certa forma, do custo de peso-morto, pois oferecem uma vantagem momentânea para o grupo perdedor em troca de votos.

Nordhaus (1975), propõe que os eleitores supostamente teriam uma espécie de falta de visão ou de memória, uma vez que os mesmos só levam em consideração fatos econômicos mais recentes, logo, o agente se valendo desse conhecimento promove um desempenho mais elevado da economia no período às vésperas da eleição, direcionando os votos dos principais ou eleitores. Um exemplo dado pelo autor é o caso da troca entre nível de desemprego e taxa de inflação, em que o Governo se valendo do conhecimento de que a taxa de inflação tem um tempo mais elevado de reação frente aos estímulos no nível de desemprego, normalmente, busca uma redução no desemprego nas vésperas das eleições, sabendo que o proporcional aumento na inflação só será sentido após o período eleitoral.

Cavalcante (2016), em sua pesquisa, aponta que o gasto com obras pode ser um forte influenciador da opinião da população, visto que obras são visíveis ao principal e são facilmente utilizadas como slogan de campanha. Alt e Lassen (2006) reforçam a ideia de um maior equilíbrio fiscal em países industrializados ou desenvolvidos, atrelando o aumento do fenômeno do oportunismo frente as eleições e baixa transparência de alguns países. Dessa forma, a transparência acaba sendo atrelada ao custo de controle do agente na presente pesquisa, os autores corroboram para a ideia que a falta de controle pela transparência gera uma assimetria informacional oportunista para o agente, que se valendo disso passa a realizar ações de risco moral devido à incapacidade do principal de controlar e fiscalizar as ações do agente (Sheate, 2012).

Logo, a questão da manipulação fiscal dos gastos relacionados com os variações de custos frente as eleições são empiricamente reforçados em diversos estudos, como os de Rose (2006), Shi e Svensson (2006), Saporitti e Streb (2008), Hanusch (2012), Haan (2013), Klomp e Haan (2013) e González, Hindriks e Porteiro (2013). Observando essas pesquisas é possível identificar fatores que influenciam o comportamento do agente frente as eleições.

A questão de falta de informação é elucidada pela teoria dos jogos com a contribuição dada por Nash (1950), por meio da teoria dos jogos é possível identificar que os o conflito de interesses na área pública é como um jogo de ganha-perde, pois quando realizado o oportunismo do agente, o mesmo se valendo da assimetria informacional em relação ao principal, no caso o eleitor, para realizar ações em prol de grupos de pressão, logo como a troca de informação não é perfeita ou outros grupos não tem como impedir essa prática, sendo um jogo de informação incompleta.

Para Facchinei e Kanzow (2010), o equilíbrio de Nash dentro da teoria dos jogos coloca a questão, quando todos os jogadores têm um quadro de informação completo, eles acabam por tomar a decisão mais racional em relação ao resultado, visto que cada um procurará potencializar os seus ganhos.

Olhando para a questão principal-agente do Estado é possível verificar que a mesma é extremamente complexa pelo número de jogadores, chegando a se aproximar da utopia quando se pensa em uma relação sem assimetria da informação. Não podendo a relação agente-principal do Estado no caso ser um sistema perfeito sem assimetria da informação, dessa forma a transparência é uma forma de amenizar a assimetria informacional e, conseqüentemente, inibir os ações voltadas para interesses particulares como exposto por Alt e Lassen (2006), mas também aumenta o custo de controle advindo do risco de conflito de interesses entre o agente e principal.

Um conceito que se encaixa a essa questão são as quatro categorias que Friedman & Friedman (1990) salientam em seu livro sobre como um indivíduo gasta o dinheiro:

- a) Quando um indivíduo gasta um dinheiro, que é de sua propriedade, com ele mesmo, o indivíduo em questão acaba por ter um forte ímpeto de economizar;
- b) Quando um indivíduo gasta um dinheiro de sua propriedade para prover um benefício a outro indivíduo, nesse caso o indivíduo que gasta calculará o valor proporcionalmente ao merecimento ou importância do indivíduo que receberá o benefício;
- c) Quando um indivíduo gasta um dinheiro, que não é de sua propriedade, consigo mesmo, geralmente, o indivíduo terá um ímpeto em gastar mais se preocupando com a qualidade, visto que o recurso é advindo de terceiros;
- d) Quando o indivíduo gasta um dinheiro, que não é de sua propriedade, com outro indivíduo, nesse caso o indivíduo gastador não teria razão para fazer economia ou o uso satisfatório do dinheiro.

Por meio dessa ideia é possível verificar que o agente público está naturalmente na

categoria “d”. Dessa forma, pela própria natureza humana é inevitável o conflito de interesses no setor público, levando em consideração os diversos fatores que corroboram para que o agente trabalhe em prol de interesses particulares. Esse equilíbrio só poderia ser alcançado promovendo um Ganha-Ganha para todos os jogadores e para ocorrer esse fenômeno é necessária supressão da assimetria informacional e os jogadores terem total informação sobre a questão (Tridapalli et al. 2011).

A relação de agência frente à falta de transparência causa um risco moral prejudicial devido ao oportunismo humano. Conforme as ideias de Friedman & Friedman (1990), os atores sempre procuram uma forma de potencializar seus ganhos e a forma de haver um maior equilíbrio entre essa relação é a potencialização da informação, suprimindo assimetria da informação.

Conforme Facchinei e Kanzow (2010), pode-se pensar que se o principal tivesse informações suficientes inibiria um comportamento adverso de um agente ou se o agente tivesse consciência do Custo de Agência que gera, não praticaria o ato perante a informação do dano causado a toda sociedade organizada sobre um Estado.

Ganem (2002) coloca essa visão, retratada por Adam Smith, do chamado egoísmo humano e o equilíbrio por meio da concorrência de mercado, que vê a intervenção do Estado como um limitador do desenvolvimento econômico.

Os países da América Latina são, normalmente, permeados de grandes desigualdades sociais e de Custo de Agência, pois um recurso que seria utilizado para o bem-estar social está sendo usado para vantagens pessoais, sendo essa ação retardada nesses países mais pobres diante da ruptura dos ciclos de pobreza, além de diminuir a estabilidade política (Dobson, 1993; Araújo & Sanchez, 2005).

Também Gray e Kaufman (1998) expõem a ideia que muitas vezes a própria atuação do Estado estimula atos enviesados a interesses particulares, isso pode ser observado por meio dos exemplos, como é o caso do contrabando, um agente pode ser subornado para deixar passar mercadorias ou no caso de baixos salários, o agente pode estar mais propenso a angariar recursos de outras fontes, dependendo da política pública proposta pelo Estado o risco moral aumenta.

Perante a essa problemática, vendo que conforme Gray e Kaufmann (1998), o risco moral gera um Custo de Agência do Estado, sendo cada tipo de atividade do Estado uma fonte de oportunidades para atos oportunistas, conforme o Quadro 4.

Quadro 4 - Portas do Oportunismo.

Aspectos Particulares do Estado	Descrição
Regulamentos e Autorizações	O serviço de regulador do Estado acaba por ser uma porta para atos adversos, o número de autorizações e regulamentos que devem ser cumpridos podem trazer o risco do comportamento do agente que faz a autorização. Muitas vezes é mais barato para um indivíduo subornar o agente público para que o mesmo autorize, irregularmente, uma atividade do Estado passa a ser fonte de risco moral, pois é muito difícil a conferência de todas as autorizações emitidas, sendo difícil a identificação do ato, gerando a oportunidade da impunidade.
Tributação	O próprio ato de tributar é outro aspecto da atividade do Estado que gera oportunidades de ações adversas do agente, muitos países têm tributação alta, logo para os principais tributados acaba sendo mais oportuno pagar um valor menor para o cobrador de impostos do que pagar o montante total devido ao Estado. Esse aspecto é um dos mais nocivos, pois impacta diretamente na receita do Estado diante da oportunidade de ato adverso nesse aspecto, que pode ser reduzida quando não há contato entre o fiscal e o contribuinte com a informatização das cobranças o risco de atos neste aspecto reduz.
Decisões de Gastos	Os gastos públicos, conforme já exposto, acabam por ser um dos aspectos que mais gera oportunidades e risco, pois podem ocorrer obras superfaturadas, empreiteiras fantasmas, obras inacabadas, obras direcionadas para vantagens de grupos particulares. Toda essa diversidade de políticas públicas pode ser realizada por meio do gerenciamento do orçamento, pois as contas das organizações públicas são regularmente auditadas, mas o desempenho dos gastos é um sonho distante no setor público. Logo, causando oportunidades reais de atos adversos dos agentes.
Provisão para Bens e Serviços nos Preços Abaixo do Mercado	Em muitos países, o Estado também se encarrega por prover bens e serviços à sociedade que, geralmente, os preços são abaixo do mercado. São exemplos empréstimos, pensões, fornecimento de água, energia elétrica, bens escassos, acesso à saúde e educação. Esse aspecto do Estado pode proporcionar ao agente oportunidades de atos adversos, pois é o agente que valida o direito do principal por algum desses serviços, como pensões, em que pode ocorrer a concepção de pensões para pessoas que não fariam jus as mesmas, o agente pode fazer isso para obter outras vantagens. O mesmo ocorre

	<p>com empréstimos, pois há países que têm uma linha de crédito especial com juros muito abaixo do mercado teoricamente para promover setores estratégicos da economia do país, no entanto identificam-se vários casos em que as empresas que receberam esses benefícios não eram as melhores opções ou pertenciam a parentes ou doadores de campanha do agente.</p>
Outras decisões discricionárias	<p>As decisões discricionárias são fontes de ações em prol de grupos de pressão, como o principal delega ao agente o poder de decidir discricionariamente sobre as políticas públicas e as decisões não são avaliadas. Logo, os agentes com seu oportunismo e certeza da impunidade se utilizam das decisões para dar vantagem aos grupos específicos como incentivos fiscais, determinação de preços, alterar zoneamentos entre outras. Essas decisões são fonte de trocas entre os grupos de pressão e o agente, sendo que ações enviesadas para vantagens de grupos como um ato adverso muitas vezes de difícil identificação devido à arbitrariedade do interesse público.</p>
Financiamento das Partes	<p>No trabalho do Agente Político eleito, geralmente, existem vários cargos adjacentes que são ocupados por indicação feita por esses agentes e tais pessoas não fazem parte necessariamente do quadro de servidores de carreira, eles figuram como pessoas que têm ligação com o agente político e têm uma identificação maior com estes, visto que apesar de não eleitos, eles foram indicados pelos eleitos, ligando a ocupação do cargo público ao crivo da eleição do agente político. O que acontece nesse caso é a venda de cargos mediante apoio eleitoral, além do nepotismo em que esses agentes indicados não são escolhidos pela sua competência, mas sim por sua reação com o agente político.</p>
Causas Indiretas	<p>As causas indiretas são questões que podem ser vistas como um pouco mais sutis, mas acabam corroborando com os custos de agência. O primeiro ponto seria a questão do status de um cargo público, um agente devido ao poder delegado a ele, que pode se utilizar do mesmo para ganhar um tratamento especial ou até vantagens indevidas. Também é possível identificar neste aspecto a questão dos salários, uma vez que alguns defendem salários altos para que se diminua o risco moral do agente, visto que o mesmo não se interessaria por subornos baixos relativamente.</p>

Fonte: adaptado pelo autor a partir das ideias de Tanzi (1998)

Dessa forma, a complexidade de atuação do Estado na sociedade é visivelmente um campo fértil para o oportunismo de agentes, que necessitam ser controlados ou ter moral elevada para resistir à tentação de praticar atos em prol dos próprios interesses.

2.2 INFORMAÇÃO, CUSTOS E DESEMPENHO

2.2.1 Assimetria da Informação entre Agente e Principal

A falta de informação entre o agente e o principal é um ambiente oportuno para os agentes realizarem ações em prol de interesses particulares, sendo controle de suas ações um Custo de Agência necessário, a fim de diminuir o risco moral. Para manter constante o controle e diminuir alguma assimetria de informação, o desempenho do Estado deveria ser medido por vários índices de desempenho.

De acordo com Moreira e Reginato (2008), a assimetria da informação seria uma falta de informação entre as partes, essa informação incompleta pode gerar decisões incoerentes com a realidade, devido à falta da informação que compromete o sistema decisório no setor público, esse quesito é colocado na transparência em função da obrigação do Estado de publicar seus atos em Governos democráticos.

Rocha et al. (2012) salientam, em sua pesquisa, a predominância de estudos sobre assimetria da informação nos setores privados, tanto nacionais como internacionais. Um fato constatado devido à falta de processos de análise de desempenho e promoção da qualidade do gasto público. Muitas vezes, o sistema de informação no setor público é atrelado a uma questão de controle legal dos agentes e tal sistema tem custos elevados, conforme salientam Dobuzinskis, Laycock e Howlett (2007). Por esse motivo, nos países em desenvolvimento, a questão de avaliação e políticas públicas é mais precária e pouco explorada, causando uma maior exposição a efeitos negativos da relação de agência e as assimetrias de informação (Farah, 2016).

Stiglitz (2002) coloca a importância de se encontrarem alternativas para minimizar a assimetria informacional nos Governos, vistos os impactos que decisões erradas dos agentes públicos podem propiciar internamente e externamente ao território de um Estado. Bandiera, Prat e Valletti (2009) colocam em seu estudo as diferenças de valores entre os produtos adquiridos pelo Estado, produtos iguais acabam por ser comprados por preços muito diferentes, mais um exemplo de falta de informação.

O economista Milton Friedman (1990), ganhador do Prêmio Nobel de Economia, exprime a ideia de que um erro cometido pelo Estado era julgar as políticas pelas intenções ao invés dos resultados que essa proporciona, esse pensamento ilustra bem toda a questão da assimetria da informação no Estado, dado que os agentes promovem políticas sem terem

informações suficientes do impacto de sua ação, e nem de forma prévia, nem posterior, como se fosse um jogo de tentativa e erro.

No entanto, em democracias mais desenvolvidas nas quais a transparência é mais eficiente, a qualidade do gasto público acaba interferindo na confiança da sociedade em relação ao agente, causando um controle maior das ações do agente. Dessa forma, o agente e o principal têm a possibilidade de realizarem ações mais racionais e a pressão sobre os atos do agente aumenta (Svallfors, 2013).

2.2.2 Controle do Agente e Custo da manutenção do Estado

Para poder ter uma transparência eficiente e informativa, a análise de desempenho é uma ferramenta para expor os níveis em que o Estado se encontra, gerando uma multiplicidade de índices devido à complexidade da sociedade humana.

Na Administração Pública, a análise de desempenho se utiliza muito do orçamento público, como base para avaliar e fiscalizar os agentes, no entanto o orçamento pode se mostrar um método limitado devido a sua obsolescência acelerada e por utilizar informações passadas (Otley, 2008).

A literatura propõe uma série de modelos para a análise de desempenho, causando certa confusão, pelo fato de cada modelo se encaixar a um ambiente diverso, visto que esse tema permite uma maior personalização para o objetivo pretendido (Keong Choong, 2013).

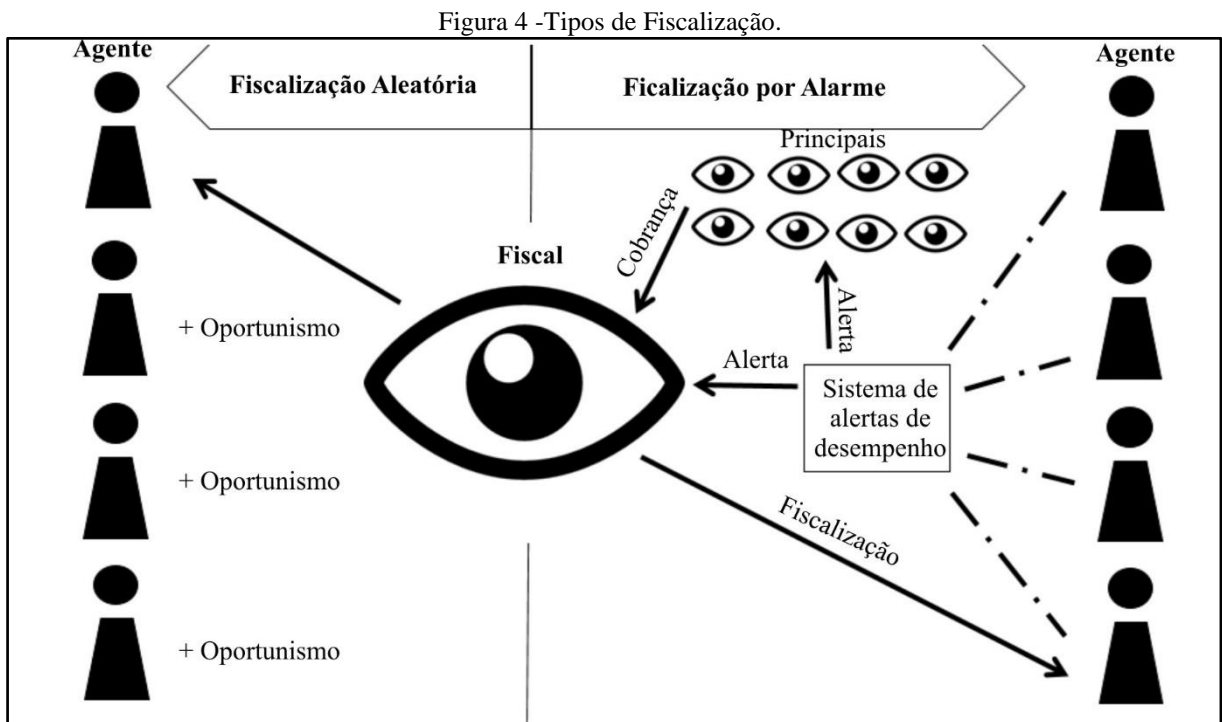
Uma questão que geralmente dificulta o desenvolvimento de modelos de análise de desempenho na área pública, de acordo com Ceneviva e Farah (2012), é o risco de punição desse setor. Normalmente, no setor privado, um agente quando realiza ações abaixo do esperado ou contrárias aos interesses dos principais, em geral é demitido ou substituído, mas no caso do agente público, geralmente, as sanções são mais severas, podendo levar o mesmo para a prisão ou acabar com a reputação política do agente e de seu partido.

Logo, o agente não tem muito interesse que suas ações sejam avaliadas, visto que o índice de desempenho tem um apelo para a participação social, no caso público, fazendo com que a assimetria da informação seja diminuída para grupos que, geralmente, não recebem muitos subsídios (Nordhaus, 1975).

Dessa forma, existe uma necessidade de criação de mecanismos de controle do agente público, mesmo que a iniciativa não seja do próprio Governo, para possibilitar desenvolvimento do setor público e promover a qualidade em todos os âmbitos do Estado (Schneider & Doner, 2000).

Os índices mais desenvolvidos são produzidos por organizações não governamentais como *The World Bank* e OECD, o que reafirma o desinteresse dos agentes públicos em promover um controle maior sobre as próprias ações, uma vez que as informações produzidas no setor público, geralmente, são de difícil compreensão e acesso, promovendo assim uma assimetria de informação mais acentuada neste meio.

Em um Estado, o Congresso acaba por ser, de certa forma, um agente fiscalizador do Executivo, até porque as agências de fiscalização são geralmente subordinadas ao Congresso. Para tanto, os autores McCubbins e Schwartz (1984) elaboraram um modelo de controle dos atos dos agentes públicos, e o modelo consiste em duas formas de controle. O primeiro é onde se fiscaliza de forma direta e aleatória as organizações. Segundo os autores propõe-se uma espécie de alarme, utilizando um sistema de índices de desempenho, que captaria os pontos críticos ou os indícios de comportamentos adversos dos agentes, este caso não só o órgão fiscalizador, mas também a sociedade monitora e fiscaliza os órgãos públicos. Essas duas formas de fiscalizar ficam claras na figura 4, que elenca os dois tipos de fiscalização.



Fonte: Elaborado pelo Autor a partir das ideias de McCubbins e Schwartz (1984)

É possível perceber que o primeiro modelo de fiscalização é o que promove mais risco moral, visto que essa forma supostamente dispõe de pouca ou nenhuma informação, realizando diligências aleatórias por amostragem, onerando assim de forma mais pesada os cofres públicos, além de deixar passar várias irregularidades. Logo, de acordo com os tipos de

fiscalização da Figura 4, o alarme se revela como o mais eficiente para inibir atos adversos dos agentes, pois o sinal de alarme é transmitido quando um índice de desempenho não está de acordo, como por exemplo, em uma fábrica, quando uma máquina não funciona com perfeição, e não só os fiscais recebem o sinal, mas também os principais podem ter acesso a esses níveis de informação, podendo assim fiscalizar os próprios fiscais, caso haja algum tipo de indício de oportunismo de qualquer agente do Estado. No entanto, o tipo de alarme é carente de informações, algo muitas vezes precário no setor público, contudo, não basta apenas informações, também é necessário que mais modelos e sistemas de desempenho sejam utilizados e os pontos críticos identificados.

Ao longo do tempo, os países democráticos, com o intuito de promover a transparência, têm iniciado processos de dados abertos que possibilitaram diversos testes de modelos e de índices de desempenho, conforme é o caso das pesquisas de Oliveira e Pisa (2015) Rezende e Sinay (2016).

Cada vez mais, a sociedade figura como fiscalizadora do Estado e isso é possível por meio da Análise de Desempenho, visto que o mesmo pode ser comparado a um mapa que exprime em que estágio que uma organização está em relação ao seu objetivo, sendo uma forma da sociedade controlar a direção que o Estado está seguindo e se o caminho percorrido está em conformidade com seus interesses (Gimbert, Bisbe & Mendoza, 2010).

Diante da grande mutabilidade das prioridades no setor público, existe certa dificuldade de implementar modelos gerais de desempenho e cada Governo tem sua pauta e pontos que serão vistos com mais ênfase dentro do mandato. O que corrobora com a questão de baixa de desempenho em instituições públicas, que são monitoradas por sistemas de desempenho generalistas, em que a falta de clareza e objetivo no setor público acaba por gerar um desempenho menor do que o esperado, pois os esforços não estão direcionados (Spekle & Verbeeten, 2014).

Farah (2016) demonstra o desenvolvimento, no meio acadêmico, do tema de análise de políticas públicas nos Estados Unidos da América e no Brasil colocando a ideia de Análise de Políticas Públicas como um tema mais acadêmico do que prático, denotando a fraca fiscalização sofrida pelo Estado em relação à sociedade e que a transparência e a análise de desempenho no meio público ainda estão em desenvolvimento.

Dobuzinskis et al. (2007), em seu livro, colocam a questão dos recursos finitos do Estado como um problema para que seja aplicada a análise de políticas públicas de forma prática. Dessa forma, a maioria dos países apresenta métodos e processos de Análise de Desempenho de pouca efetividade, em função de sucessivos cortes no orçamento e a escassez

de recursos que também é fomentada pela prática dos déficits sucessivos dos países democráticos (Alesina & Perotti 1995).

Essa prática gera uma exposição maior do Estado aos Custos de Agência advindos da seleção adversa e, subsequentemente, a falta de investimentos na análise das políticas públicas. Os Estados preferem investir no controle e evitar o risco moral, ao invés de minimizarem os efeitos da seleção adversa, impossibilitando agentes com baixo desempenho de se elegerem (Ferreira & Bugarin, 2007). Esta situação corrobora para resultados péssimos, mas que não ferem a moral, ou seja, se o agente não é avaliado, como o eleitor poderá escolher agentes não incapazes.

A falta da análise de desempenho também impacta nas licitações ou compras do Estado, como é o caso do cartel em licitações, expresso por Silva e Ralha (2011), de acordo com a análise dos autores, existem fortes indícios de cartelização nas licitações nos Estados do Brasil, logo o processo é uma seleção adversa, em que todos os candidatos já acordaram seus preços e quais licitações ficarão para cada candidato, esse fenômeno acaba por inflar o custo do Estado. Existe ainda o caso mais grave, em que o agente está envolvido de alguma forma com o processo licitatório superfaturado em licitações como de obras, visando vantagens pessoais.

A complexidade do Estado supera a de qualquer organização privada, Gerrish (2016) em seu trabalho que engloba 49 estudos sobre Análise de Desempenho no Setor Público, revelando que a análise de desempenho por si só não potencializa o desempenho das organizações, essa informação tem que ser utilizada como ponto de partida gerencial para balizar decisões, visto que esses dados também podem ser utilizados para troca de informações e a realização de uma troca de experiências entre as organizações públicas, afim de que práticas eficientes sejam replicadas.

O Estado para existir necessita de recursos, eles são captados por meio de impostos, que patrocinam a entidade do Estado para promover o bem-estar social coletivo e impessoal. No entanto, a importância não está em saber quanto o Governo gasta com bens e serviços, mas sim o resultado que esse angariou com esses gastos, dessa forma existe uma preocupação com a qualidade do gasto. Essa necessidade de eficiência de gastos vem da grande carga tributária de alguns países, que oneram o contribuinte. Perante isso, o mesmo anseia por um Estado cada vez mais eficiente, a fim de que necessite de menos recursos para sua manutenção ou faça mais com os recursos que arrecadou (Rezende et al., 2010).

É lógico pensar que quanto maior a carga tributária maior é a capacidade do Governo de gerar subsídios para grupos sociais e, também, podendo promover o desenvolvimento

econômico. Essa questão é testada na pesquisa de Mar Bogoni, Hein e Beuren (2011), em que os autores testaram o aumento do PIB em relação aos gastos públicos, levando em consideração que o investimento do Estado é significativo no desenvolvimento econômico, que propicia foco para a questão que o mau uso dos recursos no meio público, podendo impactar no desenvolvimento econômico de um país, sendo que há atos voltados para interesses individuais, sendo um mau uso ou desvio de recursos, de forma que o controle do Estado surge como um mecanismo para manter o desenvolvimento econômico.

Para que os principais tenham a noção correta do modo como é realizado o gasto dos recursos públicos, se faz necessária ótima transparência do Estado. No entanto, os agentes pelo risco de perda de reputação, normalmente, não se interessam em ter uma transparência que mostre a realidade e sim dados confusos e informações que sejam benéficas para a imagem do Governo. Mesmo em locais em que existem recursos para uma transparência melhor, o crivo da imagem pública pesa na forma como a informação é apresentada ao contribuinte (Cruz et al. 2012).

Não basta apenas controlar é importante que o Governo programe modelos mais eficientes de gastos. Tridapalli et al. (2011) colocam a questão da utilização da cadeia de valor +para gerir os gastos públicos, ferramenta essa da Gestão Estratégica de Custos, que propõe uma gestão mais ampla de transparência com controle amplo de custos por toda cadeia, sendo uma gestão em que cada jogador ou envolvido tem mais informações sobre as fases da cadeia, aproximando assim o Estado do equilíbrio de Nash (1950) em seus gastos e, diminuindo a assimetria da informação. Uma barreira difícil de ser transpassada, pois essa melhoria necessitada motivação dos agentes públicos e esses permanecem presos ao risco de reputação, tornando boa parte da falta de qualidade no gasto público, um Custo de Agência.

2.2.3 Indicadores Globais de Desempenho

Uma iniciativa para diminuir a assimetria da informação são os índices globais de desempenho, produzidos geralmente por organizações internacionais, que procuram desenvolver modelos para balizar o desempenho que os países atingem em relação ao seu desenvolvimento.

De acordo com Olken e Pande (2012), esses indicadores possibilitaram estudos mais profundos sobre os efeitos das ações dos agentes e suas relações com outros índices, possibilitando a melhoria da transparência e da análise de desempenho.

De acordo com a pesquisa de Marino et al. (2016), primordialmente, os países

procuravam se diferenciar, especialmente, focando na questão da renda nacional e o crescimento econômico. No entanto, com o advento do *Human development report* de 1990 publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP), Nações Unidas (1990) e o desenvolvimento da contabilidade foi possível uma ampliação do entendimento do assunto.

Com a visão de que a cultura é um conjunto de atitudes e de valores objetivos e práticas que acabam por caracterizar uma organização, o foco apenas em resultado econômico e renda não era suficiente para identificar pontos críticos e potencializar decisões assertivas. Uma visão mais focada no indivíduo foi desenvolvida e demonstrada no *Human development report*, índice do HDI ou IDH um índice calculado em cima de três fatores: a saúde que influi na longevidade, o acesso à educação e o padrão de renda do PIB per capita (Gaygisiz, 2013).

De acordo com Vollmer e Ziegler (2009), o Índice de Desenvolvimento Humano IDH tem uma estreita relação com as instituições públicas, visto que essas interferem fortemente no modo de vida da população. O autor afirma, amparado em testes robustos, que o Governo democrático tem um impacto positivo no índice de IDH, visto que em países democráticos a questão da longevidade e da educação é mais desenvolvida. No entanto, quando o país apresenta grandes desigualdades sociais, o índice de expectativa de vida geralmente é comprometido, comprometendo assim o IDH.

Outra questão relevante é a identificação do indicador socioeconômico, conforme Bonifácio e Schlegel (2012), como um balizador dos níveis de cobrança da população quanto maior o desenvolvimento humano do país, mais cobranças são feitas pelos principais aos agentes, aumentando pressão (Becker, 1983).

O IDH é um índice que tem uma tônica socioeconômica e foi amplamente utilizado até mesmo vinculado ao bem-estar social, o que leva à crítica de Jannuzzi (2002), que salienta que o IDH acaba por perder sua eficácia, por utilizar o PIB per capita, uma vez que esse indicador não considera as desigualdades sociais e acaba por se tornar o IDH um índice muito simplista, dando lugar ao longo do tempo a novos índices para balizar os planejamentos de desenvolvimento social.

O desenvolvimento de novos modelos e índices de desempenho é uma peça fundamental para a redução da assimetria de informação, favorecendo o equilíbrio e a diminuição dos Custos de Agência, no Quadro 5 é possível identificar várias iniciativas do setor privado de indexar o desempenho em relação ao interesse coletivo, propondo novos quesitos não levados em conta no IDH.

Quando 5 - Novas propostas de índices socioeconômicos

Iniciativa	Indicador	Objetivo	Dados utilizados
OCED	<i>Better Life Index</i>	Avaliar o desempenho de questões associadas a uma Vida Melhor.	Moradia, renda, Empregos, Comunidade, Educação, Meio Ambiente, Engajamento Cívico, Saúde, Satisfação Pessoal, Segurança Vida/Trabalho.
<i>Organização Social Progress Imperative</i>	<i>Social Progress Index</i>	Medir o resultado do bem-estar social de um país independente dos indicadores econômicos.	17 itens relacionados com as necessidades básicas do ser humano, sendo 14 itens relacionados com base no bem-estar social e 19 itens relacionados com oportunidade, totalizando 50 indicadores na composição.
GUFP	<i>The Habitat Commitment Index</i>	Medir o desempenho de um país em um conjunto de indicadores.	Infraestrutura, Pobreza, Emprego, Sustentabilidade, Capacidade Institucional e Gênero.

Fonte: elaborado pelo autor.

Apesar das novas iniciativas mais elaboradas e das críticas relacionadas ao uso do PIB *per capita*, utilizado no IDH, o índice de desenvolvimento ainda é amplamente utilizado para analisar o desempenho em relação ao bem-estar social coletivo e impessoal.

Outro índice que tem importância na análise de desempenho entre países é o WGI, que mede questões de governança de um país. Esse índice foi desenvolvido para ampliar o leque de informações sobre o desempenho, disponíveis até então eram focadas em questões de bem-estar social e do desenvolvimento econômico. As informações sobre os processos de governança objetivam promover boas práticas e identificar falhas nos processos no setor público (Bovaird & Löffler, 2003).

Os indicadores de governança acabam por trazer uma informação direcionada para a promoção de políticas públicas eficazes, indicadores como WGI estão relacionados com o desenvolvimento humano e com o desenvolvimento econômico, colocando a importância do monitoramento da governança como um ponto fundamental para potencializar o bem-estar social coletivo e impessoal com desenvolvimento econômico (Gaygısız, 2013).

O WGI é composto de seis indicadores que focam em cinco dimensões de governança do Estado (Marino et al., 2016):

- a) voz e responsabilização - que busca informação a respeito da participação eleitoral dos cidadãos e liberdade de expressão;
- b) estabilidade política - que busca identificar se o Governo tem solidez e se

- existe risco de atentados de motivação política;
- c) eficácia do Governo - busca medir a percepção da qualidade do serviço público e sua dependência a pressões políticas;
 - d) qualidade reguladora - busca identificar a capacidade dos Governos de elaborarem leis sólidas que promovam o desenvolvimento do setor privado;
 - e) estado de direito - esse indicador busca identificar questões relacionadas ao cumprimento de regras sociais e a execução de contratos;
 - f) controle da corrupção - indica a percepção da utilização do poder público para interesses particulares, bem como no setor privado.

Dessa forma, o WGI se tornou um dos indicadores que são utilizados mundialmente para balizar as políticas públicas dos países. Levando em conta também que os índices como WGI, conforme exposto por Rohwer (2009), são pautados praticamente na opinião pública.

2.3.4 Constructo de interferência dos Custos de Agência nos Custos Totais

Levando em consideração a discussão sobre os valores gastos pela Câmara dos Deputados e o presente entendimento dos índices de desempenho, é possível eleger alguns dos índices como variáveis para teste em um constructo, por meio de um modelo de dados em painel.

A variável dependente do modelo é o Custo Total, publicado pelas Câmaras de Deputados, valor de salários, divididas pela arrecadação total do país para normalizar os dados, devido as diferenças de tamanho e arrecadação dos países. Para explicar as variações na variável dependente foram utilizadas as variáveis independentes financeiras como a diferença de rendas, salários e adicionais recebidos pelos parlamentares.

Outras variáveis independentes são os Índices de Desempenho Globais de IDH e Subdivisões do WGI são utilizados para captar direções e decisões tomadas pelos agentes, que interferem na variável dependente da organização Câmara de Deputados de Países Bicamerais da América Latina, denotando que essa variação é causada pelos Custos de Agência.

O quadro 6 amarra e elucida cada variável individualmente, detalhando o constructo por variáveis.

Quadro 6 - Variáveis relacionadas com os Custos de Agência.

Variável	Definição	Descrição
AL	Ano eleitoral (<i>Dummy</i>)	O Ano Eleitoral se apresenta como uma variável

		importante, que baliza o comportamento dos Agentes Políticos, mudando a forma ou o nível de gastos nos anos de eleição em específico, conforme já relatado nas pesquisas (Hanusch, 2012; Haan, 2013; Klomp & Haan 2013 e González et al., 2013)
AD	Adicionais Recebidos	Os adicionais recebidos correspondem a valores de verba de gabinete para contratação de pessoal todos os valores estranhos aos salários adicionalmente recebidos pelos Deputados dividido pela arrecadação. Relacionado esse item ao controle por motivação do agente (Alesina & Perotti, 1995).
CTA	Custos Totais	O Custos Totais são os valores totais anuais que a Câmara de Deputados se utiliza para manter suas atividades dividido pela arrecadação, embutidos nesses valores estão os Custos de Agência (Mayston, 1993).
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano	O Índice de Desenvolvimento Humano é composto de três pontos chaves do interesse coletivos: renda, expectativa de vida ao nascer, alfabetização. Questões essas necessárias para o satisfatório desenvolvimento da sociedade humana e um indício de que os interesses mais básicos dos principais estão sendo atendidos pelos agentes através de políticas públicas (Bonifácio & Schlegel 2012 e Vollmer & Ziegler, 2009). Ainda, conforme os autores Marino et al. (2016), Bonifácio e Schlegel (2012) e Cruz et al. (2012) se pode observar que o nível socioeconômico se relaciona com o nível de cobrança da sociedade aos agentes.
DR	Diferença de Renda	A Diferença de renda é cálculo do salário dos Deputados dividido pela renda per capita, que é o PIB, dividido pela população do país. Logicamente, países que geram pouca renda poderão apresentar menos grupos financeiramente relevantes. Uma diferença muito expressiva poderá causar um desconforto no principal, visto que o agente viveria uma realidade financeira muito distante do principal (Gómez et al., 2012).
RQ	Índice de Qualidade Legislativa	O Índice de Qualidade Legislativa faz parte do índice WGI do Banco Mundial, chamado de <i>Regulatory Quality</i> e mede a capacidade dos Governos de criarem leis que promovam o desenvolvimento econômico. Conforme Stiglitz (1993), esta pode interferir fortemente

		na economia, causando efeitos benéficos e controversos, dependendo da qualidade de suas leis e subsídios distribuídos.
SAL	Salários	Os salários correspondem ao valor total anual recebido pelo Deputado Federal dividido pela arrecadação. Esse é um valor relevante de custo, visto que o salário do Deputado dentro da Câmara de Deputados é o maior entre os Agentes públicos desse órgão. Alesina e Perotti (1995) colocam a necessidade de motivação dos agentes para a remuneração do agente, e age como motivador, pois salários altos dos Deputados teoricamente diminuiriam o risco moral.
VA	Voz e Responsabilização	A Voz e Responsabilização é um índice que compõe o WGI, chamado <i>Voice and accountability</i> . Esse índice capta a participação e a liberdade de expressão de um país. O agente, a fim de proteger a sua reputação, pode propositalmente restringir ou manipular a mídia e a transparência governamental (Cruz et al., 2012).

Fonte: Elaborado pelo autor.

Assim, o Constructo se baseia na questão de existirem Custos de Agência nos custos totais e o mesmo seria sensível aos fatores apontados no Quadro 6, causando uma variação no Custo Total da Organização Pública, sendo que a informação da variação positiva do Custo total é mal vista pela sociedade, possibilitando ações indesejáveis como o aumento de tributos ou redução nos investimentos dos serviços públicos.

Como vários autores já encontraram indícios de uma relação entre fatores análogos ao teor desses índices de desempenho, fica fundamentada a utilização dos mesmos em um modelo de interferência dos Custos de Agência.

Para demonstrar funcionalidade da análise de desempenho como uma ferramenta de controle e monitoramento, não só de resultado, mas de comportamento, facilitando a transparência e a fiscalização do principal junto aos órgãos fiscalizadores.

Essa busca por melhores métodos de fiscalizar o agente e a participação dos principais nessa fiscalização se mostra como uma alternativa eficiente, conforme Mungiu-Pippidi (2013), que demonstra a importância da participação da sociedade na fiscalização do Estado na garantia de que a delegação de poder seja menos custosa possível para a sociedade.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Os aspectos metodológicos são balizadores do conhecimento científico, como exposto por Minayo (2001), a atividade científica e a sua construção fazem uso dos trilhos da teoria e da metodologia, sendo eles inseparáveis do processo científico, por meio desses procedimentos dirigidos, o pesquisador pode construir a realidade de forma segura, evitando indagações ilusórias e abstratas. Dessa forma, a metodologia se mostra um importante aliado do pesquisador, a fim de evitar que percepções unicamente individuais venham a interferir no processo científico de construção do conhecimento realmente relevante.

Essa seção se encarrega de expor as bases e os fundamentos científicos para realização da pesquisa, bem como as descrições dos procedimentos adotados com suas devidas justificativas e bases teóricas, para que seja validada a realidade apresentada perante aos conflitos de agência encontrados de fato no Poder Legislativo.

3.1 ESTRATÉGIA DA PESQUISA

3.1.1 Características da pesquisa

Em relação à abordagem utilizada para descrever esse tema, a pesquisa se utilizou da abordagem Quali-Quantitativa, de acordo com Creswell (2007), a abordagem Mista ou Quali-Quantitativa compreende a coleta de dados e outras fontes como textos e entrevistas, resultando em uma informação de cunho Quantitativo e Qualitativo simultaneamente. É uma forma de investigar, de maneira mais ampla, um problema construindo a ideia em forma sequencial ou paralela, possibilitando uma visão mais completa. A pesquisa tem essa abordagem, levando em consideração as análises dos dados estatísticos, coletados nos países da amostra, o qual trará à luz da pesquisa resultados estatísticos. No entanto, há resultados que podem corroborar para a construção de novos conhecimentos, por meio de cruzamentos de dados de outras fontes ou a observação dos dados, fazendo uma ligação qualitativa do resultado estatístico e outras informações avulsas. Possibilitando não somente a afirmação estatística, mas também a análise do achado com outras possibilidades advindas de fontes não estatisticamente testadas.

Finalmente, pode-se caracterizar a pesquisa em relação a seus objetivos como uma Pesquisa Descritiva. Para Vergara (2000), um objetivo descritivo na pesquisa tem a finalidade de prover a descrição das características da amostra escolhida pelo investigador através de

correlações entre as variáveis obtidas. Logo, esta pesquisa utiliza da visão da Teoria de Agência para descrever o problema, além de somar conhecimentos de Teorias Auxiliares como a Teoria dos Grupos de Pressão e a Teoria dos Jogos para melhor caracterizar os conflitos de interesses e estabelecer relação entre as variáveis.

Sendo esses parâmetros aplicados sobre os países da América Latina, a Argentina, o Brasil, o Chile, o México, o Paraguai e o Uruguai na amostra temporal de 2012 a 2016. A organização pública estudada é a Câmara de Deputados, visto que todos os países da amostra são bicamerais, sendo visto a prática do presidencialismo de coalizão em todos (Chasquetti, 2001; Figueredo, Cabello & Vieira, 2012).

Em relação às características dos dados utilizados são de quatro tipos de evento, controle, financeiro e índices de desempenho conforme o Quadro 7.

Quadro 7 – Tipo de variáveis

Tipo	Variável	Fonte
Financeira	Custos Totais (CTA) Salários (SAL) Adicionais Recebido (AD) Diferença de Renda (DR)	(Cámara dos Disputados, 2018; Cámara dos Deputados, 2018; Parlamento del Uruguay, 2018; Disputados Argentina, 2018; Honorable Cámara de Disputados, 2018; Cámara de Disputados de Chile, 2018)
Controle	Ano Eleitoral (AL)	(Cámara dos Disputados, 2018; Cámara dos Deputados, 2018; Parlamento del Uruguay, 2018; Disputados Argentina, 2018; Honorable Cámara de Disputados, 2018; Cámara de Disputados de Chile, 2018)
Índice de Desempenho	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) Índice de Qualidade Legislativa (RQ) Índice de Voz e Responsabilização (VA)	(OECD, 2018; The World Bank, 2018; Worldwide Governace Indicators, 2018).

Fonte: Elaborado pelo Autor.

Todas as variáveis têm dados retirados de fontes documentais, sendo apenas a DR que

é um constructo entre a subtração do salário do Deputado e a *renda per capita*. o CTA que é produto da divisão do custo total em reais pela arrecadação total em reais.

Os salários, adicionais recebidos e o Custo total foram normalizados pela divisão pela arrecadação total como a variável dependente afim de diminuir a heterocedacidade.

3.2 MÉTODO

Primeiramente, em relação aos procedimentos utilizados nesta pesquisa, a mesma se caracteriza por pesquisa documental, visto que nas Ciências Sociais Aplicadas, a maior parte das fontes é escrita, o pesquisador que utiliza esse procedimento na procura de uma união e reconstrução crítica dos dados coletados, a fim de permitir novas hipóteses e conclusões (Sá-Silva et al. 2009).

São documentos utilizados nesta pesquisa:

- ✓ Índices de Desempenho-Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Produto Interno Bruto (PIB), Índice de Governança (WGI) entre outros dados financeiros; (OECD, 2018; The World Bank, 2018; Worldwide Governace Indicators, 2018).
- ✓ Informações relativas aos relatórios anuais de prestação de contas, a quantidade de membros, salários, adicionais e anos eleitorais publicados nos sites oficiais dos órgãos do Legislativo de cada país da amostra (Câmara dos Disputados, 2018; Câmara dos Deputados, 2018; Parlamento del Uruguay, 2018; Disputados Argentina, 2018; Honorable Cámara de Disputados, 2018; Cámara de Disputados de Chile, 2018).

Dessa forma, é evidenciada a utilização de informação quantitativa nesta pesquisa, bem como informações financeiras e não financeiras, a fim de ter uma visão mais ampla da Relação de Agência e de seus efeitos de potencialização dos custos.

3.2.1 Amostra

O ambiente em que a pesquisa foi realizada envolve o Poder Legislativo, mais especificamente, a Câmara de Deputados.

O Poder Legislativo estudado tem por atribuições as atividades Legislativas deliberativas de fiscalização, de controle, de julgamento de crimes de responsabilidade e de constituintes para realizar esses processos, geralmente, o Poder Legislativo é dividido em algumas organizações no Brasil: Câmara de Deputados, Senado e Tribunal de Contas. Essa disposição não difere de maneira expressiva nos países estudados (Cintra & Bandeira 2005).

A amostra utilizada neste estudo é composta de seis países em um período de cinco anos para todas as variáveis, e tal limitação temporal ocorreu devido à limitação de dados de alguns países nos anos de 2011 e 2017, ficando dessa forma o corte temporal entre 2012 e 2016.

O procedimento de amostragem buscou identificar dentro dos países da América Latina, aqueles que têm Congresso bicameral e que apresentassem o fenômeno do presidencialismo de coalizão (Chasqueti, 2001; Figueredo, Cabello & Vieira, 2012). Inicialmente, o corte ocorreu por nove países, sendo a Bolívia e Colômbia excluídas, por falta de dados e falta de resposta dos canais de comunicação do Legislativo. Outra questão observada para a obtenção da amostra foi o PIB per capita e o IDH, a República Dominicana por apresentar números muito baixos nos dois itens apresentados foi excluída do modelo, a fim de que a distribuição de dados fosse normalizada.

Resultando desta forma na amostra de países da América Latina composta por: Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai e Uruguai, tendo sido percebido que os sites oficiais dos países em geral são focados em notícias e informações pouco didáticas, sendo que as informações financeiras e não financeiras são de difícil acesso, sem históricos passados disponíveis e isso, talvez, seja explicado pelo fato dos sites oficiais dos Congressos serem mais focados em propaganda, conforme salienta Dalton (2013).

O quadro de baixa transparência também interferiu no corte temporal, como já exposto, uma vez que os históricos de documentos antigos são fracos, principalmente, em anos anteriores a 2010, ao que parece, a iniciativa de transparência no setor público tem culminado com os esforços de implantação das IPSAS, e dessa forma a maioria dos bancos de dados é escasso com linhas temporais curtas disponíveis na rede.

3.2.2 Dados em painel

Visto que o tema proposto nesta pesquisa é amplo e de alta complexidade, levando a uma análise temporal de diversos países se verifica, por meio da maioria dos autores já citados, que se utilizaria da econometria, mas este estudo aplica a utilização da análise em dados em painéis para a estimação e consecução de resultados.

Nesta pesquisa, aos dados se apresentam um Painel Balanceado e se seguiu a recomendação de Judison e Owen (1999), que propõem quando há painéis balanceados com tempos menores ou iguais a 10 anos, estes devem se utilizar do método *Least Square Dummy Variable* (LSDV), tendo sua estrutura básica dada pela Equação 1.

$$\text{RQ (0): } Y_{it} = \alpha_i + \beta' X_{it} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

Sendo que Y é a variável dependente, X a variável independente, β corresponde ao coeficiente, ε que corresponde ao termo de erro, i corresponde aos seis países da amostra, t o tempo em anos de 2012 a 2016 e α_i corresponde ao efeito individual, que pode ser um painel de Efeitos Fixos ou Efeitos Aleatórios (Araújo, 2011).

Para manter um padrão de moeda foi utilizado o Real como moeda base da pesquisa, desse modo os valores em moeda nacional, de cada país, foram transformados para o dólar e, posteriormente, transformados para o real, a partir do fator de conversão do método *purchasing power parity* (PPP) ou paridade do poder de compra.

Esse método foi utilizado a fim de obter uma comparação mais justa entre os gastos dos países, os fatores de conversão utilizados no estudo foram obtidos por meio do banco de dados de World Bank (2018). Para esclarecer, o PPP é um fator de conversão que, basicamente, compara uma cesta de serviços e bens que compõem o cálculo do PIB em diversos países, para encontrar uma taxa de câmbio em dólar para esses produtos, gerando uma taxa de câmbio sobre os custos de produtos, ao invés da especulação financeira como é o caso da taxa de câmbio de mercado. No entanto, o método é criticado como no estudo de Palaia & Holland (2010) por não levar em consideração custos de transação e taxas fiscais aduaneiras na comparação entre os produtos, sendo o valor da moeda de um país determinado na razão entre o preço doméstico e o preço externo.

Para o painel, a título de diferenciação, os efeitos fixos são aqueles que o intercepto acaba por variar de indivíduo para indivíduo ficando inalterado ao longo do tempo. Dessa forma, as inferências encontradas neste modelo se restringem apenas aos indivíduos da amostra, já no efeito aleatório o intercepto representa o valor médio de todos os cortes transversais e o componente de erro exprime um desvio aleatório desse valor médio (Gujarati & Porter, 2011).

Para decidir qual modelo seria utilizado, primeiramente foi utilizado o Teste de Chow que segundo Magalhães e Andrade (2009) verifica a questão do interceptos, sendo comuns o modelo *Polled* é indicado pois a separação dos interceptos não tem uma diferenciação estatística, caso contrário o modelo de efeitos fixos seria o mais recomendado. Em segundo lugar foi utilizado o teste de Hausman (1978), esse teste mede a correlação entre o modelo de efeitos fixos e o de efeitos aleatórios, sendo a hipótese nula, a ausência de correlação nos dois modelos, quando a mesma é rejeitada, o efeito aleatório passa a ser inconsistente, sendo melhor a utilização do efeito fixo (Araújo 2011).

Após identificação do modelo que era mais consistente se faz necessária realização

dos testes de robustez, e no caso do presente estudo foram utilizados os testes de Wooldridge e Wald para testar a heterocedacidade e autocorrelação, conforme ilustrado na Tabela 1.

Tabela 1 - Testes de Especificação do Modelo.

Testes de Especificação do Modelo				
	Chow	Hausman	Wooldridge	Wald
Modelo	0.00	0.00	0.23	0.0000
Resultado	Rejeita H_0	Rejeita H_0	Não rejeita H_0	Rejeita H_0
Resultado	Efeito Fixo	Efeito Fixo	Ausência de Auto Correlação	Heterocedacidade

Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme o os resultados expostos na Tabela 1, é possível comprovar a indicação para o uso da técnica de regressão com dados em painel de efeitos fixos conforme Apêndice D, unindo a análise do corte transversal e série temporal.

Para avaliar o nível de associação entre o Custo Total da Câmara de Deputados e dados relacionados com o Conflito de Agência, a presente pesquisa chegou ao seguinte modelo:

$$CTA_{it} = \beta_0 + \beta_1 AL_{it} + \beta_2 IDH_{it} + \beta_3 VA_{it} + \beta_4 RQ_{it} + \beta_5 SAL_{it} + \beta_6 AD_{it} + \beta_7 DRP_{it} + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

Em que i denota os países e t os períodos de tempos analisados.

Entretanto, para corrigir a heterocedacidade advinda pela utilização de dados financeiros e não financeiros conforme Apêndice E foi utilizado o modelo de Mínimos Quadrados Generalizados segundo Apêndice F, Levando em conta que em caso do modelo apresentar heterocedacidade e/ou autocorrelação se faz necessário a aplicação do Método dos Mínimos Quadrados Generalizados (MQG), pois o mesmo considera a variabilidade das observações, produzindo estimadores de qualidade para amostras de qualquer tamanho (Araújo, 2011).

A presente pesquisa não objetiva analisar todos os fatores que interferem no Custo Total da Câmara dos Deputados, no entanto, busca trazer variáveis independentes, que tenham sido apontadas pela literatura, no sentido de interferir no comportamento dos Agentes potencializando atos estranhos aos interesses dos principais. Para tanto, a amostra é composta apenas de países da América Latina que apresentam o fenômeno do presidencialismo de coalizão com Renda per Capta e IDH aproximados fundamentando a comparação de custos entre os países.

4 ANÁLISE DE DADOS

4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS CÂMARAS DOS PAÍSES DA AMOSTRA

Os agentes escolhidos pelos principais recebem o poder delegado pelo voto para conduzirem atividades dentro do Estado. Para realizarem suas atividades, eles recebem um salário acima da *renda per capita*, visto que os cargos eletivos são de hierarquia superior, geralmente sendo fixado um teto de salários para esses agentes, que supera todos os outros agentes públicos daquela esfera de Governo, quando o país é federalista. Entretanto, esses salários podem representar um grande abismo de renda entre os principais e os agentes eleitos, mas esses salários mostram uma grande diferença entre o que a maioria dos principais ganha e o que um agente político ganha, sem contar os adicionais que os agentes ganham a título de primarem pela impessoalidade e coletividade. Na tabela 2 é possível ver a discrepância encontrada no ano de 2016.

Tabela 2 - Tabela de Comparação de Renda 2016 em reais.

Tabela de Comparação de Renda Anual				
País	Salário de um Agente	Adicionais de um Agente	Renda Per Capta (RPC)	Dif. Salários x RPC
Paraguai	291.869,82	31.230,74	18.995,91	1536%
Brasil	438.919,00	1.520.676,00	30.142,74	1456%
Chile	509.310,21	913.694,68	46.612,35	1093%
Argentina	263.157,21	101.001,23	39.794,38	661%
México	214.836,71	200.301,52	35.281,59	609%
Uruguai	212.319,48	229.968,52	43.025,65	493%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Como é possível observar na Tabela 2, em todos os países da amostra, a diferença salarial entre as pessoas é maior que 490% em relação à renda *per capita*, justificando assim diversas críticas e o sentimento que o dinheiro investido na Câmara de Deputados está acima do aceitável ou que os adicionais e regalias recebidos pelos parlamentares são exagerados, visto que a maior parte da população vive com bem menos recursos que o Agente.

Esse problema é relacionado com a delegação de poder, não é o principal que escolhe qual o salário e quais os benefícios devem ser recebidos, mas os próprios agentes que o fazem, transformando o ato em um Custo de Agência, visto que grupos da sociedade podem julgar o ato como sendo um ato de auto promoção apenas para aumentar ainda mais salários já

acima da renda *per capita*.

O Custo Total da Câmara de Deputados acaba por ser um valor que exprime dentro dos atos internos dos agentes lotados nesta organização excessos e má administração dos recursos públicos, visto que tal custo é o resultado financeiro dos atos dos agentes.

Supostamente existe o viés dos grupos de pressão que são um norte para atuação do agente na Câmara de Deputados, moldando e interferindo na tomada de decisão dos membros, mas a assimetria da informação encontrada nessas organizações públicas supostamente corrobora conjuntamente para potencializar o conflito de interesses.

Outra questão é o nível alarmante auferido pelo Brasil em relação aos outros países da amostra, sendo o segundo pior em renda per capita, o segundo maior em salários pagos anualmente e o primeiro em adicionais pagos. Uma relação, visto que o país tem quase a mesma quantidade de membros eleitos que o México, mesmo assim a diferença entre os dados dos dois países é relativamente relevante.

Quando se coloca a comparação entre os custos totais apurados no resultado do ano 2016, em relação a uma média de custo do salário mais os adicionais, conforme expõe a Tabela 3, é possível perceber que apesar do número de agentes políticos, na Câmara dos Deputados ser diversa, porcentagem que representa os gastos com os agentes eleitos não segue esse padrão, demonstrando uma maior complexidade na constituição deste custo, ou seja, existem outros custos além do salário do agente e seus adicionais responsáveis por uma parcela significativa do custo no objeto do estudo.

Tabela 3 - Parcela gasta com os membros 2016 em reais.

País	Parcela gasta com os membros		
	Custo Total (Resultado)	Custo médio dos Membros	Proporção do Custo Total
Chile	314.835.439,46	170.760.586,79	54%
Uruguai	142.020.291,90	43.786.511,66	31%
Brasil	5.251.906.359,00	1.005.272.235,00	19%
Paraguai	190.209.831,48	25.848.045,37	14%
México	1.696.226.581,19	207.569.117,90	12%
Argentina	987.552.049,64	93.588.719,44	9%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme já exposto, é necessária uma ferramenta mais robusta para entender as variações do custo e realmente constatar uma ligação dos conflitos de interesse com o custo total. O entendimento que o agente molda suas ações, inclusive a forma que gasta os recursos públicos, de acordo com a proximidade da eleição é visível no Executivo, visto que o mesmo

executa as ações do Estado, no entanto existe a possibilidade da mesma questão observada no Legislativo.

4.2 FATORES DE AGÊNCIA E O CUSTO TOTAL

O ambiente oportuno acrescenta Custos de Agência na conta do custo total apurado nas demonstrações de resultado e assimetria da informação advinda da falta de fiscalização ou transparência denota novas seleções adversas nas eleições, renovando a delegação poder para agentes com um nível de conflito de interesse, gerando mais Custos de Agência. Por meio desse pensamento é possível monitorar o ambiente para entender o aumento no custo relacionado com o conflito de interesse no meio público. A Tabela 4 destaca os coeficientes do modelo estatístico de painel de Mínimos Quadrados Generalizados para estabelecer as relações das variáveis com o Custo Total.

Tabela 4 - Modelo de causalidade das variações dos custos das Câmaras de Deputados da amostra.

Modelo de Relação com o Custo Total da Câmara dos Deputados - CT			
Variáveis	Coeficientes	Erro Padrão	Sinal esperado
Ano Eleitoral	0.0004*	0.0002	-
Diferença de Renda	0.0194 ***	0.0027	+
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	-0.0296 ***	0.0036	-
Índice de Voz e Responsabilização (WGI)	-0.0044 ***	0.0011	-
Índice de Qualidade Legislativa (WGI)	-0.0068 ***	0.0005	-
Montante anual de Salário	154.3196 ***	22.0195	+
Montante anual de Adicionais	397.4954 ***	34.5531	+

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota. O símbolo “*” representam respectivamente a significância estatística, quando há panas um asterisco o nível é de 10%, somando-se mais um símbolo 5% e somando-se 3 símbolos de 1%.

O teste estatístico capta as variações dos custos totais em relação a variáveis que interferem na forma que o agente atua, ligando um mal desempenho em questões ligadas ao objeto de estudo como a consequente má utilização dos recursos públicos, causando assim excesso de gasto.

A discussão a respeito da Diferença de Renda influenciar o gasto acabou por se mostrar uma característica das Câmaras mais caras, demonstrando que a despreocupação do agente em relação a salários desproporcionais com a realidade vivida pela população,

expressa pela renda *per capita*, também se reflete em um uso majorado dos recursos na Câmara de Deputados.

Visto que não importa dentro da amostra quão grande é o valor da renda per capita, existe pelo menos uma diferença de quatro vezes em relação à renda dos agentes para com a população.

O IDH, que tem uma ligação com a ideia de interesse coletivo, se esperava um coeficiente negativo, visto que teoricamente uma sociedade com esse índice melhor estaria mais propensa a cobrar mais dos agentes, causando uma diminuição nos Custos da Câmara de Deputados. Essa questão envolvendo a noção de que uma população mais pobre aceitaria melhor o controle por grupos de pressão economicamente relevantes, corrobora com a ideia de Becker (1983), que propõe em sua pesquisa essa realidade devido ao custo do peso morto, que são valores direcionados aos mais pobres, para manter o controle dos mesmos através do assistencialismo. Em uma sociedade em que a questão socioeconômica é melhor existe mais cobrança para as ações do agente, sendo essas mais fiscalizadas pelos principais e, em geral, diminuindo o ambiente oportuno e o risco moral.

Uma população com renda, saúde e educação mais elevada teria melhores condições e conhecimento para controlar o agente, o IDH proporcionaria um ambiente de principais mais capacitados para julgar e controlar os agentes políticos. No entanto, quando a renda é baixa do principal em relação ao teto recebido pelo Deputado, ficaria difícil esconder o excesso de remuneração do agente eleito, necessitando assim de mais investimentos nos grupos de pressão perdedores, que não recebem os subsídios direcionados e sim algum tipo de assistencialismo.

Supostamente, o principal ficaria menos sensível para pequenas iniciativas de políticas públicas assistencialistas e estaria ele menos dependente do Estado das “benevolentes” iniciativas dos agentes, possibilitando uma cobrança maior com um olhar mais voltado ao desempenho, não enviesado pelo tipo de política pública que garante a sobrevivência dos principais em Estados mais pobres.

Levando em conta a questão da cultura relacionado com o meio e origem do agente. A cultura de um país vai interferir no contrato entre o agente e o principal, seja no setor privado ou público, se o risco moral é maior, mais custos de controle ou motivação serão necessários, bem como se a seleção adversa é relevante, os métodos de seleção terão que ser mais complexos e rigorosos. Todo esforço para realização do contrato e a manutenção do agente sobre o controle com atos, o máximo possível direcionado aos interesses não enviesados pelos

grupos de pressão são Custos de Agência, pois esses têm origem nesse conflito de interesses ou no risco do conflito.

O Legislativo é o criador dos contratos ou leis que todos no território do Estado têm o dever de cumprir, assim, se há desvio de conduta do agente, esse poderia ser identificado nas próprias leis, pois a qualidade das leis seria um quesito que demonstraria se existem subsídios e incentivos a grupos de interesse, se as propostas de leis são realmente plausíveis ou simplesmente gastam o tempo precioso da Câmara de Deputados.

Para tanto, existe o Índice de Qualidade Legislativa que também é parte integrante do WGI, que verifica taxas discriminatórias, controle de preços, políticas antitruste, competição do mercado, liberdade de investimento, liberdade financeira, barreiras de mercado, entre outros quesitos para chegar ao Índice de Qualidade Legislativa. Esse índice está ligado intimamente com a questão dos conflitos de agência e dos grupos de pressão, sendo assim mais uma vez pelo custo total estar impregnado de Custos de Agência, em que a variação desse índice também terá uma interferência no custo total de forma negativa, conforme o modelo proposto, em que os países com índices de qualidade legislativa mais elevada acabam por serem mais baratos.

O Índice Voz e Responsabilização se utiliza de dados relacionados com os Direitos Humanos, transparência, liberdade de imprensa, liberdade de expressão entre outros quesitos. No caso do resultado apurado se demonstra uma diminuição no custo, conforme há uma melhora nesse índice e isso ocorre devido ao controle feito pela sociedade frente mais informações dos atos dos agentes através de uma imprensa livre, que sempre está publicando informações sobre o que está acontecendo na Câmara dos Deputados, incentivando os agentes pelo risco de punição e pelo risco de reputação, que pode ser comprometida pela publicação de informações que impeçam uma possível reeleição ou prejudiquem a imagem de seu partido. Demonstrado que a informação é uma eficaz alternativa contra o oportunismo do agente.

Esses índices demonstram a contribuição da análise de desempenho para transparência e a diminuição da assimetria da informação, mas todos os índices utilizados são produzidos por organizações privadas, o que representa um desinteresse dos agentes de proporem mecanismos que analisem e controlem seus atos.

Dos cinco índices que compõem o WGI, apenas dois foram utilizados, sendo o índice de controle de corrupção, apesar de que um ato corrupto pode ser classificado com um ato contra o interesse dos principais e tal quesito é de alto grau de complexidade, tanto em sua

caracterização, conforme a pesquisa de Brei (1996), como nos seus efeitos, conforme Pavao (2015) expõe em relação aos principais. Por esse motivo, esse índice não foi utilizado no modelo proposto por não haver uma ligação clara da corrupção com o aumento de custo no órgão de forma direta. Além dos Índices de eficiência governamental e cumprimento de contratos que foram excluídos por apresentarem uma ligação mais específica com o executivo.

As duas últimas variáveis utilizadas são financeiras, sendo a questão do aumento sucessivo dos salários dos Deputados logicamente afeta positivamente o custo, mas o que é relevante é que os aumentos, geralmente, não são sucessivos, ou seja, esses aumentos não são praticados todos os anos, o que demonstra que apesar de não estar presente uma diferença nessa variável, em todos os anos como pode ser visto no Apêndice A, essa variável tem uma relação significativa com o custo total.

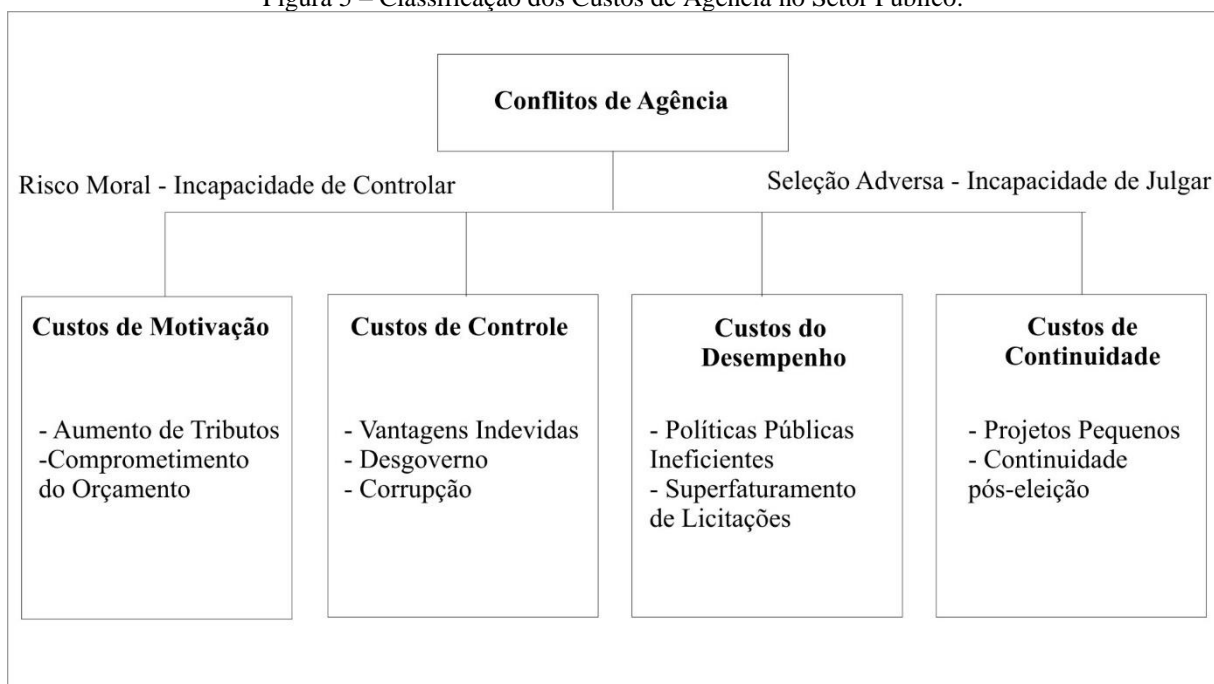
Já o recebimento dos adicionais tem aumentos mais frequentes conforme o Apêndice A, corroborando da mesma forma para o aumento do custo, no entanto essa despesa é pulverizada em vários tipos de regalias e valores de comissionados contratados. Bem como a utilização desses recursos é variável pelos agentes dificuldade a classificação e identificação de abusos na transparência devido ao grande volume de dados.

Esse modelo demonstra que é possível utilizar não somente dados financeiros, mas também não financeiros para monitorar os custos e conseqüentemente o comportamento do agente, demonstrando a relevância da análise de desempenho como uma ferramenta que auxilia o controle e diminui a assimetria da informação em relação aos custos ocultos como o Custo de Agência.

É impossível acabar com o Custo de Agência devido à própria natureza desse custo, originado através da delegação de poder que propicia ao agente a discricionariedade para agir conforme os componentes limitantes e esses limitantes são propostos nesta pesquisa como variáveis, como não é possível mensurar dentro do custo do órgão, o valor exato do Custo de Agência, apesar da definição dada por Jensen & Meckling (2008), que existem três classificações para os Custos de Agência, sendo despesas de monitoramento, despesas de cobertura de seguros e de perdas residuais. A questão poderia ser simplificada para a visão de que os custos gerados a partir do conflito de agência devido à incapacidade do principal de julgar ou controlar o agente, o Custo de Agência, ou seja, um custo do ato do agente contrário ao interesse do principal ou o custo de monitorar um agente para que esse não faça o ato ou ainda o custo de obter informações sobre o agente antes de se delegar o poder.

Natural que o Custo de Agência tenha desmembramentos, não só nos custos da organização, mas em outras organizações. No caso do setor público, a área de interferência se expande para toda sociedade e para tanto foi criada a Figura 5, no intento de classificar dentro do setor público a questão estudada.

Figura 5 – Classificação dos Custos de Agência no Setor Público.



Fonte: Elaborado pelo Autor.

A maior parte dos custos gerados é paga pela sociedade através de tributos e tem um efeito mais expressivo externo. No entanto, esta pesquisa teve o foco no custo interno da Câmara de Deputados, colocando que estatisticamente existe uma variação no gasto em função de questões de ambiente e condições em que os principais se encontram. Todos os índices de desempenho utilizados são reflexos da sociedade e emitem um sinal das condições vividas pelos principais.

O modo que o principal vê os gastos feitos pelo agente estão relacionados com a identificação do Custo de Agência, por isso que essa teoria pode ser aplicada a diversos ambientes e relações, uma vez que a concepção dos indivíduos envolvidos é o que determina o aumento ou redução do Custo de Agência e na própria caracterização do desse custo como tal. No caso da relação estudada vem da importância dada pelo principal ao trabalho do agente, se esse agente precisa ser motivado por meio de melhores salários e adicionais para contratação de uma equipe, que lhe dê auxílio no serviço.

O Custo de Agência acaba sendo potencializado de duas formas ou pelos atos

oportunistas do agente ou pelos esforços de conter esses atos. A principal ferramenta contra os atos adversos do agente seria a informação confiável ou a redução na assimetria da informação que abriria a porta para que o principal diminuísse o risco moral, mas essa informação teria um custo de captação e um custo para que os meios de captação não fossem adulterados e seria possível ter um banco de dados mais detalhado sobre os agentes para fins eleitorais, mas isso também seria custoso.

O que acontece é que qualquer tipo de ação para o principal controlar o agente gerará Custos de Agência, pois tanto a perda como o controle são um custo que vem da delegação de poder. Neste sentido que os índices de desempenho podem entrar como uma forma de melhorar o controle, identificando os pontos críticos e focando o monitoramento em pontos realmente significativos, tendo em vista que o excesso de informações também pode causar excesso de esforço e confusão em uma análise.

4.3 ELEIÇÕES INTERFERINDO NOS ATOS DO AGENTE

O resultado em relação à variável de controle do modelo exposto na Tabela 4, que representa o evento da eleição, acaba por ir contra com o exposto por alguns autores como Klomp e Haan (2013) e González et al. (2013), pois a Câmara dos Deputados apresenta um aumento de gastos frente a eleição ao invés de uma diminuição nos Custos Totais apurados no período da amostra, denotando que mesmo no Legislativo existe uma mudança na forma como é feito o gasto ou na alíquota de aumento dos gastos.

A assimetria da informação é um problema recorrente na relação entre o agente e o principal do Estado com seus cidadãos, pois os resultados manipulados das despesas são uma prática presente dos seis países estudados, visto a falta de informação dos portais de transparência, então essa manipulação de informações feitas pelos agentes é um fenômeno presente neste conflito.

No entanto, quando o controle do desempenho e dos resultados pode ser realizado através da análise de desempenho, a análise se mostra uma ferramenta útil para que o principal possa ter uma visão mais clara a respeito dos atos do agente, podendo assim julgar melhor cada agente na eleição, bem como diminuir o risco moral e o risco da seleção adversa, excluindo dessa delegação de poder os agentes que praticam atos estranhos ao interesse coletivo.

Essa ideia é reforçada no modelo pelo fato de todos os índices de desempenho

utilizados alcançarem uma significância estatística relevante. Outra questão observada é a prática do aumento dos salários após as eleições, o que acarretaria o aumento do custo em decorrência do evento da eleição, isso pode ser observado no Apêndice A, prática essa oportunista onde os agentes auto promovem suas rendas após a delegação de poder quando o principal já não tem meios de impedi-lo e possivelmente esquecera até a próxima eleição.

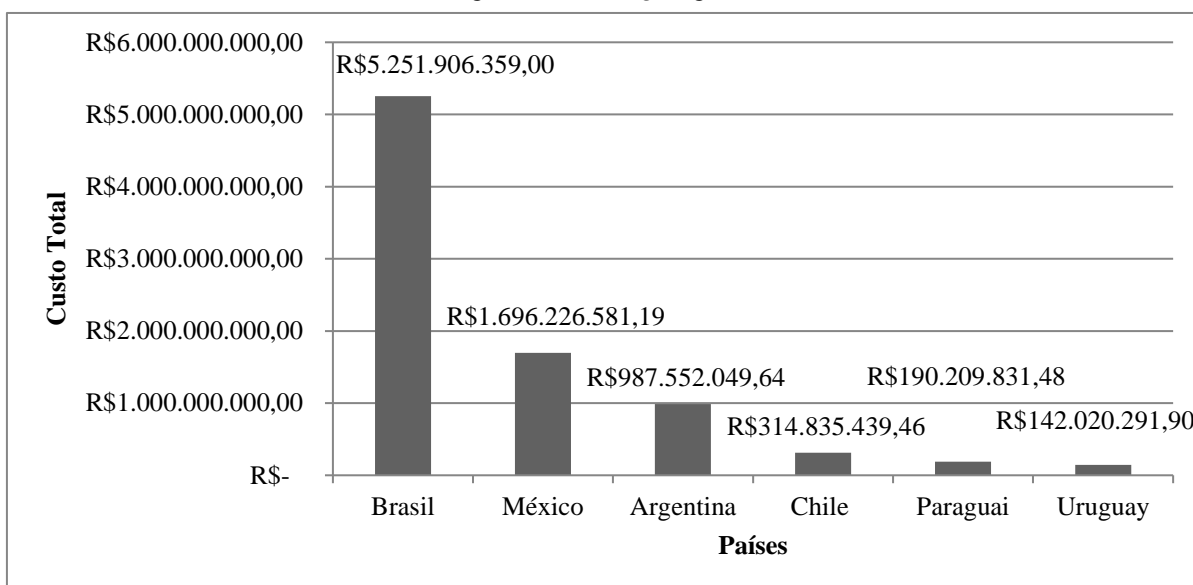
Um exemplo disso é o caso visto no Brasil, ao observar os dados relacionados com o salário, foi constatado um indício relevante de manobra dos agentes brasileiros no último aumento de salário dos Deputados feito em 2014, que foi realizado no mês de dezembro, ou seja, após as eleições dos Deputados, um ato claramente oportunista, em que os agentes brasileiros fizeram o ato de aumento de custo no momento em que os votos já estavam garantidos. Mais uma vez expondo a presença do viés oportunista na Câmara dos Deputados. Sendo mais uma vez repetido o ato no ano de 2018 após as eleições.

4.4 AS CÂMARAS DE DEPUTADOS E OS CUSTOS ELEVADOS

Essa imagem de agente oportunista acaba pouco a pouco fazendo parte do imaginário coletivo, denotando cada vez mais investimentos em controle que são muitas vezes frustrados pelos agentes na tentativa de se auto preservar em relação ao seu desempenho e imagem. Apesar das IPSAS preveem que os órgãos tenham controle de custos, no entanto essa pode ser uma norma distante da realidade praticada pelo órgão responsável por fiscalizar os outros órgãos, um completo contra senso.

Como já citado, os países da amostra são países que têm seu território na chamada América Latina e somam uma série de igualdades, especialmente por serem países de presidencialismo de coalizão com renda per capita próxima e IDH próximo. Mesmo assim, seus gastos com a Câmara de Deputados têm diferenças, se a questão do salário fosse preponderante somaria uma porcentagem mais relevante, na maioria das organizações estudadas, no entanto, outros gastos se somam ao custo total, deixando a organização com um custo considerado elevado. A Figura 6 mostra qual dos países do estudo é o mais caro em valor monetário.

Figura 6 – Ranking de gastos.



Fonte: Elaborado pelo Autor
 Nota. Dados de 2016.

O Brasil é o campeão de gastos em sua Câmara de Deputados, apesar do custo relativo direcionado para pagamento dos agentes eleitos seja referente a 19% do valor de 5.251.906.359,00 e esse país acaba se destacando do segundo colocado o México.

Países com várias similaridades e com valores diversos, o que mostra que na medida dos países, os agentes atuam de forma a aumentar ou diminuir esse valor como visto no modelo proposto, independentemente do montante final, os agentes buscam aumentos sucessivos nos custos, praticamente toda a mostra aponta o aumento no valor do custo total anualmente, bem como aumentos sucessivos na arrecadação, denotando um Estado cada vez mais caro e que necessita de um montante cada vez maior de recursos para manter seus órgãos, sendo que a organização geralmente responsável por julgar aumento de salários é o Legislativo, direta ou indiretamente, através do orçamento.

Essa prerrogativa proporciona para as organizações como a Câmara dos Deputados um poder sobre os gastos públicos, visto que o Estado por ser naturalmente um prestador de serviços públicos tem um gasto alto com Folha de Pagamento, levando em conta países como o Brasil, a corrida por uma vaga como Agente Público, seja através de eleição ou concursos.

Isso é denotado pela imensa diferença entre a renda per capita e o salário dos agentes políticos, que são salários acima da média e, naturalmente, são aumentados sendo que o

controle do aumento não está com o principal, mas sim dos agentes.

Conforme a visão explicitada por Friedman e Friedman (1990), a própria visão do indivíduo em relação a um dinheiro que não é próprio dele é enviesado para o descaso, uma vez que o agente não vê problema que seus salários e gastos sejam sistematicamente aumentados, independentemente, do interesse do principal, sendo apenas limitado pela reação negativa dos grupos de principais e, para tanto se utiliza de diversas ferramentas como propaganda de custo do peso-morto, falta de transparência entre outras, afim de que sejam mantidos os interesses dos agentes focados nos grupos de pressão.

O conflito de agência é invariavelmente ligado à assimetria da informação e acaba acontecendo pela falta de transparência comum a visão da teoria dos jogos, colocada por Nash (2015). Na pesquisa de Facchinei e Kanzow (2010), se o eleitor tivesse a informação completa sobre o candidato, ele votaria melhor, se tivesse informação sobre as regalias dadas aos agentes cobriam mudanças, se existisse uma informação confiável, o equilíbrio entre subsídios e tributos seria mais justa teoricamente, pois se encontraria o equilíbrio. Entretanto, pela forma com que é feita a delegação de poder dado pelos principais no setor público, o risco moral e a seleção adversa alcançam possibilidades mais preocupantes que qualquer organização privada pelo desdobramento dos atos dos agentes gerarem efeitos amplos.

Por esse motivo, o estudo da Teoria de Agência aplicada ao setor público é um campo fértil, visto que a relação dos setores públicos e privado é por natureza conflitante, conforme a infinidade de interesses existentes, que multiplica a relação de agência de forma incalculável.

O modelo mostrou que é possível verificar o comportamento do custo em relação às diversas variáveis ligadas aos Conflitos de Agência, mostrando que é possível por meio do acesso à informação explorar os custos de um órgão público, denotando a visão oportunista do agente na Câmara de Deputados.

Mesmo com o passar das eleições e, normalmente, havendo trocas de agentes, os efeitos oportunistas permanecem como problema de agência, esse continua invariavelmente perante a natureza de a delegação propiciar esse terreno fértil para o oportunismo. Em contra partida os quesitos limitantes são suprimidos por atos contrários dos agentes, como é o caso da demora da implantação das IPSAS, no campeão de gastos, Brasil, que até o presente ano tem diversas organizações públicas, que nem mesmo apropriam a depreciação dos seus bens nas demonstrações contábeis, causando com isso números fictícios de resultados e desempenho, tornando o principal refém dos atos do agente após delegado o poder, com a nomeação do indivíduo para o cargo público.

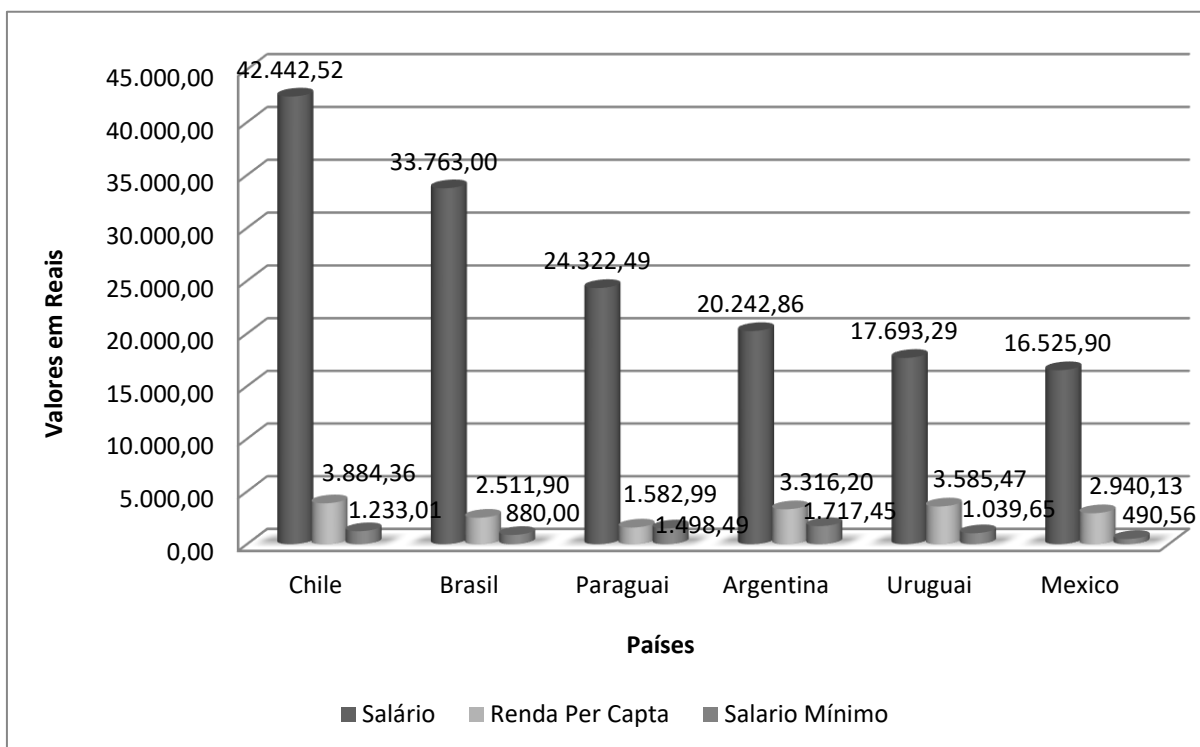
Outra questão referente aos dados utilizados é que são publicados por organizações internacionais, normalmente, com publicações em língua inglesa, dificultando o acesso de pessoas de outras línguas, como da América Latina em que a assimetria da informação é elevada perante a falta de índices de desempenho e informações contábeis confiáveis, preferencialmente, nos padrões da IPSAS, e esse quadro corrobora para um ambiente mais oportunista dos agentes eleitos.

Apesar de o modelo esclarecer e demonstrar estatisticamente questões sobre o Custo de Agência, no Custo Total da Câmara dos Deputados, ainda é necessária uma visão mais profunda para captar nuances específicas dessas organizações, a fim de trazer informações mais detalhadas dos pontos supostamente utilizados pelos agentes através de comparações e números contábeis.

O Chile, a partir da amostra coletada, apresenta os agentes mais bem pagos e o Paraguai é o país que tem maior diferença entre renda per capita e o salário dos agentes. Já o Brasil, por sua vez, é o que dispõe a cada congressista um valor maior de adicional, que na maioria das vezes compreende verba de gabinete, dinheiro esse usado para contratação de comissionados e verba de escritório, auxílio moradia, auxílio paletó, verba para correios, passagens aéreas, entre outras regalias.

Salários que não condizem com a realidade da população do país aliado a várias regalias acabam formando uma imagem do agente pouco atraente aos principais. A Figura 7 demonstra, de forma mensal levando em consideração Dezembro de 2016, o tamanho da discrepância de salários adicionando o salário mínimo de cada país, convertido para real através do Método de Poder de Compra (PPP).

Figura 7 - Discrepâncias de salários do Agente e o Principal 2016.

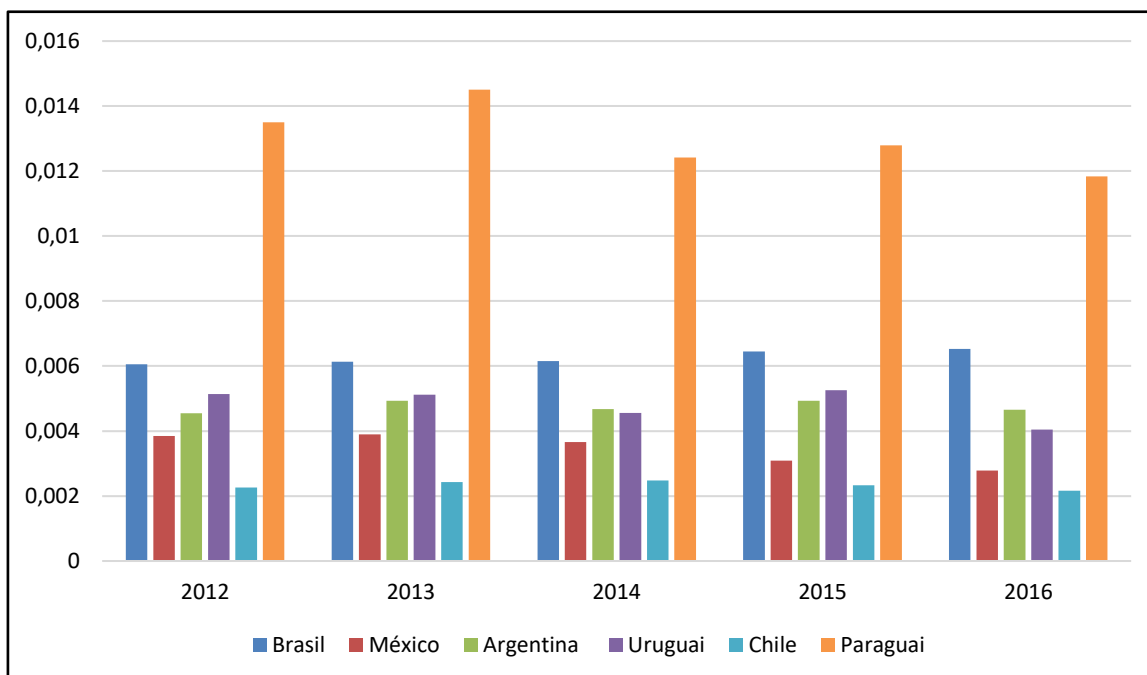


Fonte: Elaborado pelo Autor

O gráfico da Figura 9 traz uma questão relevante, pois o Paraguai é o país que tem a pior arrecadação de impostos e é o segundo pior PIB da amostra, no ano de 2016, figurando como o terceiro maior salário pago para os agentes. Esse fenômeno ocorre porque os agentes optaram por incorporar ao salário uma série de adicionais, logo, o agente tem mais liberdade de gasto desses recursos, sendo um claro indício de oportunidade para os agentes paraguaios utilizarem de forma adversa esses recursos, aumentando e muito a possibilidade do risco moral.

Dessa forma, entende-se que não importa para esses agentes, muitas vezes, a economia do país, o valor da arrecadação é usado simplesmente como uma forma de aumentar ainda mais os gastos e o PIB é ignorado, já que todos os países apresentam dados de arrecadação crescente e dados de PIB variável. Essa questão pode ser observada na Figura 8, demonstra que a relação usada para normalizar as variáveis financeira CTA, SAL e AD, que basicamente foi a divisão desses valores pela arrecadação do país, traz uma nova informação de que país compromete mais o seu orçamento com a Câmara de Deputados é o Paraguai, apesar do Brasil ter o maior vulto em numérico.

Figura 8 – Despesa da Câmara de Deputados em Relação a Arrecadação



Fonte: Elaborado pelo Autor

É possível observar que o Chile é o único país que não tem um ganho real nos gastos mantendo seu percentual mais constante que outros países, já o Brasil apresenta aumentos crescente dos gastos em relação a arrecadação, demonstrando que o fator de aumento dos gastos é maior que o fator de aumento da arrecadação em todos os anos, denotando ele como o único com reta constante de crescimento dos gastos na amostra.

4.5 ANÁLISE DOS NÚMEROS CONTÁBEIS

Diante das constatações expostas se faz necessário uma análise dos números contábeis dos países da amostra, a fim de encontrar mais evidências sobre os Custos de Agência e, possivelmente, levantar pontos críticos.

Apesar de que em alguns casos, as demonstrações contábeis serem de difícil entendimento para os principais, a mesma pode ser fonte preciosa de dados para identificar diversos fatores como para onde é direcionado o recurso e se essa direção pode ter um viés ligado à Relação de Agência.

Através das informações publicadas nos sites oficiais foi possível extrair algumas informações a respeito das porcentagens dos custos para entender o direcionamento dado

pelos agentes para os recursos, que são disponibilizados. A Tabela 5 demonstra alguns dos maiores gastos da Câmara dos Deputados de cada país para que seja possível identificar gastos que tenham um viés oportunista.

Tabela 5 - Custos das Câmaras de Deputados em relação CT (em milhares).

Custos das Câmaras de Deputados em relação CT (em milhares)										
Tipos de Gastos	Brasil		Argentina		Uruguai		Chile		Paraguai	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Pessoal	2.502.617	48%	705421	71%	40.986	29%	183.584	58%	115.826	61%
Funções especiais	-	-	-	-	13.459	9%	-	-	-	-
Aposentadorias e pensões	1.592.664	31%	-	0%	14.147	10%	1.182	0%	-	0%
Obras	3.507	0%	-	0%	1.946	1%	-	0%	1.560	1%
Assistência Escolar	25.893	0%	-	0%	4	0%	-	0%	1.044	1%
Assistência médica	139.251	3%	-	0%	2.875	2%	-	0%	-	0%
Auxílio moradia	9.336	0%	-	-	-	-	-	-	-	-
Auxílio Alimentação	169.963	3%	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços Gerais	543.173	10%	68.920	7%	10.748	8%	48.143	15%	4.612	2%
Partidos	-	-	-	0%	20.282	14%	6.908	2%	-	0%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota. México não publicou demonstrações analíticas do ano de 2016.

Conforme visto da tabela, na maior parte, os custos mais relevantes são diretamente relacionados ao pessoal, o vulto de materiais ou obras são geralmente insignificantes ou não indicados. É visível o viés orçamentário adotado por todos os órgãos estudados, quando realizam sua transparência dificilmente se encontra uma demonstração de resultado, geralmente, essa é publicada apenas com tópicos genéricos de gasto como gasto de pessoal, que não é separando entre gastos com os Deputados e gasto com os demais agentes.

Existe uma desconexão dessas organizações com as IPSAS, deixando o principal praticamente sem informação, sendo necessário que o principal tenha conhecimento específico na área contábil para poder extrair algum tipo de informação de suas demonstrações simplificadas. Esse quadro por si só gera um ambiente oportunista para o agente, por exemplo, no Brasil um gasto de 543.173.325,56 classificado como processo do Legislativo, mas quando se pesquisa o desdobramento junto ao site oficial da Câmara de Deputados (2018), é possível verificar notas de prestação de serviço em um valor elevado para terceirizações da Câmara.

Basicamente, os países mostram altas porcentagens da folha de pagamento, logicamente, o cálculo da Tabela 3 não captou a porcentagem exposta na tabela 5 tendo em vista não considerar os gastos para pagamento de salários de outros servidores não nomeados através do voto.

Dessa forma, a questão remuneratória é a mais significativa de acordo com os números publicados pelos países, sendo um quesito de alto risco moral, em que o agente acaba por valorizar seu trabalho com salários muito além da média, sendo outra questão os altos valores pagos de aposentadoria no Brasil, que apresentam um valor muito significativo em relação ao Custo Total.

O caso da aposentadoria no Brasil advém da facilidade para que o agente se aposentasse praticada até 1997, uma vez que o agente precisava apenas ter oito anos de mandato e 50 anos para se aposentar com proventos integrais, sendo o processo de aposentadoria reformulado no ano de 1997. E apenas em 2013, os agentes já aposentados no regime antigo de previdência foram desvinculados do teto salarial do serviço público (Câmara dos Deputados, 2018).

Logo, havia uma extrema facilidade para o agente se aposentar e quando tal condição não foi mais possível, os agentes mudaram o regime de previdência segundo informação do site oficial da Câmara dos Deputados (2018), para um mais parecido com o sistema geral, ficando o custo do outro sistema a ser pago pelo orçamento do Congresso, ou seja, no Brasil, o valor do Custo Total no ano de 2016, por exemplo, cairia de 5.219.994.832,64 Reais.

Esse ato discricionário dos agentes gera mais de um bilhão e meio de reais todos os anos de Custo de Agência, sendo um custo advindo do oportunismo dos agentes brasileiros que hoje oneram os cofres públicos com suas aposentadorias 14 vezes maiores que a renda per capita, com apenas oito anos de mandato, claramente um excesso, não encontrado nos outros países da amostra no objeto de estudo e justificando a enorme diferença do Brasil em relação à amostra. No entanto a questão previdenciária no Brasil é delicada e o mesmo coleciona regimes deficitários, onde os recursos arrecadados para outros fins são utilizados para completar o valor que falta, como visto na pesquisa de Santos et al. (2017).

Essa situação demonstra o quão importante é uma transparência de qualidade como a proposta pelas IPSAS, para identificar a conduta dos agentes para que os principais possam ter escolhas mais assertivas e diminuir a seleção adversa.

Todas essas constatações são suficientes para demonstrar o alto risco moral que a

Câmara de Deputados acumula com seus gastos praticamente ocultos, a maior parte da população tem dificuldade para obtenção de dados e na maior parte dos casos se faz necessária uma solicitação formal junto às organizações, sendo um processo moroso e passível de não resposta ou resposta incompleta (Miranda, Moura, Ribeiro, & Martins, 2008; Campos, Paiva, & Gomes, 2013).

A não observância das IPSAS mantém esse quadro de assimetria, em que os gastos são aumentados ano a ano, mas as informações continuam insuficientes deixando o principal à mercê de más escolhas, potencializando a seleção adversa nas eleições e aumentando os Custos de Agência (Lima & Lima, 2019).

Visto que o agente eleito é instável em seus atos se comportando de forma adversa, dependendo do momento das condições e do ambiente ao qual está exposto, a forma variável do Legislativo, com diversos agentes e o poder que os mesmos têm de moldar tributos e subsídios, torna esse método de legislar extremamente difícil de controlar, potencializando a margem de custos de controle necessários para inibir o agente.

O fiscalizador faz as regras de fiscalização e escolhe quanto será seu salário, escolhe que tipo de benefícios terá. Outro gasto expressivo demonstrado na Tabela 5 é o gasto como assistência médica e esses agentes têm diversas regalias, mas como visto isso não tem um viés motivador para diminuir o conflito de agência e sim um viés oportunista de angariar o máximo de recursos dos cofres públicos.

4.6 BRASIL E CONFLITO DE AGÊNCIA

Um indivíduo que ganha pelo menos cinco vezes mais que a renda *per capita* do país não necessitaria de tantos benefícios pagos pelos principais, a ponto de chegar a não ter gastos inerentes a sua função que não sejam pagos pelo Estado, como é o caso do Brasil, em que o agente não paga gasolina, paletó, alimentação, moradia, escola, viagens de avião, entre outros custos. Assim, é como se esses agentes no Brasil pudessem guardar todo salário mês a mês, pois todos os seus custos de vida são pagos pelo Estado, naturalmente, não há empresa privada que motive seu funcionário a ponto de cobrir todos os seus gastos e ainda lhe pagar um alto salário.

A desconexão do Brasil entre as rendas dos agentes e dos principais vai minando a confiança do principal em uma possível benéfica delegação de poder, que acaba por gerar

quadros benéficos para os grupos de pressão.

O Brasil que se mostrou o país da amostra no qual os agentes têm maiores regalias, maiores adicionais e altos salários. Com diversas desigualdades sociais e onde o salário mínimo é insuficiente. De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o salário mínimo necessário para o principal viver seria de 3.858,05 no ano de 2016 em detrimento dos 880.00 praticados no ano. Mesmo com o valor levantado pelo DIEESE, o agente eleito da Câmara dos Deputados do Brasil ganharia nove vezes mais que esse valor, além de ganhar benefícios suficientes para não gastar seu salário.

É previsível que apesar das manobras oportunistas dos agentes brasileiros e manipulações de grupos perdedores, que alguns grupos de principais comecem um movimento de não delegar seu poder, não vendo opções em uma única opção plausível para depositar seu voto.

Ficando exposta as multiplicidades de efeitos e de causalidades da relação de agência no setor público, ficando o principal refém na maioria das vezes dos atos dos agentes após eleito, uma problemática que afeta custos no setor privado e público, que afeta a qualidade de vida do cidadão e o desempenho econômico do país. Sendo o reflexo sentido na sociedade e possível de ser escaneado pelos indicadores globais, levando em consideração que a maior parte deles demonstra alinhamento com a literatura vigente.

Uma última questão a ser apresentada diz respeito a variável de arrecadação e sua relação com os grupos de pressão no Brasil, da acordo com os totais apurados pelos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Ribeiro et al. (2009), a carga tributária por faixa de renda elucida quem paga mais impostos no Brasil na Tabela 6.

Tabela 6 – Carga Tributária Pela Renda Familiar.

Renda Familiar em Salários Mínimos	Carga Tributária -2004	Carga Tributária-2008
até 2	48,8%	53,9%
2 a 3	38,0%	41,9%
3 a 5	33,9%	37,4%
5 a 6	32,0%	35,3%
6 a 8	31,7%	35,0%
8 a 10	31,7%	35,0%
10 a 15	30,5%	33,7%
15 a 20	28,4%	31,3%
20 a 30	28,7%	31,7%
mais de 30	26,3%	29,0%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir Ribeiro et al. (2009)

Nota. Dados do IPEA

O Brasil acumula um histórico de ter a carga tributária mais alta para os principais mais pobres, ou seja, os grupos perdedores, sendo os grupos ganhadores aqueles que têm maior influência sobre os principais, sendo subsidiados com uma carga tributária mais amena. Esse quadro de desigualdade denota uma série de problemas relacionados com a conduta do agente, que atua em prol dos mais ricos, mantendo a legislação tributária atraente para interesses dos grupos com maior renda. Para manter a estabilidade política com os grupos perdedores acaba sendo necessária uma série de assistencialismos, que oneram os cofres públicos, para promover o interesse de grupos de principais específicos.

Infelizmente, o Brasil neste estudo figurou como um claro exemplo de desvio de conduta dos agentes, com exemplo de manobras de aumentos de salários pós-eleitorais, tributação direcionada, gastos com publicidade, altos salários, altos adicionais, grande número de Deputados e altos custos. Logo, o Brasil acumula fatores diversos, que provocam aumento nos Custos de Agência, descrédito da instituição da Câmara dos Deputados, sendo um exemplo crítico de desvio do Estado da impessoalidade e alinhamento com o viés coletivo.

Necessitando para a diminuição de perdas residuais e custos de desempenho uma melhora nas informações disponibilizadas pelo Estado, pesquisas mais profundas sobre os candidatos, análises de desempenho sérias para os agentes durante o mandato. A localização dos pontos críticos, padrões de comportamento para um monitoramento efetivo, mas que não onerem os cofres públicos a ponto de potencializar os Custos de Agência, da mesma forma que as ações oportunistas dos agentes.

No entanto, o controle por si só aumentaria da mesma forma os Custos de Agência, mostrando que o risco moral continua contido no ser humano, como colocado por Friedman e Friedman (1990), tendo em vista que a moralidade do agente é o quesito que encarece a delegação de poder, sendo possível uma melhora nos Custos de Agência, quando forem levantadas alternativas sérias para estimular a moralidade dos agentes públicos.

5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa buscou investigar a Relação de Agência da organização do Legislativo, chamadas de Câmara dos Deputados em vários países. Para tanto, foram utilizados diversos dados, tanto oficiais como de organizações privadas, que medem o desempenho dos países e são reconhecidas mundialmente.

Através do modelo proposto de Mínimos Quadrados Generalizados foi possível comparar diversas questões ligadas ao Conflito de Agência, demonstrando fortes indícios de que variação de custo total em relação a arrecadação é influenciada por questões que aumentam ou diminuem o risco moral ou a seleção adversa.

A questão dos Grupos de Pressão dentro da relação Agente-Principal da Câmara de Deputados é mostrada tanto na questão de distribuição de renda, quanto no IDH, denotando também interferências nos custos dos agentes nos países da amostra, de acordo com preceitos das pesquisas de Vollmer e Ziegler (2009) e Bonifácio e Schlegel (2012), que demonstram o ações impessoais como uma diretriz do Estado, bem como Marino et al. (2016), que igualmente demonstram a questão socioeconômica da população como um balizador de cobranças e de pressões ao agente.

Através de todas essas ligações do Custo Total com Variáveis ligadas ao Conflito de Agência evidencia-se a relação de interferência do Custo de Agência nessa organização, denotando os diversos interesses envolvidos para a multiplicidade de agentes e principais, bem como o potencial de poder do agente, quando a delegação é feita.

A melhora na informação demonstrou ser um quesito importante no controle dos atos dos agentes, demonstrado no modelo através do índice de Voz e responsabilização, bem como demonstrado um coeficiente relevante os adicionais recebidos figuram como gastos pulverizados de difícil rastreabilidade, mas que apresentam no objeto estudado um vulto relevante, carecendo de meios de transparência mais eficazes para o controle do agente e a redução do risco moral desse tipo de gasto.

A questão socioeconômica dos principais figurou como o limitador de gastos da Câmara de Deputados, mostrando que a cobrança dos principais é efetiva em limitar atos estranhos a impessoalidade, visto que o interesse do agente está relacionado com a questão da potencializar seus votos e beneficiar grupos. Esse fato ainda pode ser mais reforçado pelo salário mínimo praticado nos países da amostra, que mostra uma desigualdade ainda maior do que a da Renda *per capita*.

É demonstrada a utilidade do uso de índices desempenho não financeiros no controle de custos, principalmente, os custos ocultos como o Custo de Agência e na redução da assimetria da informação.

Frente aos resultados obtidos os índices de desempenho de Desenvolvimento Humano, Qualidade Legislativa e Voz e Responsabilização, se mostraram eficazes na contribuição de informação, proporcionando novas alternativas de controle para os atos do agente, e possibilidade a rastreabilidade na sociedade, do viés de interesse particular nas ações dos agentes ligados aos grupos de pressão. Devido ao baixo desempenho se ligar a má Administração de recursos públicos e políticas públicas que altera o quantitativo do Custo Total das organizações públicas.

Finalmente, fica evidenciado a nocividade da prática das organizações públicas de manter uma transparência insuficiente e ineficaz para informar o principal. A adesão as IPSAS acabam figurando como uma solução mais próxima para a criação de novos mecanismos de controle e para diminuir a incapacidade dos principais de julgar e controlar os agentes eleitos.

Tendo como base que o agente está dentro da hierarquia pública, o indivíduo passa a ser superior a todos em suas devidas organizações e todo o Estado é direcionado e moldado na medida do oportunismo dos agentes, emanando efeitos em toda sociedade.

Efeitos esses capitados pelos indicadores de desempenho globais, demonstrado que mesmo em ambientes com uma assimetria da informação elevada, é possível identificar as ações oportunistas dos agentes com auxílio dos índices de desempenho disponíveis. Sendo possível uma análise do conflito gerado pela delegação de poder do principal para o agente nas Câmaras de Deputados de países da América Latina através dos testes estatísticos realizados.

5.1 LIMITAÇÕES

A pesquisa foi limitada aos anos 2012 a 2016 pela falta de dados de transparência oficiais nos países da amostra. Da mesma forma se limitou a quantidade de países pelo efeito do presidencialismo de coalizão, presente na América Latina em países bicamerais, de IDH e Renda *per captas* próximas, pela escassez de dados específicos em função da não convergência as IPSAS das organizações estudadas.

Limitando-se metodologicamente ao uso de dados em painel, pelos mínimos Quadrados Generalizados, com dados financeiros em Reais convertidos pelos fatores do PPP.

5.2 SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Para pesquisas futuras se recomendam recortes de outros tipos de presidencialismo ou do próprio parlamentarismo e suas variantes para um novo teste das variáveis, sendo possível abordar o tema pela visão das divisões partidárias, que geram conflitos internos tanto na escolha do principal quanto na força votante dentro da Câmara, em que se pode explorar o tema pelo cunho da corrupção e os efeitos da mesma nos custos, sendo um tema amplo e podendo ser abordado pelo viés da Ciência Política, da Administração, da Economia e da Contabilidade, sendo o último utilizado com mais peso neste estudo.

Referências

- Adams M. B. (1994). *Agency theory and the internal audit*. *Managerial Auditing Journal*, 9(8), 8-12.
- Alam M. S. (1995). *A theory of limits on corruption and some applications*. *Kyklos*, 48(3), 419-435.
- Alesina A. (1987). *Macroeconomic policy in a two-party system as a repeated game*. *The Quarterly journal of economics*, 102(3), 651-678.
- Alesina A. & Perotti R. (1995). *The political economy of budget deficits*. *Staff Papers*, 42(1), 1-31.
- Alemán E. & Tsebelis G. (2011). *Political parties and government coalitions in the Americas*. *Journal of Politics in Latin America*, 3(1), 3-28.
- Alt J. E. & Lassen D. D. (2006). *Transparency political polarization and political budget cycles in OECD countries*. *American Journal of Political Science*, 50(3), 530-550.
- Álvaro Moisés J. (2008). *Cultura política instituições e democracia: lições da experiência brasileira*. *Revista brasileira de ciências sociais*, 23(66).
- Antonovz t. Correa m. D. & Peixe b. C. S. (2017) *Transparência na Gestão Pública Estadual: Um Estudo dos Portais de Transparência dos Estados Brasileiros*. XIV Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade SP. Anais.
- Araújo E. D. (2011). *Volatilidade cambial e crescimento econômico: teorias e evidências para economias em desenvolvimento e emergentes (1980 e 2007)*. *Revista Economia*.
- Araújo M. & Sanchez O. A. (2005). *A corrupção e os controles internos do estado*. *Lua Nova*, 65, 137-73.
- Araujo S. S. D. S. Dos Santos J. S. de Sousa W. D. & Cavalcante Junior F. C. (2017). *Mensuração e evidenciação do Ativo Imobilizado no Setor Público: um estudo sobre os bens de uso especial nas Universidades Federais do Nordeste*. *Revista Mangaio Acadêmico*, 2(3), 12-22.
- Augustinho S. M. & de Lima I. A. (2012). *A nova contabilidade pública brasileira como instrumento de transparência sobre as contas públicas*. *Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento*, 1(1), 76-88.
- Mello, C. A. B. D. (2008). *Curso de Direito Administrativo: São Paulo*. Malheiros Editores, 665.
- Bandiera O., Prat A. & Valletti T. (2009). *Active and passive waste in government spending: evidence from a policy experiment*. *American Economic Review*, 99(4), 1278-1308.
- Banfield E. C. (1985). *Corruption as a feature of governmental organization*. In *Here the People Rule*, Springer Boston MA, 147-170.
- Baquero, M. (2015). *Corrupção, cultura política e capital social negativo no Brasil*. *Revista Debates*, 9(2), 139-157.
- Baquero M. de Castro H. C. & Ranincheski S. M. (2016). *(Des) confiança nas instituições e partidos políticos na constituição de uma democracia inercial no Brasil: o caso das eleições de 2014*. *Política & Sociedade*, 15(32), 12-14.
- Barney J. B. & Ouchi W. G. (1986). *Organizational economics*. Jossey-Bass.
- Bayley D. H. (1966). *The effects of corruption in a developing nation*. *Western political quarterly*, 19(4), 719-732.
- Becker G. S. (1983). *A theory of competition among pressure groups for political influence*. *The quarterly journal of economics*, 98(3), 371-400.
- Becker G. S. (1985). *Public policies pressure groups and dead weight costs*. *Journal of public economics*, 28(3), 329-347.
- Berger S. (1979). *Politics and antipolitics in Western Europe in the seventies*. *Daedalus*, 27-

- 50.
- Bezerra m. D. S. C. Da Silva a. C. B. & Albuquerque f. D. S. (2017). *Divulgação da Execução Financeira e Orçamentária por Municípios Brasileiros de Médio Porte: Uma Análise da Transparência*. in: XVII Congresso USP Internacional em Contabilidade SP. Anais.
- Blondel, J. (2002). *'Party Government, Patronage, and Party Decline in Western Europe'*, (Oxford: Oxford University Press), 233-256
- Boland T. & Fowler A. (2000). *A systems perspective of performance management in public sector organisations*. International Journal of Public Sector Management, 13(5), 417-446.
- Bonifácio R. & Schlegel R. (2012). *Panorama e determinantes da satisfação com os serviços públicos no Brasil*. Revista do Serviço Público, 63(4), 413.
- Bovaird T. & Löffler E. (2003). *Evaluating the quality of public governance: indicators models and methodologies*. International Review of Administrative Sciences, 69(3), 313-328.
- Braithwaite V. & Levi M. (2003). *Trust and governance*. Russell Sage Foundation. Recuperado de https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=7uWFAwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PR9&dq=Trust+and+Governance&ots=Zdy2uL_pUR&sig=uONKvpevbtUFJtRAZ7WzdlhKjQ#v=onepage&q=Trust%20and%20Governance&f=false.
- Brandão V. J. R. & Araújo M. M. (2015). *A Sanção Premial e a Lei de Responsabilidade Fiscal no Âmbito das Políticas Urbanas Municipais*. Revista de Direito Urbanístico Cidade e Alteridade 1(1) 185-213.
- Brei Z. A. (1996). *Corrupção: dificuldades para definição e para um consenso*. Revista de Administração Pública, 30(1), 64-77.
- Brender, A., & Drazen, A. (2005). *Political budget cycles in new versus established democracies*. Journal of monetary Economics, 52(7), 1271-1295.
- Cámara de Diputados de Chile (2018) Página inicial. Recuperado de <https://www.camara.cl/>.
- Câmara dos Deputados (2018) Página inicial. Recuperado de <https://www.camara.leg.br/>.
- Câmara dos deputados (2018) Página inicial. Recuperado de http://www.diputados.gob.mx/informacion_parlamentaria.htm.
- Campos, R., Paiva, D., & Gomes, S. (2013). *Gestão da informação pública: um estudo sobre o Portal Transparência Goiás*. Sociedade e Estado, 28(2), 393-417.
- Casalechi G. A. (2016) *Legado democrático e atitudes democráticas na América Latina efeitos diretos indiretos e condicionais*. Tese de Doutorado Universidade Federal de Minas Gerais Belo Horizonte Minas Gerais Brasil.
- Cardoso, L. B., & Silva Junior, G. E. (2013). *Grupos de interesses, eleições e redes políticas no Congresso Nacional*. Planejamento e Políticas Públicas, 41(1).
- Cavalcante P. (2016). *Desempenho fiscal e eleições no Brasil: uma análise comparada dos governos municipais*. Revista de Administração Pública-RAP, 50(2).
- Cc news (2018). *Diputados mexicanos gastan millones en café, galletas y gasolina*. Recuperado de <https://news.culturacolectiva.com/mexico/gastos-de-diputados-2017/>
- Ceneviva R. & Farah F. S. M. (2012). *Avaliação informação e responsabilização no setor público*. Revista de Administração Pública-RAP, 46(4).
- Cidade, E. C., Junior, J. F. M., & Ximenes, V. M. (2017). *Implicações psicológicas da pobreza na vida do povo latino americano*. Psicologia Argumento, 30(68).
- Ciper (2014). *Asesorías parlamentarias sin control: Diputados gastan \$6.000 millones en dos años*. Recuperado de <https://ciperchile.cl/2014/04/07/asesorias-parlamentarias-sin-control-diputados-gastan-6-000-millones-en-dos-anos/>
- Chasqueti, D. (2001) *Democracia, multipartidarismo y coaliciones en América Latina:*

- evaluando la difícil combinación*. [s.1.]: Clacso.
- Cheibub J. A. Przeworski A. & Saiegh S. M. (2004). *Government coalitions and legislative success under presidentialism and parliamentarism*. *British Journal of Political Science*, 34(4), 565-587.
- Cintra A. O. & Bandeira R. M. G. (2005). *O Poder Legislativo na organização política Brasileira*. Consultoria Legislativa. Estudo. Brasil.
- Coase R. H. (1937). *The Nature of the Firm*. *Economica*. New Series, 4(16), 386-405.
- Congresso Nacional (2018) *Institucional*. Recuperado em de <http://www.congressonacional.leg.br>
- Câmara de Deputados (2018) *Câmara Notícias*. Recuperado de <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/563319-VOTOS-BRANCOS-E-NULOS-PARA-DEPUTADO-FEDERAL-QUASEDOBRARAM-DE-2002-A-2014.html>
- Coase, R. H. (1937). *The nature of the firm*. *economica*, 4(16), 386-405.
- Coelho, A. F. C. (2016). *Tributação, democracia e desigualdade na América Latina: o que podemos aprender com o Brasil?*. A&C-Revista de Direito Administrativo & Constitucional, 16(64), 197-223.
- Creswell J. W. (2007) *Projeto de pesquisa: métodos qualitativos quantitativos e mistos*. Tradução Maria Imida da Costa e Silva (2ª ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Cruz C. F. de Souza Ferreira A. C. da Silva L. M. & da Silva Macedo M. Á. (2012). *Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros*. *Revista de Administração Pública*, 46(1), 153-176.
- Dalton R. J. (2013). *The apartisan American: dealignment and changing electoral politics*. CQ Press. pp. 2. Recuperado de https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=eYkczUyX5wMC&oi=fnd&pg=PP1&dq=The+Apartisan+American:+dealignment+and+changing+electoral+politics&ots=3oYsg2HwFl&sig=ET12m0HD1ZdQlwYs50_p_sC_HF0#v=onepage&q=The%20Apartisan%20American%3A%20dealignment%20and%20changing%20electoral%20politics&f=false.
- Dalton R. J. McAllister I. Wattenberg M. P. & Cabral R. (2003). *Democracia e identificação partidária nas sociedades industriais avançadas*. *Análise Social*, 295-320.
- Davis A. (2003). *Whither mass media and power? Evidence for a critical elite theory alternative*. *Media Culture & Society*, 25(5), 669-690.
- Demski J. S. (1980). *Information analysis*. Addison-Wesley Longman Publishing Co. Inc..
- Demski J. S. & Feltham G. A. (1978). *Economic incentives in budgetary control systems*. *Accounting Review*, 336-359.
- Denis D. J. Denis D. K. & Sarin A. (1997). *Agency problems equity ownership and corporate diversification*. *The Journal of Finance*, 52(1), 135-160.
- Di Francesco M. (1999). *Measuring performance in policy advice output: Australian developments*. *International Journal of Public Sector Management*, 12(5), 420-431.
- DIEESE (2019) *Salário Mínimo*. Recuperado de <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html#2016>.
- Deputados Argentina (2018) *Página inicial*. Recuperado de <https://www.diputados.gov.ar/>
- Dobson A. J. (1993). *Moral hazard adverse selection and reputation: A synthesis*. *Managerial Finance*, 19(6), 2-8.
- Dobuzinkis L. Laycock D. H. & Howlett M. (Eds.). (2007). *Policy analysis in Canada: The state of the art*. University of Toronto Press, 48 – 57.
- Donaldson L. & Davis J. H. (1991). *Stewardship theory or agency theory: CEO governance and shareholder returns*. *Australian Journal of Management*, 16(1), 49-64.
- Eisenhardt K. M. (1985). *Control: Organizational and Economic Approaches*. *Management*

- Science, 31(2), 134-149.
- Eisenhardt K. M. (1989). *Agency theory: An assessment and review*. *Academy of management review*, 14(1), 57-74.
- Eisenhardt, K. M. (2015). *Teoria da Agência: Uma avaliação e revisão*. *RGC-Revista de Governança Corporativa*, 2(1).
- El Financiero (2015). *México, entre los países con más desvío de recursos oficiales: WEF*. Recuperado de <https://www.elfinanciero.com.mx/economia/mexico-entre-los-paises-con-mas-desvio-de-recursos-wef>.
- Elgie R. & Stapleton J. (2006). *Testing the decline of parliament thesis: Ireland 1923–2002*. *Political Studies*, 54(3), 465-485.
- El Mundo (2014). *El congreso paraguayo prescindirá de asesores sin funciones y ahorrará 1,5 millones de euros al año*. Recuperado de <https://www.elmundo.es/internacional/2014/08/19/53f3814722601d0d098b4582.html>
- El Observador (2018). *Envidrio: de la “vela al socialismo” a denuncias por trabajo irregular*. Recuperado de <https://www.elmundo.es/internacional/2014/08/19/53f3814722601d0d098b4582.html>.
- El país (2000). *El Congreso argentino sufre un espectacular robo de un millón de dólares*. Recuperado de https://elpais.com/diario/2000/02/12/internacional/950310016_850215.html
- El País (2015). *Uruguay, el que más gasta en financiar a legisladores*. Recuperado de <https://www.elpais.com.uy/informacion/uruguay-gasta-financiar-legisladores.html>
- El país (2016). *Uruguay Los diputados argentinos corrigen su subida de sueldo ante la polémica*. Recuperado de https://elpais.com/internacional/2016/11/03/argentina/1478200912_351181.html
- El Sol do México (2018). *Piden hacer recorte 2,700 mdp a gastos y salarios de Cámara de Diputados*. Recuperado de <https://www.elsoldemexico.com.mx/mexico/politica/dolores-padierna-recorte-sueldos-salarios-camara-de-diputados-1930382.html>
- Facchinei F. & Kanzow C. (2010). *Generalized Nash equilibrium problems*. *Annals of Operations Research*, 175(1), 177-211.
- Fama E. F. (1980). *Agency Problems and the Theory of the Firm*. *Journal of political economy*, 88(2), 288-307.
- Fama E. F. & Jensen M. C. (1983). *Separation of ownership and control*. *The journal of law and Economics*, 26(2), 301-325.
- Farah M. F. S. (2016). *An analysis of public policies in Brazil: from an unnamed practice to the institutionalization of the "public field"*. *Revista de Administração Pública*, 50(6), 959-979.
- Fialho T. M. M. (1997). *Testando a evidência de ciclos políticos no Brasil*. *Revista Brasileira de Economia*, 51(3), 379-390.
- Figueredo, A. C., Canello, J. & Vierira, M. (2012) *Governos minoritários no presidencialismo latino-americano: Determinantes institucionais e políticos*. *Revista Dados*, (55).
- Ferreira I. F. & Bugarin M. S. (2007). *Transferências voluntárias e ciclo político-orçamentário no federalismo fiscal brasileiro*. *Revista Brasileira de Economia*, 61(3), 271-300.
- Friedman M. & Friedman R. (1990). *Free to choose: A personal statement*. Houghton Mifflin Harcourt. Recuperado de https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=F5z1B5SwGUEC&oi=fnd&pg=PP1&dq=Milton+Friedman+Free+to+Choose:+A+Personal+Statement&ots=SM7MxnvnkK&sig=Z0FWIVVnsqJMB0c0eGAoJr_Scgk#v=onepage&q=%20you%20spend%20money&f=false
- G1 (2007). *Congresso do Brasil é o mais caro*. Recuperado de <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL59667-5601,00PESQUISA+CONGRESSO+DO+BRASIL+E+O+MAIS+CARO.html>.

- Ganem A. (2002). *Economia e filosofia: tensão e solução na obra de Adam Smith*. Revista de Economia Política, 22(4), 88.
- Garen J. E. (1994). *Executive compensation and principal-agent theory*. Journal of political economy, 102(6), 1175-1199.
- Gaygısız E. (2013). *How are cultural dimensions and governance quality related to socioeconomic development?*. The Journal of Socio-Economics, 47, 170-179.
- Gerrish E. (2016). *The impact of performance management on performance in public organizations: A meta-analysis*. Public Administration Review, 76(1), 48-66.
- Gimbert X., Bisbe J. & Mendoza X. (2010). *The role of performance measurement systems in strategy formulation processes*. Long Range Planning, 43(4), 477-497.
- Gómez Sabaini, J. C., Jiménez, J. P., & Rossignolo, D. (2012). *Imposición a la renta personal y equidad en América Latina: nuevos desafíos* (No. 119). Naciones Unidas Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL).
- González P. Hindriks J. & Porteiro N. (2013) *Fiscal decentralization and political budget*. Université catholique de Louvain Center for Operations Research and Econometrics (CORE).
- Gordillo A. (2012). *Tratado de derecho administrativo y obras selectas : primeras obras*. Buenos Aires : Fundación de Derecho Administrativo.
- Gray C. W. & Kaufmann D. (1998). *Corruption and development*. Finance and development, 35(1), 7.
- Guerreiro R. Frezatti F. Lopes A. B. & Pereira C. A. (2005). *O entendimento da contabilidade gerencial sob a ótica da teoria institucional*. Organizações & Sociedade, 12(35), 91-106.
- Gujarati D. N. & Porter D. C. (2011). *Econometria Básica-5*. Amgh Editora.
- Güney T. (2015). *Environmental sustainability and pressure groups*. Quality & Quantity, 49(6), 2331-2344.
- Haan, J. (2014). *Democracy, elections and government budget deficits*. German Economic Review, 15(1), 131-142.
- Hanusch M. (2012). *Coalition incentives for political budget cycles*. Public Choice, 151(1-2), 121-136.
- Hausman J. A. (1978). *A conditional probit model for qualitative choice: Discrete decisions recognizing interdependence and heterogeneous preferences*. Econometrica, 46, 403-426.
- Higley J. & Gunther R. (1992). *Elites and democratic consolidation in Latin America and Southern Europe*. Cambridge University Press. pp. 32-34. Recuperado de <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=mkfEamELMFAC&oi=fnd&pg=PR7&dq=Elites+and+Democratic+Consolidation+in+Latin+America+and+Southern+Europe&ots=129P9MD5iX&sig=BkTFI0qfxIysd3Smwx4FgiLsWvA#v=onepage&q=Elites&f=false>.
- Hirsch P., Michaels S. & Friedman R. (1987). *Dirty hands” versus “clean models*. Theory and society, 16(3), 317-336.
- Holmstrom B. (1979). *Moral hazard and observability*. The Bell journal of economics, 74-91.
- Honorable Câmara de Disputados (2018) Página inicial. Recuperado de <http://www.diputados.gov.py/ww5/>
- Jannuzzi P. M. (2002). *Considerações sobre o mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais*. Revista de Administração Pública, 36(1), 51-72.
- Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (2008). *Teoria da firma: comportamento dos administradores, custos de agência e estrutura de propriedade*. Revista de Administração de Empresas, 48(2), 87-125.

- Judson R. A. & Owen A. L. (1999). Estimating dynamic panel data models: a guide for macroeconomists. *Economics letters* 65(1) 9-15.
- Julnes P. L. (2006). *Performance measurement: An effective tool for government accountability? The debate goes on*. *Evaluation*, 12(2), 219-235.
- Keong Choong K. (2013). *Understanding the features of performance measurement system: a literature review*. *Measuring Business Excellence*, 17(4), 102-121.
- Kiser E. (1999). *Comparing varieties of agency theory in economics political science and sociology: An illustration from state policy implementation*. *Sociological Theory*, 17(2), 146-170.
- Klomp J. & De Haan J. (2013). *Political budget cycles and election outcomes*. *Public Choice* 157, (1-2), 245-267.
- Kotzian P. (2011). *Public support for liberal democracy*. *International Political Science Review*, 32(1), 23-41.
- La Nacion (2017). *Sueldos altos y poca actividad en la Legislatura bonaerense*. Recuperado de <https://www.lanacion.com.ar/2032700-sueldos-altos-y-poca-actividad-en-la-legislatura-bonaerense>.
- Lambert, R. A. (1983). *Long-term contracts and moral hazard*. *The Bell Journal of Economics*, 441-452.
- Lautier, B. (2015). *O governo moral dos pobres e a despolitização das políticas públicas na América Latina*. *Caderno CRH*, 27(72).
- Lima Moreno G. C., Miranda L. C. & Silva Neto J. M. (2018). *Depreciação no setor público: o déficit da produção científica*. *Revista UNEMAT de Contabilidade*, 6(12).
- Lima m. D. X. Bonfim I. D. S. & Assuero M. (2017). *Earnings Management: Um Estudo Sobre as Práticas de Suavização de Resultado em Empresas Públicas*. in: XIV Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade SP. Anais.
- Lima, R. L., & de Lima, D. V. (2019). *Experiência do Brasil na implementação das IPSAS*. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 16(38).
- Loewenberg G. (Ed.). (1971). *Modern parliaments: change or decline?*. Chicago IL: Aldine-Atherton. Recuperado de <http://lrfdom.info/modern6730371.pdf>
- Lourenço R. P. (2015). *An analysis of open government portals: A perspective of transparency for accountability*. *Government Information Quarterly*, 32(3), 323-332.
- Lourenço, R. L., & Sauerbronn, F. F. (2017). *Uso da Teoria da Agência em Pesquisas de Contabilidade Gerencial: premissas, limitações e formulações alternativas aos seus pressupostos*. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 10(2), 158-176.
- Maeda I. J. & Varela p. S. (2017). *Auditoria Operacional e de Gestão: Associação entre o IEGM/TCESP e os Pareceres de Prestação de Contas de Municípios Paulistas*. in: XIV Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade SP. Anais.
- Machado, D. G., Fernandes, F. C., & Bianchi, M. (2016). *Teoria da Agência e Governança Corporativa: Reflexão acerca da Subordinação da Contabilidade à Administração*. *RAGC*, 4(10).
- Magalhães, S. R. & E. A. Andrade (2009). *Testes à igualdade dos parâmetros de um modelo de regressão: Uma aplicação especial das variáveis binárias (DUMMY)*. *Revista Exacta* 2 (3): 90-103.
- Mar Bogoni N., Hein N. & Beuren I. M. (2011). *Análise da relação entre crescimento econômico e gastos públicos nas maiores cidades da região Sul do Brasil*. *Revista de Administração Pública-RAP*, 45(1).
- Marino P. D. B. L. P. Soares R. A. Luca M. M. M. D. & Vasconcelos A. C. D. (2016). *Global Governance Indicators: how they relate to the socioeconomic indicators of the Brics countries*. *Revista de Administração Pública*, 50(5), 721-744.
- Mason D. S. Thibault L. & Misener L. (2006). *An agency theory perspective on corruption in*

- sport: The case of the International Olympic Committee*. Journal of Sport Management, 20(1), 52-73.
- Mauro P. (1995). *Corruption and growth*. The quarterly journal of economics, 110(3), 681-712.
- Mayston D. (1993). *Principals agents and the economics of accountability in the new public sector*. Accounting Auditing & Accountability Journal 6(3).
- McCubbins M. D. & Schwartz T. (1984). *Congressional oversight overlooked: Police patrols versus fire alarms*. American Journal of Political Science, 165-179.
- Miller W. E. & Shanks J. M. (1996). *The new American voter*. Cambridge MA: Harvard University Press. Recuperado de http://archive.wilsonquarterly.com/sites/default/files/articles/WQ_VOL21_W_1997_Research.pdf.
- Minayo M. C. S. (2001). *Pesquisa Social. Teoria método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes.
- Miranda, L. C., Moura Silva, A. J. D., Ribeiro Filho, J. F., & Martins da Silva, L. (2008). *Uma análise sobre a compreensibilidade das informações contábeis governamentais comunicadas pelo Balanço Orçamentário*. BBR-Brazilian Business Review, 5(3).
- Mo P. H. (2001). *Corruption and economic growth*. Journal of comparative economics, 29(1), 66-79.
- Moisés J. Á. & Carneiro G. P. (2008). *Democracia desconfiança política e insatisfação com o regime: o caso do Brasil*. Opinião Pública, 14(1), 1-42.
- Moreira Nascimento A. & Reginato L. (2008). *Divulgação da informação contábil governança corporativa e controle organizacional: uma relação necessária*. Revista Universo Contábil, 4(3).
- Mungiu-Pippidi A. (2013). *Controlling corruption through collective action*. Journal of Democracy, 24(1), 101-115.
- Nações Unidas (1990) *United Nations Development Programme. Human development report*. Nova York: Oxford. Recuperado de http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/219/hdr_1990_en_complete_nostats.pdf
- Nash J. F. (1950). *Equilibrium points in n-person games*. Proceedings of the national academy of sciences, 36(1), 48-49.
- Pavão N. (2015). *The failures of electoral accountability for corruption: Brazil and beyond*. University of Notre Dame.
- Nordhaus W. D. (1975). *The political business cycle*. The review of economic studies, 42(2), 169-190.
- OECD (1961). *Better Policies for Better Life*. Recuperado de <http://www.oecd.org/>.
- OECD (2018). *Sobre*. Recuperado de <http://www.oecdbetterlifeindex.org/pt/sobre/>.
- Oliveira A. G. & Pisa B. J. (2015). *IGovP: índice de avaliação da governança pública— instrumento de planejamento do Estado e de controle social pelo cidadão*. Revista de Administração Pública, 49(5), 1263-1290.
- Olken B. A. & Pande R. (2012). *Corruption in developing countries*. Annu. Rev. Econ. 4(1), 479-509.
- Otley D. (2008). *Did Kaplan and Johnson get it right?*. Accounting Auditing & Accountability Journal, 21(2), 229-239.
- Ouchi W. G. (1979). *A conceptual framework for the design of organizational control mechanisms*. Readings in accounting for management control. Springer Boston MA, 63-82.
- Palaiá D. & Holland M. (2010). *Taxa de câmbio e paridade de poder de compra no Brasil: análise econométrica com quebra estrutural*. Economia Aplicada, 14(1), 5-24.
- Park C. M. & Chull Shin D. (2006). *Popular support for democracy and its institutions in Korea: the dynamics and sources of regime support and institutional trust*. International Review of Sociology—Revue Internationale de Sociologie, 16(3), 665-

- 681.
- Parlamento del Uruguay (2018) *Página inicial*. Recuperado em <https://parlamento.gub.uy/camarasycomisiones/representantes>.
- Pérez O. J. (2009). *El crimen y el apoyo a los golpes militares en América Latina*. Perspectivas desde el Barómetro de las Américas, (32).
- Perrow C. (1986). *Economic theories of organization*. Theory and society, 15(1-2), 11-45.
- Peters B. G. (2014). *The politics of bureaucracy*. The Politics of Bureaucracy, Routledge, 177-206.
- Publimetro (2015). *Estos son los diputados que tienen más altos gastos parlamentarios*. Recuperado de <https://www.publimetro.cl/cl/politica/2015/12/04/estos-son-diputados-que-mas-altos-gastos-parlamentarios.html>.
- Raunio T. & Hix S. (2000). *Backbenchers learn to fight back: European integration and parliamentary government*. West European Politics, 23(4), 142-168.
- R7 (2015). *Mesmo na crise, Congresso paga supersalários para garçons, porteiros, recepcionistas e terceirizados*. Recuperado de <https://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2012/12/20/congresso-teve-38-escandalos-em-2012/>.
- Rezende J. F. D. C. & Sinay M. C. F. D. (2016). *Methodology for leading indicators on sustainable regional development*. Revista de Administração Pública, 50(3), 395-423.
- Ribeiro E. Carreirão Y. & Borba J. (2016). *Sentimentos partidários e antipetismo: condicionantes e covariantes*. Opinião Pública, 22(3), 603-637.
- Rocha I. Pereira A. M. Bezerra F. A. & do Nascimento S. (2012). *Análise da produção científica sobre teoria da agência e assimetria da informação*. REGE-Revista de Gestão, 19(2), 329-341.
- Rogoff K. S. (1990). *Equilibrium political budget cycles*. The American Economic Review, 80, 21-36.
- Rohwer A. (2009). *Measuring corruption: a comparison between the transparency international's corruption perceptions index and the World Bank's worldwide governance indicators*. CESifo DICE Report, 7(3), 42-52.
- Rose R. & Mishler W. (1996). *Testing the Churchill hypothesis: Popular support for democracy and its alternatives*. Journal of public policy, 16(1), 29-58.
- Rose, S. (2006). *Do fiscal rules dampen the political business cycle?*. Public choice, 128(3-4), 407-431.
- Russel L. W. (2003). Conflict of Interest. In Rabin J. (Ed.). *Encyclopedia of Public Administration and Public Policy: AJ (Vol. 1)*. CRC Press. pp.223. Recuperado em 12 de janeiro 2018 de https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=IUG4_EIY0tAC&oi=fnd&pg=PA223&dq=Conflict+of+interests&ots=LZk1sgMu0w&sig=ICQe92COPecu42Ve1OvzWWzFqyk#v=onepage&q=Conflict%20of%20interests&f=false.
- Sá-Silva J. R. de Almeida C. D. & Guindani J. F. (2009). *Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas*. Revista brasileira de história & ciências sociais, 1(1).
- Saalfeld T. (2000). *Members of parliament and governments in Western Europe: Agency relations and problems of oversight*. European Journal of Political Research, 37(3), 353-376.
- Salinas E. & Booth J. A. (2011). *Micro-social and contextual sources of democratic attitudes in Latin America*. Journal of Politics in Latin America, (3)1, 29-64.
- Saporiti A. & Streb J. M. (2008). *Separation of powers and political budget cycles*. Public Choice, 137(1-2), 329-345.
- Santos, C. H. M. D., Almeida, V. L. D., Caldas, L. F., Sá, J. H. B. D., Machado, U. E. N., Martins, F. D. S., & Brito, A. J. S. D. (2017). *A Dinâmica do deficit dos regimes próprios de previdência dos estados brasileiros nos anos 2006-2015*. Carta de

- conjuntura. IPEA. (34).
- Schneider B. R. & Doner R. (2000). *The new institutional economics business associations and development*. Brazilian Journal of Political Economy, 20(3), 39-62.
- Senado de la República (2018) Qué es el senado. Recuperado de <http://www.senado.gob.mx/index.php?watch=25>.
- Sharma A. (1997). Professional as agent: *Knowledge asymmetry in agency exchange*. Academy of Management review 22(3) 758-798.
- Sheate W. R. (2012). *Purposes paradigms and pressure groups: Accountability and sustainability in EU environmental assessment 1985–2010*. Environmental Impact Assessment Review, 33(1), 91-102.
- Shi M. & Svensson J. (2006). *Political budget cycles: Do they differ across countries and why?*. Journal of public economics, 90(8-9), 1367-1389.
- Silva C. V. S. & Ralha C. G. (2011). *Deteção De Cartéis Em Licitações Públicas Com Agentes De Mineração De Dados*. Revista Eletrônica de Sistemas de Informação.
- Social Progress Imperative (2018) Home. Recuperado em 26 de Março 2018 de <http://www.socialprogressimperative.org/>.
- Spekle R. F. & Verbeeten F. H. (2014). *The use of performance measurement systems in the public sector: Effects on performance*. Management Accounting Research, 25(2), 131-146.
- Spiller P. T. (1990). *Politicians Interest Groups and Regulators: A Multiple-Principals Agency Theory of Regulation or "Let Them Be Bribed"*. The Journal of Law and Economics, 33(1), 65-101.
- Sdp Noticias (2017). *Líder del PAN desvió recursos de Sonora para financiar campaña en Hermosillo*. Recuperado de <https://www.sdponoticias.com/local/sonora/2017/12/21/lider-del-pan-desvio-recursos-de-sonora-para-financiar-campana-en-hermosillo>.
- Stiglitz J. E. (2002). *Information and the Change in the Paradigm in Economics*. American Economic Review, 92(3), 460-501.
- Stiglitz, J. E. (1998). *More instruments and broader goals: moving toward the post-Washington consensus*. Helsinki: UNU/WIDER.
- Stroh L. K., Brett J. M., Baumann J. P. & Reilly A. H. (1996). *Agency theory and variable pay compensation strategies*. Academy of Management Journal, 39(3), 751-767.
- Storm K. (1997). *Democracy accountability and coalition bargaining*. The 1996 Stein Rokkan Lecture. European Journal of Political Research, 31(1), 47-62.
- Svallfors S. (2013). *Government quality egalitarianism and attitudes to taxes and social spending: a European comparison*. European Political Science Review, 5(3), 363-380.
- T13 (2017). *Ex diputado Hales enfrenta denuncia por supuesto abuso en Fiscalía Oriente*. Recuperado de <http://www.t13.cl/noticia/politica/Ex-diputado-Hales-enfrenta-denuncia-por-supuesto-abuso-en-Fiscalia-Oriente>.
- Tanzi V. (1998). *Corruption around the world. Corruption Around the World: Causes Consequences*. Scope and Cures, 98(63), 1-39.
- Tessler M. A. & Gao E. (2005). *Gauging Arab support for democracy*. Journal of Democracy, 16(3), 83-97.
- The World Bank (2018) The World Bank Open Data. Recuperado de <https://data.worldbank.org/>.
- Tilly C. (2017). *From mobilization to revolution*. Collective Violence Contentious Politics and Social Change. Routledge, 71-91.
- Tosi H. L. Katz J. P. & Gomez-Mejia L. R. (1997). *Disaggregating the agency contract: The effects of monitoring incentive alignment and term in office on agent decision making*. Academy of Management Journal, 40(3), 584-602.

- Tridapalli J. P., Fernandes E. & Vieira Machado W. (2011). *Gestão da cadeia de suprimento do setor público: uma alternativa para controle de gastos correntes no Brasil*. Revista de Administração Pública-RAP 45(2).
- Ultima Hora (2018). *Gasto por cada deputado aumentó 600% en 15 años, según consultora*. Recuperado de <https://www.ultimahora.com/gasto-cada-diputado-aumento-600-15-anos-segun-consultora-n2747866.html>.
- Ultima Hora (2019) El salario de algunos parlamentarios asciende a más de G. 41 millones. Recuperado de <https://www.ultimahora.com/el-salario-algunos-parlamentarios-asciende-mas-g-41-millones-n552946.html>.
- UOL (2012). *Congresso teve 38 escândalos em 2012*. Recuperado de <https://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2012/12/20/congresso-teve-38-escandalos-em-2012/>.
- Van Zanden J. L. Buringh E. & Bosker M. (2012). *The rise and decline of European parliaments 1188–1789*. The Economic History Review, 65(3), 835-861.
- Vergara S. C. (2000). *Começando a definir a metodologia*. Projetos e relatórios de pesquisa em administração, 3, 46-53.
- Vieira J. B. (2012). *Transparência pública e corrupção nos municípios brasileiros: o impacto do governo eletrônico*. Revista Democracia Digital e Governo Eletrônico, 1(6).
- Vollmer, S., & Ziegler, M. (2009). *Political institutions and human development-does democracy fulfil its' constructive'and'instrumental'role?*. The World Bank.
- Warren M. E. (1999). *Democracy and trust*. Cambridge University Press. Recuperado de https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=KepLD0M_XbhYC&oi=fnd&pg=PR7&dq=+Democracy+and+Trust.+Cambridge:+Cambridge&ots=AXErWrtpys&sig=BDdxzDT7gc1uPsDEEFQ5EHZuNzc#v=onepage&q=suport&f=false.
- Weber M. Gerth H. H. & Mills C. W. (1982). *Ensaio de sociologia*. Tradução Waltensir Dutra (5ª ed.).Rio de Janeiro: LTC- Livros Técnicos e Científicos Editora S.A.
- Worldwide Governace Indicators (2018) Interative Data Access. Recuperado em <http://info.worldbank.org/governance/wgi/#reports>.
- Williams, A. (2015). *A global index of information transparency and accountability*. Journal of Comparative Economics, 43(3).
- Zaman Mir M. & Shiraz Rahaman A. (2007). *Accounting and public sector reforms: a study of a continuously evolving governmental agency in Australia*. Accounting Auditing & Accountability Journal, 20(2), 237-268.
- Zampieri, E. (2013). *Ação dos grupos de pressão no processo decisório das comissões permanentes do Congresso Nacional*. E-Legis-Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados.

APÊNDICE A – DADOS UTILIZADOS

Dados utilizados														
País	Anos	Dados Financeiros					Calculados				Controle	Índices de Desempenho		
		Custo Total	Arrecadação	Salários	Adicionais	Renda per capta	CTA	DRP	SAL	AD	AL	IDH	VA	RQ
Brasil	2012	3979325164,85	657285000000,00	347400,69	1248397,92	24006,46	0,00605	0,14	0,0000005	0,0000019	0,00	0,74	0,63	0,55
	2013	4392176573,13	716660000000,00	347400,69	1257997,92	26340,86	0,00613	0,13	0,0000005	0,0000018	0,00	0,75	0,61	0,55
	2014	4539440236,04	737492000000,00	347400,69	1426636,32	28298,63	0,00616	0,12	0,0000005	0,0000019	1,00	0,75	0,62	0,51
	2015	4954876430,32	768951000000,00	438919,00	1520676,00	29111,11	0,00644	0,15	0,0000006	0,0000020	0,00	0,76	0,62	0,48
	2016	5251906359,00	804363000000,00	438919,00	1520676,00	30142,74	0,00653	0,15	0,0000005	0,0000019	0,00	0,76	0,62	0,47
México	2012	1179217603,46	306697421682,95	194600,31	177490,92	25970,29	0,00384	0,07	0,0000006	0,0000006	1,00	0,76	0,54	0,68
	2013	1365894922,18	350594700396,76	204986,40	187157,32	27787,35	0,00390	0,07	0,0000006	0,0000005	0,00	0,76	0,53	0,67
	2014	1475845631,35	403518710280,07	208926,26	194309,24	30545,71	0,00366	0,07	0,0000005	0,0000005	0,00	0,76	0,49	0,67
	2015	1597730676,67	516817922587,55	209174,22	194774,61	32054,63	0,00309	0,07	0,0000004	0,0000004	0,00	0,77	0,44	0,65
	2016	1696226581,19	609839932596,96	214836,71	200301,52	35281,59	0,00278	0,06	0,0000004	0,0000003	0,00	0,77	0,44	0,64
Argentina	2012	756284113,37	166439421865,66	189158,12	91254,43	30524,07	0,00454	0,06	0,0000011	0,0000005	0,00	0,82	0,57	0,21
	2013	868665301,95	176152263753,98	222428,34	85169,14	33252,21	0,00493	0,07	0,0000013	0,0000005	1,00	0,82	0,57	0,18
	2014	876718512,52	187543700667,02	211100,21	71319,39	34599,71	0,00467	0,06	0,0000011	0,0000004	0,00	0,82	0,59	0,13
	2015	999775193,47	202741432271,30	287036,64	130822,47	37851,46	0,00493	0,08	0,0000014	0,0000006	1,00	0,82	0,60	0,17
	2016	987552049,64	212099172625,89	263157,21	101001,23	39794,38	0,00466	0,07	0,0000012	0,0000005	0,00	0,82	0,64	0,34
Uruguai	2012	96397084,96	18756355596,12	145214,63	153885,48	29337,24	0,00514	0,05	0,0000077	0,0000082	0,00	0,78	0,82	0,66
	2013	109200167,90	21344048281,42	196802,24	198111,88	32891,03	0,00512	0,06	0,0000092	0,0000093	0,00	0,79	0,84	0,69
	2014	117122151,04	25703527858,22	194049,01	195340,32	36495,61	0,00456	0,05	0,0000075	0,0000076	1,00	0,80	0,83	0,69
	2015	131192182,94	24940449132,39	192511,72	242790,97	39266,24	0,00526	0,05	0,0000077	0,0000097	0,00	0,80	0,86	0,67
	2016	142020291,90	35132571648,80	212319,48	249132,56	43025,65	0,00404	0,05	0,0000060	0,0000071	0,00	0,80	0,87	0,69
Chile	2012	250753907,99	110824136978,19	433193,27	711155,13	33706,46	0,00226	0,13	0,0000039	0,0000064	0,00	0,82	0,83	0,92
	2013	274215896,00	113070327422,56	463866,64	775583,24	37238,93	0,00243	0,12	0,0000041	0,0000069	1,00	0,83	0,85	0,92
	2014	297529566,24	119992113243,89	482730,81	812821,73	40149,21	0,00248	0,12	0,0000040	0,0000068	0,00	0,83	0,81	0,92
	2015	305326141,13	131231824843,95	486912,53	840435,68	42367,74	0,00233	0,11	0,0000037	0,0000064	0,00	0,84	0,79	0,89

	2016	314835439,46	145401338071,00	509310,21	913694,68	46612,35	0,00217	0,11	0,0000035	0,0000063	0,00	0,84	0,78	0,90
Paraguay	2012	127893356,08	9475744221,05	97236,00	121418,01	11610,19	0,01350	0,08	0,0000103	0,0000128	0,00	0,68	0,45	0,42
	2013	157391315,68	10852197800,03	103655,63	129434,17	14042,21	0,01450	0,07	0,0000096	0,0000119	1,00	0,70	0,45	0,43
	2014	162183708,94	13065159902,88	106320,61	132761,91	15648,37	0,01241	0,07	0,0000081	0,0000102	0,00	0,70	0,45	0,43
	2015	187674952,57	14676225747,50	284137,10	30403,32	17105,78	0,01279	0,17	0,0000194	0,0000021	0,00	0,70	0,45	0,45
	2016	190209831,48	16070491096,82	291869,82	31230,74	18995,91	0,01184	0,15	0,0000182	0,0000019	0,00	0,70	0,44	0,42

APÊNDICE B – DADOS FINANCEIROS NA MOEDA DE ORIGEM

Dados Financeiros em Moeda Própria					
País	Moeda	Ano	Custo Total (Resultado)	Arrecadação	SAL
Brasil	Real	2012	3979325164.85	657285000000.00	347400.69
		2013	4392176573.13	716660000000.00	347400.69
		2014	4539440236.04	737492000000.00	438919.00
		2015	4954876430.32	768951000000.00	438919.00
		2016	5251906359.00	804363000000.00	438919.00
México	Peso Mexicano	2012	5944198699.00	1546000000000.00	980941.00
		2013	6529590684.00	1676000000000.00	979927.00
		2014	6795524255.00	1858000000000.00	962000.00
		2015	7339166195.00	2374000000000.00	960840.53
		2016	7576613075.29	2724000000000.00	959621.00
Argentina	Peso Argentino	2012	1552582521.50	341685000000.00	388324.43
		2013	2056178069.54	416962000000.00	526500.00
		2014	2699509540.81	577467000000.00	650000.00
		2015	3622416264.99	734579000000.00	1040000.00
		2016	4634593795.00	995384000000.00	1235000.00
Uruguai	Peso Uruguaio	2012	1007200926.00	195975000000.00	1517269.00
		2013	1147924262.00	224371000000.00	2068807.00
		2014	1248669734.00	274032000000.00	2068807.00
		2015	1417470766.00	269470000000.00	2080000.00
		2016	1523127890.00	376787000000.00	2277067.00
Chile	Peso Chileno	2012	55848472000.00	2468300000000.00	96481776.00
		2013	58138840000.00	2397300000000.00	98348304.00
		2014	62529948000.00	2521800000000.00	101452548.00
		2015	64754393000.00	2783200000000.00	103265724.00
		2016	63834788000.00	2948100000000.00	103265724.00
Paraguai	Guarani	2012	187931105832.00	1392400000000.00	142882080.00
		2013	216952983588.00	1495900000000.00	142882080.00
		2014	217955354753.00	1755800000000.00	142882080.00
		2015	234666808333.00	1835100000000.00	355282080.00
		2016	231535221980.00	1956200000000.00	355282080.00

APÊNDICE C – BASE DE CONVERSÃO PELO PODER DE COMPRA (PPP)

Fatores de Conversão PPP				
País	Moeda	Ano	Fator	Moeda base
Brasil	Real	2012	1.55902	Dólar
		2013	1.649293	
		2014	1.747275	
		2015	1.859391	
		2016	1.985496	
México	Peso Mexicano	2012	7.858708	
		2013	7.884359	
		2014	8.045318	
		2015	8.5411	
		2016	8.868705	
Argentina	Peso Argentino	2012	3.200527	
		2013	3.903966	
		2014	5.380045	
		2015	6.737002	
		2016	9.317956	
Uruguai	Peso Uruguaio	2012	16.28936	
		2013	17.33755	
		2014	18.62815	
		2015	20.08986	
		2016	21.29389	
Chile	Peso Chileno	2012	347.2285	
		2013	349.6805	
		2014	367.2139	
		2015	394.3446	
		2016	402.5713	
Paraguai	Guarani	2012	2290.881	
		2013	2273.435	
		2014	2348.127	
		2015	2324.963	
		2016	2416.869	

APÊNDICE D – IDENTIFICAÇÃO DO TIPO DE PAINEL

```
. xtreg cta al idh va rq sal ad drp, fe
```

```
Fixed-effects (within) regression      Number of obs   =    30
Group variable: pas                    Number of groups =     6

R-sq:  within = 0.6954                  Obs per group:  min =     5
      between = 0.1147                      avg =    5.0
      overall  = 0.1231                      max =     5

corr(u_i, Xb) = -0.2537                  F(7,17)        =    5.55
                                          Prob > F       =    0.0019
```

cta	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]
al	.0002202	.0001645	1.34	0.198	-.0001269 .0005673
idh	.0063788	.011018	0.58	0.570	-.0168672 .0296247
va	.0037351	.0034668	1.08	0.296	-.0035793 .0110494
rq	-.0013426	.0022006	-0.61	0.550	-.0059854 .0033003
sal	192.9774	102.9255	1.87	0.078	-24.17655 410.1313
ad	344.2188	73.20419	4.70	0.000	189.7714 498.6661
drp	.004785	.0105902	0.45	0.657	-.0175584 .0271284
_cons	-.0036121	.0094595	-0.38	0.707	-.0235698 .0163457
sigma_u	.00368937				
sigma_e	.00034487				
rho	.99133758	(fraction of variance due to u_i)			

```
F test that all u_i=0:      F(5, 17) =    6.41      Prob > F = 0.0016
```

```
. hausman fe re
```

Note: the rank of the differenced variance matrix (3) does not equal the number of coefficients being tested (7); be sure this is what you expect, or there may be problems computing the test. Examine the output of your estimators for anything unexpected and possibly consider scaling your variables so that the coefficients are on a similar scale.

	Coefficients			
	(b) fe	(B) re	(b-B) Difference	sqrt(diag(V_b-V_B)) S.E.
al	.0002202	.0003588	-.0001386	.
idh	.0063788	-.0295634	.0359422	.0101952
va	.0037351	-.0043753	.0081104	.0032005
rq	-.0013426	-.0067715	.0054289	.0021301
sal	192.9774	154.3196	38.65772	99.66191
ad	344.2188	397.4954	-53.27661	61.08019
drp	.004785	.0193866	-.0146016	.0101152

b = consistent under Ho and Ha; obtained from xtreg
 B = inconsistent under Ha, efficient under Ho; obtained from xtreg

Test: Ho: difference in coefficients not systematic

```
chi2(3) = (b-B)'[(V_b-V_B)^(-1)](b-B)
        =    18.20
Prob>chi2 =    0.0004
(V_b-V_B is not positive definite)
```

APÊNDICE E – TESTES DE ROBUSTEZ

```
. xtserial cta al idh va rq sal ad drp, output
```

```
Linear regression                               Number of obs =      24
                                                F( 5,      5) =      .
                                                Prob > F      =      .
                                                R-squared     =  0.5812
                                                Root MSE     =  .00049
```

(Std. Err. adjusted for 6 clusters in pas)

D.cta	Coef.	Robust Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
al						
Dl.	.0002365	.000181	1.31	0.248	-.0002287	.0007016
idh						
Dl.	.0170735	.0251755	0.68	0.528	-.0476421	.0817891
va						
Dl.	.0014672	.0055648	0.26	0.803	-.0128377	.0157721
rq						
Dl.	-.0000814	.0018586	-0.04	0.967	-.0048591	.0046964
sal						
Dl.	221.4479	86.18648	2.57	0.050	-.1014999	442.9973
ad						
Dl.	322.8724	98.86883	3.27	0.022	68.72197	577.0228
drp						
Dl.	.0050463	.004994	1.01	0.359	-.0077912	.0178837

```
Wooldridge test for autocorrelation in panel data
```

```
H0: no first-order autocorrelation
```

```
      F( 1,      5) =      1.862
      Prob > F =      0.2306
```

```
. xttest3
```

```
Modified Wald test for groupwise heteroskedasticity
in fixed effect regression model
```

```
H0: sigma(i)^2 = sigma^2 for all i
```

```
chi2 (6) =      343.47
Prob>chi2 =      0.0000
```


APÊNDICE F – CORREÇÃO PELOS MÍNIMOS QUADRADOS GENERALIZADOS

```
. xtgls cta al idh va rq sal ad drp
```

Cross-sectional time-series FGLS regression

Coefficients: generalized least squares

Panels: homoskedastic

Correlation: no autocorrelation

```
Estimated covariances      =      1      Number of obs      =      30
Estimated autocorrelations =      0      Number of groups   =      6
Estimated coefficients     =      8      Time periods      =      5
Wald chi2(7)              = 1848.93
Prob > chi2                = 0.0000
Log likelihood             = 189.2282
```

cta	Coef.	Std. Err.	z	P> z	[95% Conf. Interval]
al	.0003588	.0001956	1.83	0.067	-.0000245 .0007422
idh	-.0295634	.0035777	-8.26	0.000	-.0365756 -.0225512
va	-.0043753	.0011412	-3.83	0.000	-.006612 -.0021387
rq	-.0067715	.0004732	-14.31	0.000	-.0076989 -.005844
sal	154.3196	22.01949	7.01	0.000	111.1622 197.477
ad	397.4954	34.55306	11.50	0.000	329.7726 465.2181
drp	.0193866	.0026855	7.22	0.000	.0141232 .0246501
_cons	.0310823	.0024365	12.76	0.000	.026307 .0358577